

# Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA  
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA  
DE CARVALHO MOURA  
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Ontem, 30/04/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Juiz Substituto do TJ-MS**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 3 questões passíveis de anulação pela banca examinadora. No tipo de prova comentado, são elas: 41, 70 e 97.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING do TJMS**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, verificar sua possível nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a provável nota de corte da 1º fase, que será apresentada e comentada no nosso **TERMÔMETRO PÓS PROVA**.

Vocês poderão acompanhar tudo isso através deste link:

<https://cj.estrategia.com/portal/gabarito-extraoficial-tj-ms-juiz/>

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



# PROVA COMENTADA – TJMS

**QUESTÃO 1.** Em ação de divórcio, Bernadete pretende o atingimento dos bens da sociedade controlada por seu ex-marido, Paulo, para a qual ele transferira todo o seu patrimônio, a fim de frustrar a devida meação.

Nesse caso, a hipótese é de desconsideração:

- (A) inversa, regida pela teoria menor, sem expressa previsão no Código Civil;
- (B) indireta, regida pela teoria maior, com expressa previsão no Código Civil;
- (C) expansiva, regida pela teoria maior, sem expressa previsão no Código Civil;
- (D) inversa, regida pela teoria maior, com expressa previsão no Código Civil;
- (E) indireta, regida pela teoria menor, sem expressa previsão no Código Civil.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Trata-se de questão relacionada à desconsideração de personalidade jurídica em que se busca, em função de meação ocorrida em sede de divórcio, patrimônio de pessoa física, porém transferido para pessoa jurídica.

Inicialmente, destaca-se que, no âmbito das relações regidas pelo Código Civil, a desconsideração da personalidade civil se fundamentou na denominada teoria maior, em que deve se verificar dois requisitos para a concessão da desconsideração: desvio de personalidade e confusão patrimonial, previstos e conceituados no art. 50, §§ 1º e 2º, do CC. Prevê os referidos dispositivos: “Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019) § 1º Para os fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019) § 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019) I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019) II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019) III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)”.

Ademais, a espécie de desconsideração da personalidade jurídica em que se atinge o patrimônio em nome da pessoa jurídica por obrigações da pessoa física denomina-se inversa, cuja previsão encontra-se expressa no art. 50, § 3º, do CC, que dispõe: “O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica.”

A alternativa A está incorreta. A teoria adotada é a maior, tendo a desconsideração da personalidade jurídica inversa previsão expressa no CC.

A alternativa B está incorreta. A espécie de desconsideração da personalidade jurídica é denominada inversa.



A alternativa C está incorreta. A espécie de desconsideração da personalidade jurídica é denominada inversa, com expressa previsão no CC. A teoria adotada é a maior.

Alternativa D está correta.

Alternativa E está incorreta. A espécie de desconsideração da personalidade jurídica é denominada inversa, com expressa previsão no CC. A teoria adotada é a maior.

**QUESTÃO 2. Cristóvão e Antônia celebraram financiamento imobiliário com o Banco ABC, garantido por alienação fiduciária do apartamento adquirido. Sobrevindo o inadimplemento por parte de Cristóvão e Antônia, a instituição financeira procedeu à consolidação da propriedade em seu nome. Seguindo as disposições contratuais previamente firmadas, o imóvel foi avaliado por uma auditoria externa no valor de quatrocentos mil reais, quando o saldo em aberto já alçava a quinhentos mil reais. Ainda com base no contrato, a instituição financeira deixa de proceder aos leilões judiciais e dá por extinta a dívida, havendo para si o imóvel. Cristóvão e Antônia ajuizam demanda indenizatória para ver restituído o valor das prestações que já tinham suportado antes da perda do bem. Nesse caso, à luz exclusivamente do Código Civil e da Lei no 9.514/1997, o juiz deverá reconhecer que a instituição financeira impôs aos adquirentes pacto:**

**(A) comissório, vedado pelo ordenamento jurídico, e determinar a realização dos leilões previstos na Lei no 9.514/1997 para arrecadar, no mínimo, o valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais;**

**(B) marciano, vedado pelo ordenamento jurídico, e determinar a realização dos leilões previstos na Lei no 9.514/1997 para arrecadar, no mínimo, o valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais;**

**(C) comissório, aceito pela doutrina e pela jurisprudência, sem vedação expressa no ordenamento, de modo a julgar improcedentes os pedidos de Cristóvão e Antônia;**

**(D) marciano, aceito pela doutrina e pela jurisprudência, sem vedação expressa no ordenamento, de modo a julgar improcedentes os pedidos de Cristóvão e Antônia;**

**(E) comissório, aceito pela doutrina e pela jurisprudência, sem vedação expressa no ordenamento; mas, sem prejuízo, admitir que os valores pagos ao longo do financiamento não podem ser perdidos pelos mutuários, sob pena de enriquecimento ilícito.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

Alternativa A está incorreta. Não se optou pelo pacto comissório, justamente por não ter permitido ao credor, em caso de inadimplemento da dívida, a consolidação da propriedade em seu patrimônio sem parâmetro de justo valor a ser atribuído ao bem.

Alternativa B está incorreta. O pacto marciano não é vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro, conforme Enunciado 626 da VIII Jornada de Direito Civil, segundo o qual: “Não afronta o art. 1.428 do Código Civil, em relações paritárias, o pacto marciano, cláusula contratual que autoriza que o credor se torne proprietário da coisa objeto da garantia mediante aferição de seu justo valor e restituição do supérfluo (valor do bem em garantia que excede o da dívida).”



Alternativa C está incorreta. Não se optou pelo pacto comissório, justamente por não ter permitido ao credor, em caso de inadimplemento da dívida, a consolidação da propriedade sem parâmetro de justo valor a ser atribuído ao bem.

Alternativa D está correta. Conforme o Enunciado 626 da VIII Jornada de Direito Civil, o pacto marciano é aceito no ordenamento jurídico brasileiro, não violando disposição legal.

Alternativa E está incorreta. Não se optou pelo pacto comissório, justamente por não ter permitido ao credor, em caso de inadimplemento da dívida, a consolidação da propriedade sem parâmetro de justo valor a ser atribuído ao bem.

**QUESTÃO 3.** Daniel mora e é proprietário de um único apartamento, localizado em um grande condomínio, com direito a uma vaga de garagem. Ele mora sozinho e este imóvel é seu único bem. O apartamento está devidamente registrado em seu nome no RGI, com matrícula 12345-1234. A vaga de garagem também consta devidamente registrada em seu nome, com número 5432-1236. Tudo conforme a lei determina. Daniel sempre foi empresário, em razão da pandemia que assolou o mundo em, 2020, seus negócios caíram muito. Ele acabou adquirindo dívidas que não conseguiu honrar. Foi acionado judicialmente e está respondendo a algumas execuções. No final de 2022 foi surpreendido com a penhora do apartamento em que mora e da vaga de garagem. Baseado nos fatos acima narrados e na jurisprudência, é correto afirmar que:

(A) o imóvel não pode ser penhorado por se enquadrar no conceito de bem de família. A vaga de garagem não pode ser penhorada, já que é bem vinculado ao imóvel;

(B) o imóvel pode ser penhorado já que não se enquadra no conceito de bem de família, haja vista que Daniel mora só. A vaga de garagem pode ser penhorada, de forma autônoma, por ter matrícula própria perante o RGI;

(C) o imóvel pode ser penhorado já que não se enquadra no conceito de bem de família, haja vista que Daniel mora só. A vaga de garagem não pode ser penhorada porque, apesar de possuir matrícula própria, é considerada área comum, não podendo sofrer restrição de forma autônoma;

(D) o imóvel não pode ser penhorado por se enquadrar no conceito de bem de família. A vaga de garagem pode ser penhorada, de forma autônoma, por ter matrícula própria perante o RGI;

(E) imóvel não pode ser penhorado já que as dívidas que Daniel possui, que deram origem às execuções que responde, não têm natureza alimentar. A vaga de garagem não pode ser penhorada porque, apesar de possuir matrícula própria, é considerada área comum, não podendo sofrer restrição de forma autônoma.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O conceito de bem de família encontra-se disciplinado no art. 1º da Lei 8.009/90, segundo o qual: “O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei.” Assim, a primeira parte da questão está correta, pelo fato do imóvel se enquadrar no conceito de bem de família.



A segunda parte da questão, no entanto, está errada, uma vez que a vaga de garagem com matrícula própria não se enquadra no conceito de bem de família, conforme preceitua a Súmula 449 do STJ: “A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeito de penhora”.

A alternativa B está incorreta. A primeira parte da assertiva está incorreta, uma vez que o imóvel se enquadra no conceito de bem de família. A segunda parte da assertiva está correta, uma vez que a vaga de garagem pode ser penhorada, por não se enquadrar no conceito de bem de família.

A alternativa C está incorreta. A primeira parte da assertiva está incorreta, uma vez que o imóvel se enquadra no conceito de bem de família. A segunda parte da assertiva está incorreta, uma vez que a vaga de garagem com matrícula própria não se enquadra no conceito de bem de família, podendo ser penhorada.

Alternativa D está correta, conforme fundamentação contida na alternativa A.

A alternativa E está incorreta. De fato, se a dívida fosse de natureza alimentar, o imóvel poderia ser objeto de penhora, mesmo em se tratando de bem de família, nos termos do art. 3º, inciso III, da Lei 8.009/90. No entanto, a assertiva dá a entender se tratar da única exceção possível à impenhorabilidade do bem de família, o que não está de acordo com o rol trazido nos incisos do art. 3º supracitado. A segunda parte da assertiva está incorreta, uma vez que a vaga de garagem com matrícula própria não se enquadra no conceito de bem de família, podendo ser penhorada.

**QUESTÃO 4. Amadeu era proprietário da Fazenda Riacho do Alto, a qual deu em usufruto a Amália. Amália, por sua vez, arrendou a terra a Pedrônio para exploração pelo prazo de vinte anos, de 01/11/2012 a 01/11/2032. Em 2020, falece Amália. Pedrônio, então, deixa de pagar as contraprestações pactuadas no arrendamento. Isso leva o espólio de Amália a ajuizar ação de cobrança combinada com rescisão contratual em decorrência do Inadimplemento.**

**Nesse caso, é correto afirmar que:**

**(A) com a morte de Amália, extinguiu-se o usufruto, de modo que não há mais posse exercida pelo espólio que possa ser remunerada pelo contrato de arrendamento;**

**(B) com a morte de Amália, extinguiu-se o usufruto, de modo que a posse exercida pelo espólio passou a ser considerada injusta e precária e, por isso mesmo, impassível de remuneração por força do contrato de arrendamento que perdeu objeto;**

**(C) embora a morte de Amália tenha causado a extinção do usufruto, isso não altera a natureza da posse exercida pelo espólio, que tende à manutenção do mesmo caráter (Art. 1.206 do Código Civil), razão pela qual deve ser julgado procedente o pedido formulado pelo espólio;**

**(D) embora a morte de Amália tenha causado a extinção do usufruto e isso tenha alterado a natureza da posse para injusta e precária, tais defeitos são relativos à relação entre o proprietário e o espólio de Amália, de sorte que, enquanto o imóvel não for reclamado ou devolvido, são devidas as prestações pelo arrendamento;**

**(E) com a morte de Amália, extinguiu-se a posse sobre o imóvel, mas não o direito real de usufruto que a embasava, pois que dependente de cancelamento no Registro Geral de Imóveis; por isso mesmo, é devida a contraprestação pelo arrendamento.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.



A alternativa A está incorreta. Trata-se de questão em que a usufrutuária de bem imóvel o arrendou onerosamente a terceiro por prazo de 20 anos. Questiona-se, então, se, falecendo a usufrutuária e deixando o cessionário de arcar com as suas contraprestações, pode o espólio da usufrutuária ajuizar ação de cobrança combinada com rescisão da cessão do imóvel.

O STJ fixou entendimento no sentido de que, por se tratar de direito personalíssimo, o usufruto não se transmite aos herdeiros, descabendo a sua sucessividade. Entretanto, o falecimento do usufrutuário não produz os seus efeitos automaticamente, sendo necessário o cancelamento do registro do usufruto para tanto. Com a morte do usufrutuário, então, a posse se transmite aos seus herdeiros, porém caracterizando-se como precária e, portanto, injusta. Neste sentido: “A morte de usufrutuário que arrenda imóvel, durante a vigência do contrato de arrendamento, sem a reivindicação possessória pelo proprietário, torna precária e injusta a posse exercida pelos seus sucessores, mas não constitui óbice ao exercício dos direitos provenientes do contrato de arrendamento pelo espólio perante o terceiro arrendatário. Contudo, tal vício objetivo da posse repercute apenas na esfera jurídica da vítima do ato agressivo da posse e do agressor, em razão da sua relatividade, o que significa dizer que a justiça ou injustiça da posse não possui alcance *erga omnes*, revelando-se sempre justa em relação a terceiros. O espólio, por se tratar de universalidade de direito, constitui-se pelo complexo de relações jurídicas titularizadas pelo autor da herança, nos moldes do art. 91 do CC, aí se incluindo, na espécie, a relação originária do arrendamento rural.” (STJ. 3ª Turma. REsp 1.758.946-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 08/06/2021 (Info 700).

Neste sentido, a alternativa A está incorreta na medida em que a morte de Amália não extinguiu o usufruto automaticamente, necessitando o devido registro para produção dos referidos efeitos. Ademais, a posse se transmite aos seus herdeiros, mesmo que injusta.

A alternativa B está incorreta. Segundo o entendimento do STJ, é possível dar continuidade à remuneração por força do contrato de arrendamento.

Alternativa C está incorreta. Segundo o entendimento do STJ, a natureza da posse se alterou, tornando-se injusta.

Alternativa D está correta. Está de acordo com o entendimento do STJ.

Alternativa E está incorreta. Segundo o entendimento do STJ, não se extinguiu a posse, apenas alterando a sua natureza.

**QUESTÃO 5. Por instrumento particular, João contratou, em 17/07/2013, mútuo com a instituição financeira ABC, a ser restituído em quarenta e oito parcelas mensais, a última a vencer em 17/07/2017.**

**Logo na décima parcela, exigível em 17/05/2014, João se tornou inadimplente, o que causou o vencimento antecipado de suas obrigações. Ocorre que, em 09/05/2021, João se tornou credor do mesmo Banco ABC, por força de sentença condenatória judicial relativa a outra relação jurídica mantida entre as partes (cobranças indevidas no cartão de crédito).**

**Nesse caso, é correto afirmar que o Banco ABC, em impugnação ao cumprimento de sentença apresentada em 23/11/2022:**

**(A) não poderá compensar a condenação com a dívida em aberto de João, porque o prazo de prescrição quinquenal, computado desde o vencimento antecipado das prestações, já se consumou;**



**(B) poderá compensar a condenação com a dívida em aberto de João, ainda que O prazo de prescrição quinquenal, computado desde o vencimento de cada uma das parcelas, já tenha se consumado;**

**(C) não poderá compensar a condenação com a dívida em aberto de João, porque o prazo de prescrição quinquenal, computado desde o vencimento de cada parcela que deixou de ser paga, já se consumou;**

**(D) poderá compensar a condenação com a dívida em aberto de João, porque o prazo de prescrição é decenal, computado desde o vencimento antecipado das prestações;**

**(E) poderá compensar a condenação com a dívida em aberto de João, ainda que a prescrição quinquenal, computada da data prevista para pagamento da última parcela, já tenha se consumado.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Inicialmente, ressalta-se que o prazo prescricional aplicável às parcelas em aberto do contrato do mútuo é quinquenal, nos termos do art. 206, § 5º, inciso I, do CC, que dispõe: “Art. 206. Prescreve: § 5º Em cinco anos: I - a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.”

Especificamente no que tange ao termo *a quo* incidente às parcelas inadimplidas no contrato de mútuo, cujo vencimento veio a se antecipar, o STJ fixou entendimento segundo o qual “O vencimento antecipado da dívida não enseja a alteração do termo inicial do prazo de prescrição, que é contado da data do vencimento da última parcela” (STJ. REsp 1.408.664/PR. Min. Marco Buzzi, julgado em 18/06/2018).

Assim, o erro da alternativa A está em afirmar que não será possível compensar a condenação da dívida em aberto por ter se consumado o prazo prescricional. Uma vez que a data do vencimento da última parcela da dívida seria dia 17/07/2017, o seu prazo prescricional findaria em 17/07/2022, pelo que seria possível de se compensar com o crédito de 09/05/2021.

A alternativa B está incorreta. O erro da assertiva está em afirmar que o termo a quo do prazo prescricional seria o vencimento de cada parcela.

A alternativa C está incorreta. O erro da assertiva está em afirmar que o termo a quo do prazo prescricional seria o vencimento de cada parcela.

A alternativa D está incorreta. O erro da assertiva está em afirmar que o prazo prescricional é decenal, computado do vencimento antecipado das prestações.

A alternativa E está correta. Alternativa conforme disposição legal e jurisprudencial.

### **QUESTÃO 6. Um imóvel, objeto de multipropriedade, segundo o Código Civil:**

**(A) é indivisível e não se sujeita à demanda de extinção de condomínio;**

**(B) é divisível e se sujeita à demanda de extinção de condomínio;**

**(C) é indivisível, mas se sujeita à demanda de extinção de condomínio, devendo ser indenizado àquele que ficou sem o imóvel;**

**(D) é divisível, mas não se sujeita à demanda de extinção de condomínio, já que o Código Civil tem previsão expressa nesse sentido;**



**(E) pode ser divisível ou indivisível, a depender do contrato que o formalizou. Sendo divisível, será possível a demanda de extinção do condomínio. Sendo indivisível, esta não será possível.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do art. 1.358-D, inciso I, CC, segundo o qual: “O imóvel objeto da multipropriedade: I - é indivisível, não se sujeitando a ação de divisão ou de extinção de condomínio”.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de assertiva que contraria a literalidade do art. 1.358-D, inciso I, CC.

A alternativa C está incorreta. A segunda parte da assertiva está incorreta, por afirmar que o imóvel objeto de multipropriedade não se sujeita à demanda de extinção de condomínio, contrariando o art. 1.358-D, inciso I, CC.

A alternativa D está incorreta. A primeira parte da assertiva está incorreta, por afirmar que o imóvel objeto de multipropriedade é divisível, contrariando o art. 1.358-D, inciso I, CC.

A alternativa E está incorreta. A primeira parte da assertiva está incorreta, por afirmar que o imóvel objeto de multipropriedade é divisível ou indivisível, contrariando o art. 1.358-D, inciso I, CC.

**QUESTÃO 7. Quanto à pessoa com deficiência e à Lei de Inclusão, é correto afirmar que:**

**(A) pessoa com deficiência é aquela portadora de alguma limitação sensorial, intelectual ou cognitiva, que a coloca em desigualdade de condições com as demais pessoas;**

**(B) a deficiência afeta a capacidade civil da pessoa, seja absolutamente, seja relativamente;**

**(C) pessoa com deficiência poderá ser submetida à internação forçada, desde que não esteja sob curatela;**

**(D) pessoa com deficiência é aquela com impedimento de longo prazo, que, em interação com alguma barreira, obsta a sua participação, em igualdade de condições, com as demais pessoas;**

**(E) pessoa com deficiência não pode mais ser submetida à curatela, por ser juridicamente capaz; pode, tão somente, ser colocada sob tomada de decisão apoiada.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A Lei de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, dispõe em seu art. 2º que “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”

A assertiva está incorreta por não trazer o conceito de deficiência tal qual estabelecido pela legislação vigente.

A alternativa B está incorreta. Nos termos no art. 6º da Lei de Inclusão, a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa.



A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 11 da Lei de Inclusão, “ A pessoa com deficiência não poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada”.

Alternativa D está correta. Trata-se do conceito trazido pelo art. 2º da Lei de Inclusão.

Assertiva E está incorreta. A possibilidade de curatela de pessoa com deficiência pode se extrair de alguns dispositivos da Lei de Inclusão, tais como o parágrafo único do art. 11, bem como do art. 12.

**QUESTÃO 8. Após a morte de seu pai, Alessandro cedeu para Dejour, por instrumento particular, os quadros que eventualmente herdaria na divisão da herança. Nesse caso, é correto afirmar que o negócio jurídico:**

**(A) que versa sobre a alienação de bens móveis, é existente, válido e eficaz;**

**(B) é nulo, por violação de forma prescrita em lei, de modo que não admite qualquer aproveitamento ou convalidação;**

**(C) é anulável, por violação de forma prescrita em lei, mas admite sua conversão em promessa de cessão;**

**(D) é nulo, por violação de forma prescrita em lei, mas admite sua conversão em promessa de cessão;**

**(E) que versa sobre a alienação de bens móveis, é existente, válido e tem eficácia subordinada a fato futuro e incerto, qual seja, Alessandro ser aquinhoadado, na divisão, com os quadros que alienou a Dejour.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de negócio existente, válido e ineficaz. Neste sentido, preceitua o art. 1.793 do CC: “O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro, pode ser objeto de cessão por escritura pública”, complementado pelo seu respectivo § 2º que: “É ineficaz a cessão, pelo co-herdeiro, de seu direito hereditário sobre qualquer bem da herança considerado singularmente”.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de negócio existente, válido e ineficaz, conforme art. 1.793, caput e § 2º, do CC.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de negócio existente, válido e ineficaz, conforme art. 1.793, caput e § 2º, do CC.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de negócio existente, válido e ineficaz, conforme art. 1.793, caput e § 2º, do CC.

A alternativa E está correta. Trata-se de negócio existente, válido e ineficaz, conforme art. 1.793, caput e § 2º, do CC. A ineficácia, na alternativa, está presente na menção à eficácia subordinada a fato futuro e incerto.

**QUESTÃO 9. Aderbal é um estelionatário reincidente. Vendeu apartamento de sua propriedade para diversas pessoas, nos seguintes termos:**



I. para Bruno, em 20/03/2014, mediante a celebração de escritura pública de compra e venda jamais registrada;

II. para Carlos, em 20/04/2014, por promessa de compra e venda por instrumento particular, prenotada no Registro de Imóveis em 25/04/2014 (quando já integralizado o preço) e finalmente registrada, após o cumprimento das exigências cartoriais, em 25/05/2015;

III. para Dirce, por escritura pública de compra e venda, prenotada no Registro de Imóveis em 26/04/2014 e finalmente registrada, após o cumprimento das exigências cartoriais, em 26/05/2014; e

IV. para Edir, pela outorga por mandato *in rem suam*, por escritura pública, em 21/03/2014.

Nesse cenário, instado, o oficial do Registro de Imóveis deverá reconhecer que o legítimo proprietário do bem é:

(A) Aderbal;

(B) Bruno;

(C) Carlos;

(D) Dirce;

(E) Edir.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A transferência foi efetivada em favor de Carlos, não pertencendo mais ao patrimônio de Aderbal.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 1.245 do CC, “Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis”. Assim, uma vez que a escritura pública de compra e venda não veio a ser registrada, não se consolidou a transferência do imóvel.

A alternativa C está correta. A promessa de compra e venda de Carlos foi a primeira a ser prenotada, prevalecendo esta, nos termos do art. 191 da Lei 6.015/1973: “Prevalecerão, para efeito de prioridade de registro, quando apresentados no mesmo dia, os títulos prenotados no Protocolo sob número de ordem mais baixo, protelando-se o registro dos apresentados posteriormente, pelo prazo correspondente a, pelo menos, um dia útil.”

Alternativa D está incorreta. A escritura pública de compra e venda foi preanotada para 26/04/2014, ou seja, posteriormente à prenotação de Carlos, prevalecendo o direito deste último.

Alternativa E está incorreta. A outorga de mandato *in rem suam* por escritura pública não possibilita, por si só, a transferência de propriedade.

**QUESTÃO 10. Maria, com 17 anos, tramou e executou o assassinato de seus pais, para que pudesse ficar com a respectiva herança, avaliada em dezenas de milhões de reais. Pretendia, com isso, prover uma vida de luxos à sua filha, Mariazinha, o que vinha sendo negado pelos avós.**

**Nesse caso, é correto afirmar que:**



(A) se cometido por um maior de idade, o caso seria de deserção, pela prática de homicídio doloso contra os autores da herança; no entanto, tratando-se de ato infracional análogo cometido por menor de idade, não é possível a interpretação extensiva para excluir Maria da sucessão, diante da taxatividade do rol do Art. 1.962 do Código Civil;

(B) ainda que praticado por menor de idade, o ato infracional análogo ao homicídio doloso cometido contra os autores da herança justifica a deserção em uma leitura teleológica e sistemática compatível com a taxatividade do rol do Art. 1.962 do Código Civil; nesse caso, a herança passará a Mariazinha, como se a mãe fosse pré-morta;

(C) ainda que praticado por menor de idade, o ato infracional análogo ao homicídio doloso cometido contra os autores da herança justifica o reconhecimento da indignidade em uma leitura teleológica e sistemática compatível com a taxatividade do rol do Art. 1.814 do Código Civil; nesse caso, a herança passará a Mariazinha, como se a mãe fosse pré-morta;

(D) se cometido por um maior de idade, o caso seria de indignidade, pela prática de homicídio doloso contra os autores da herança; no entanto, tratando-se de ato infracional análogo cometido por menor de idade, não é possível a interpretação extensiva para excluir Maria da sucessão, diante da taxatividade do rol do Art. 1.814 do Código Civil;

(E) ainda que praticado por menor de idade, o ato infracional análogo ao homicídio doloso cometido contra os autores da herança justifica o reconhecimento da indignidade em uma leitura teleológica e sistemática compatível com a taxatividade do rol do Art. 1.962 do Código Civil; nesse caso, com a exclusão de sua mãe da sucessão, Mariazinha não poderá receber nada, até porque isso representaria um aproveitamento da própria torpeza.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O STF fixou entendimento no sentido de ser possível a hipótese de deserção em caso de ato infracional análogo ao homicídio doloso. Nestes termos: “Registra-se que a exclusão do herdeiro que atenta contra a vida dos pais, cláusula geral com raiz ética, moral e jurídica existente desde o direito romano, está presente na maioria dos ordenamentos jurídicos contemporâneos e, no Brasil, possui, como núcleo essencial, a exigência de que a conduta ilícita do herdeiro seja dolosa, ainda que meramente tentada, sendo irrelevante investigar se a motivação foi ou não o recolhimento da herança. A finalidade da regra que exclui da sucessão o herdeiro que atenta contra a vida dos pais é, a um só tempo, prevenir a ocorrência do ato ilícito, tutelando bem jurídico mais valioso do ordenamento jurídico, e reprimir o ato ilícito porventura praticado, estabelecendo sanção civil consubstanciada na perda do quinhão por quem praticá-lo. Assim, se o enunciado normativo do art. 1.814, I, do CC/2002, na perspectiva teleológica-finalística, é de que não terá direito à herança quem atentar, propositalmente, contra a vida de seus pais, ainda que a conduta não se consuma, independentemente do motivo, a diferença técnico-jurídica entre o homicídio doloso e o ato análogo ao homicídio doloso, conquanto relevante para o âmbito penal diante das substanciais diferenças nas consequências e nas repercussões jurídicas do ato ilícito, não se reveste da mesma relevância no âmbito civil, sob pena de ofensa aos valores e às finalidades que nortearam a criação da norma e de completo esvaziamento de seu conteúdo” (STJ. 3ª Turma. REsp 1943848-PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 15/02/2022 - Info 725).

A alternativa B está incorreta. Não se trata de hipótese de deserção, mas sim de indignidade, nos termos do art. 1.814, inciso I, do CC: “Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários: I - que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.”



Alternativa C está correta. Alternativa que está de acordo com o julgado e com a legislação supracitada.

Alternativa D está incorreta. Assertiva está incorreta por afirmar não ser possível a interpretação extensiva do art. 1.814, inciso I, do CC para incluir a hipótese de ato infracional a homicídio doloso.

Alternativa E está incorreta. O erro está em afirmar que Mariazinha não poderá receber a herança.

**QUESTÃO 11.** Marcos nunca soube quem era seu pai. Entretanto, a mãe, antes de falecer, decidiu lhe revelar o nome. Ao sabê-lo, descobriu que o apontado homem teria morrido há alguns anos, em 10/07/2006. Havia sido um homem muito rico e teria deixado uma volumosa herança. Como havia muitos bens a partilhar e discussão entre os herdeiros conhecidos à época, o inventário arrastou-se por muitos anos, tendo transitado em julgado em 10/05/2015. Em 07/06/2015, Marcos ajuíza demanda de investigação de paternidade a fim de provar sua condição de filho. Foi julgada procedente e transitou em julgado em 07/12/2017. Em 12/12/2022, Marcos propõe ação de petição de herança.

Segundo a jurisprudência, a ação de petição de herança:

(A) está prescrita, já que o prazo para ajuizá-la é de dez anos, contado a partir da abertura da sucessão;

(B) não está prescrita, já que o prazo para ajuizá-la é de dez anos, contado a partir do trânsito em julgado da demanda de investigação de paternidade;

(C) está prescrita, já que o prazo para ajuizá-la é de cinco anos, contado da abertura da sucessão;

(D) está prescrita, já que o prazo para ajuizá-la é de cinco anos, contado a partir do trânsito em julgado da demanda de investigação de paternidade;

(E) não está prescrita, já que, assim como a ação de investigação de paternidade, é imprescritível.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

Inicialmente, ressalta-se entendimento fixado pelo STF em sua Súmula 149, segundo o qual “É imprescritível a ação de investigação de paternidade, mas não o é a de petição de herança”.

Ademais, há de se ressaltar entendimento fixado pelo STJ segundo o qual “O prazo prescricional para propor ação de petição de herança conta-se da abertura da sucessão” (Processo sob sigilo judicial, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, Segunda Seção, por maioria, julgado em 26/10/2022 – Info 757).

Por fim, depreende-se que o prazo prescricional para referida pretensão é de 10 anos, nos termos do art. 205 do CC, por não haver prazo específico neste tocante.

Diante do exposto, a alternativa que contempla todos os fatores supracitados é a letra A.

**QUESTÃO 12.** Quanto ao direito de laje, é correto afirmar que:

(A) a matrícula do imóvel, objeto do direito de laje, será a mesma do imóvel já existente, quando da sua instituição;

(B) não há direito de preferência entre os titulares do direito de laje, em caso de alienação;



**(C) apenas a superfície superior do imóvel pode ser cedida, como o nome faz supor;**

**(D) a constituição do direito de laje implica a concessão de fração ideal do terreno onde está localizado;**

**(E) é negócio bifronte.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 1.510-A, § 3º, “Os titulares da laje, unidade imobiliária autônoma constituída em matrícula própria, poderão dela usar, gozar e dispor”.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 1.510-D, “Em caso de alienação de qualquer das unidades sobrepostas, terão direito de preferência, em igualdade de condições com terceiros, os titulares da construção-base e da laje, nessa ordem, que serão cientificados por escrito para que se manifestem no prazo de trinta dias, salvo se o contrato dispuser de modo diverso”.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 1.510-A, § 1º do CC, “O direito real de laje contempla o espaço aéreo ou o subsolo de terrenos públicos ou privados, tomados em projeção vertical, como unidade imobiliária autônoma, não contemplando as demais áreas edificadas ou não pertencentes ao proprietário da construção-base”.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 1.510-A, § 4º do CC, “A instituição do direito real de laje não implica a atribuição de fração ideal de terreno ao titular da laje ou a participação proporcional em áreas já edificadas”.

A alternativa E está correta. O direito real de laje pode ser oneroso ou gratuito, a depender da vontade das partes.

**QUESTÃO 13. Paul e Marie casaram-se. Ele é finlandês, com domicílio na Polônia. Ela é americana, com domicílio no Canadá. No dia 14/01/2023 chegaram ao Brasil e no dia 15/01/2023 se casaram perante um notário de determinado Cartório de Registro Civil, em uma praia deserta no nordeste do país, como sempre tinham sonhado. Logo no dia seguinte partiram em lua de mel. Após, fixaram o primeiro domicílio do casal na República Dominicana, país que escolheram para morar. Com base nos fatos narrados e na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que, quanto à formalidade do casamento, a lei a ser aplicada é:**

**(A) finlandesa ou americana, a depender de onde pretendam registrar o casamento. Quanto à possível invalidade do casamento, a lei a ser aplicada é a brasileira;**

**(B) polonesa ou canadense, a depender de onde pretendam registrar o casamento. Quanto à possível invalidade do casamento, a lei a ser aplicada é a da República Dominicana;**

**(C) brasileira. Quanto à possível invalidade do casamento, a lei a ser aplicada é a da República Dominicana;**

**(D) a da República Dominicana. Quanto à possível invalidade do casamento, a lei a ser aplicada é a brasileira;**

**(E) brasileira. Quanto à possível invalidade do casamento, a lei a ser aplicada também é a brasileira.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.



A alternativa A está incorreta. Pela celebração ter ocorrido no Brasil, as formalidades serão regidas pelas leis brasileiras, nos termos do art. 7º, § 1º, da LINDB: “Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração”. Por terem os nubentes fixado seu primeiro domicílio na República Dominicana, as leis do referido país regerão a invalidade do matrimônio, nos termos do art. 7º, § 3º, da LINDB: “Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal”.

A alternativa B está incorreta. A assertiva está incorreta, uma vez que, pela celebração ter ocorrido no Brasil, as formalidades serão regidas pelas leis brasileiras, nos termos do art. 7º, § 1º, da LINDB.

A alternativa C está correta. Assertiva que está conforme o art. 7º, §§ 1º e 3º, da LINDB, supracitados.

A alternativa D está incorreta. A assertiva está incorreta, uma vez que, pela celebração ter ocorrido no Brasil, as formalidades serão regidas pelas leis brasileiras, nos termos do art. 7º, § 1º, da LINDB. Por terem os nubentes fixado seu primeiro domicílio na República Dominicana, as leis do referido país regerão a invalidade do matrimônio, nos termos do art. 7º, § 3º, da LINDB.

A alternativa E está incorreta. Por terem os nubentes fixado seu primeiro domicílio na República Dominicana, as leis do referido país regerão a invalidade do matrimônio, nos termos do art. 7º, § 3º, da LINDB.

**QUESTÃO 14. Mário prometeu a seus três filhos, no bojo de ação de divórcio combinada com partilha, que lhes doaria os imóveis em seu nome. O termo de homologação desse acordo foi levado ao Registro Geral de Imóveis.**

**Nesse caso, com o registro da promessa de doação, verifica-se:**

- (A) a constituição de um ônus real stricto sensu sobre os imóveis;**
- (B) o estabelecimento de uma obrigação com eficácia real;**
- (C) a existência de uma obrigação natural;**
- (D) a afirmação de uma obrigação ambulatoria ou *propter rem*;**
- (E) a criação de um direito potestativo em favor dos filhos.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

O STJ fixou entendimento no sentido de que “1. Não constitui ato de mera liberalidade a promessa de doação aos filhos como condição para a realização de acordo referente à partilha de bens em processo de separação ou divórcio dos pais, razão pela qual pode ser exigida pelos beneficiários do respectivo ato. 2. A sentença homologatória de acordo celebrado por ex-casal, com a doação de imóvel aos filhos comuns, possui idêntica eficácia da escritura pública. 3. Possibilidade de expedição de alvará judicial para o fim de se proceder ao registro do formal de partilha.” (STJ, Resp. 1.537.287/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, , julgado em 28/10/2016).

Nestes termos, estabeleceu-se uma obrigação com eficácia real, conforme previsto na letra B.

**QUESTÃO 15. André, tendo constituído advogado particular, ajuizou, em face de Bernardo e de Carlos, ação de cobrança de uma obrigação derivada de contrato que havia celebrado com ambos.**



Instaurado o processo eletrônico e promovido o juízo positivo de admissibilidade da demanda, ambos os réus foram validamente citados, tendo Bernardo apresentado peça contestatória por meio do órgão da Defensoria Pública. Carlos, por sua vez, constituiu advogado particular, havendo também ofertado peça de bloqueio.

Concluída a fase da instrução probatória, o juiz da causa proferiu sentença em que acolhia o pedido formulado na petição inicial, condenando ambos os réus a pagar o débito ali apontado. Vinte dias úteis depois da intimação pessoal do defensor público, Bernardo interpôs recurso de apelação, perseguindo a reforma integral da sentença, com a consequente rejeição do pedido de cobrança.

Na sequência André foi intimado a ofertar contrarrazões ao apelo de Bernardo, o que fez quinze dias úteis depois do ato intimatório. E, na mesma data, protocolizou André recurso de apelação, na modalidade adesiva, em que pugnou pela reforma parcial da sentença, tão somente para que se modificasse o capítulo do julgado referente aos ônus da sucumbência, que, em sua ótica, padecia de equívoco.

Quanto a Carlos, este, por meio de seu advogado, manejou recurso de apelação vinte e dois dias úteis depois de sua intimação do teor da sentença. Requereu ele, em suas razões recursais, a reforma integral do julgado, com a declaração de improcedência do pedido de cobrança.

É correto afirmar, nesse quadro, que:

- (A) os três recursos de apelação devem ser conhecidos;
- (B) nenhum dos três recursos de apelação deve ser conhecido;
- (C) os recursos de apelação de Bernardo e Carlos devem ser conhecidos, mas não o de André;
- (D) o recurso de apelação de Carlos deve ser conhecido, mas não os de Bernardo e André;
- (E) os recursos de apelação de Bernardo e André devem ser conhecidos, mas não o de Carlos.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O recurso de Carlos não deve ser conhecido, por ser intempestivo, uma vez não interposto no prazo de 15 dias, tal qual preceitua o art. 1.003, §5º, do CPC: “Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias”.

A alternativa B está incorreta. O recurso de Bernardo e André deve ser conhecido. O recurso de Bernardo deve ser conhecido, uma vez que foi beneficiado pelo prazo em dobro em razão de ser patrocinado pela Defensoria Pública (art. 186, CPC: “A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais”). O recurso de André deve ser conhecido, vez que interposto na modalidade adesiva (art. 997, inciso II, do CPC: “O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa, observado, ainda, o seguinte: II - será admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial”).

A alternativa C está incorreta. O recurso de Carlos não deve ser conhecido, por ser intempestivo, uma vez não interposto no prazo de 15 dias, tal qual preceitua o art. 1.003, §5º, do CPC. O recurso



de André deve ser conhecido, vez que interposto na modalidade adesiva, nos termos do art. 997, inciso II, do CPC.

A alternativa D está incorreta. O recurso de Carlos não deve ser conhecido, por ser intempestivo, uma vez não interposto no prazo de 15 dias, tal qual preceitua o art. 1.003, §5º, do CPC. O recurso de André deve ser conhecido, vez que interposto na modalidade adesiva, nos termos do art. 997, inciso II, do CPC. O recurso de Bernardo deve ser conhecido, uma vez que foi beneficiado pelo prazo em dobro em razão de ser patrocinado pela Defensoria Pública, nos termos do art. 186, CPC.

A alternativa E está correta.

**QUESTÃO 16. Anastácia, sedizente titular do direito de servidão em relação a um imóvel situado em área pertencente à Comarca de Corumbá, ajuizou ação em face de Filomena, pessoa absolutamente incapaz e já curatelada.**

**A autora persegue a edição de provimento jurisdicional que reconheça o direito de servidão que alega titularizar e que iniba a ré de praticar condutas que lhe obstem o normal exercício.**

**A petição inicial foi distribuída a um dos juízos cíveis da Comarca de Campo Grande, onde tanto a autora quanto a ré são domiciliadas.**

**Nesse quadro, é correto afirmar que:**

**(A) o foro em que foi intentada a demanda é competente para processar e julgar o feito;**

**(B) o juiz deve proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, cabendo à ré a iniciativa de arguir o vício de incompetência relativa que se configurou;**

**(C) o juiz deve proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, podendo o órgão do Ministério Público arguir o vício de incompetência relativa que se configurou;**

**(D) o juiz deve reconhecer de ofício o vício de incompetência relativa que se configurou, haja vista a condição de incapaz ostentada pela ré;**

**(E) o juiz deve reconhecer de ofício o vício de incompetência absoluta que se configurou, determinando, depois de ouvidos os interessados, a remessa dos autos a um dos juízos cíveis da Comarca de Corumbá.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O foro competente para processar e julgar o feito é o local da coisa, cuja competência é absoluta, nos termos do art. 47, caput e § 1º, do CPC: “ Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa. § 1º O autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição se o litígio não recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova”.

A alternativa B está incorreta. Dada a competência absoluta, cumpre ao juiz remeter os autos para o juízo competente de ofício, nos termos do art. 64, §§ 1º e 3º, do CPC: “A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação. § 1º A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício. § 3º Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.”

A alternativa C está incorreta. Dada a competência absoluta, cumpre ao juiz remeter os autos para o juízo competente de ofício, nos termos do art. 64, §§ 1º e 3º, do CPC.



A alternativa D está incorreta. Trata-se de competência absoluta, nos termos do art. 47, caput e § 1º, do CPC.

A alternativa E está correta. Trata-se de competência absoluta, nos termos do art. 47, caput e § 1º, do CPC. Dada a competência absoluta, cumpre ao juiz remeter os autos para o juízo competente de ofício, nos termos do art. 64, §§ 1º e 3º, do CPC.

**QUESTÃO 17. Em execução por título extrajudicial ajuizada em face de dois irmãos, os executados foram citados para efetuar o pagamento do débito no prazo de três dias, sob pena de penhora de bens. Porém, ambos os executados têm interesse em se defender, pois um deles entende que existe excesso de execução e o outro considera que a penhora realizada restou incorreta.**

**Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:**

**(A) a alegação de penhora incorreta pode ser manejada via embargos à execução, no prazo legal, ou por simples petição, no prazo de quinze dias, contado da ciência do ato;**

**(B) o prazo para cada um dos embargados oferecer embargos à execução conta-se a partir da juntada do último mandado de citação;**

**(C) a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução pressupõe o preenchimento dos requisitos da tutela provisória e independe da garantia do juízo;**

**(D) os embargos à execução têm cognição reduzida e, portanto, os executados não podem alegar todas as matérias de defesa que lhes seria lícito deduzir em processo de conhecimento;**

**(E) a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução impedirá a efetivação dos atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação dos bens.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A alegação de penhora incorreta está prevista no rol de matérias alegáveis mediante embargos à execução, nos termos do art. 917, inciso II, do CPC: “Nos embargos à execução, o executado poderá alegar: II - penhora incorreta ou avaliação errônea”. Caso se verifique penhora posterior ao momento dos embargos à execução, “A incorreção da penhora ou da avaliação poderá ser impugnada por simples petição, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência do ato”, nos termos do art. 917, § 1º, do CPC.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 915, § 3º, do CPC, “Em relação ao prazo para oferecimento dos embargos à execução, não se aplica o disposto no art. 229”.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 919, § 1º, do CPC, “O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes”.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 917, inciso VI, do CPC: “Nos embargos à execução, o executado poderá alegar: VI - qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento”.



A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 919, § 5º, do CPC: “A concessão de efeito suspensivo não impedirá a efetivação dos atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação dos bens”.

**QUESTÃO 18.** Tendo sido atingido e ferido por um objeto arremessado da janela do apartamento de um determinado prédio, Antônio, após identificar a unidade responsável, apurou, mediante pesquisa realizada junto à serventia imobiliária, que o imóvel pertencia a Pedro, um menor absolutamente incapaz.

Intentada a ação indenizatória, a que se seguiu o seu juízo positivo de admissibilidade, o oficial de justiça incumbido da diligência citatória certificou não ter localizado nem Pedro, nem os respectivos representantes legais.

Concluindo que o réu se encontrava em local ignorado, o juiz da causa determinou a sua citação por edital, sem que, após a sua efetivação, tivesse sido apresentada aos autos qualquer resposta.

É correto afirmar, nesse contexto, que o juiz deverá:

(A) suspender o curso do feito, até que o réu oferte a sua manifestação, não podendo tal suspensão exceder o prazo de seis meses;

(B) expedir ofício à Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando-lhe que indique profissional habilitado a elaborar contestação em nome do réu, diante da incapacidade deste;

(C) determinar a abertura de vista dos autos ao Ministério Público, cuja intervenção no feito, em razão da presença de incapaz, torna dispensável a intimação do curador especial;

(D) decretar a revelia do réu e determinar a abertura de vista dos autos ao curador especial, a quem é vedado suscitar questões preliminares, salvo a de nulidade do ato citatório;

(E) decretar a revelia do réu e determinar a abertura de vista dos autos ao curador especial, a quem não toca o ônus da impugnação especificada dos fatos alegados na petição inicial.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 72, inciso II, do CPC: “O juiz nomeará curador especial ao: II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado”.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 72, parágrafo único, do CPC: “A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei”.

A alternativa C está incorreta. O STJ decidiu que, quando o Ministério Público atuar na defesa de incapaz menor, será dispensada a intervenção da Defensoria. Nestes termos: “A Turma firmou entendimento de que é desnecessária a intervenção da Defensoria Pública como curadora especial do menor na ação de destituição de poder familiar ajuizada pelo Ministério Público. Na espécie, considerou-se inexistir prejuízo aos menores apto a justificar a nomeação de curador especial. Segundo se observou, a proteção dos direitos da criança e do adolescente é uma das funções institucionais do MP, consoante previsto nos arts. 201 a 205 do ECA. Cabe ao referido órgão promover e acompanhar o procedimento de destituição do poder familiar, atuando o representante do *Parquet* como autor, na qualidade de substituto processual, sem prejuízo do seu papel como fiscal da lei. Dessa forma, promovida a ação no exclusivo interesse do menor, é despicienda a participação de outro órgão para defender exatamente o mesmo interesse pelo qual zela o autor da



ação” (STJ, Ag 1.369.745-RJ, DJe 13/12/2011. REsp 1.176.512-RJ, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 1º/3/2012 – Info 492). Como se pode depreender, referida decisão aplica-se quando o Ministério Público efetua a defesa do incapaz, não quando se trata de atuação *custus legis*.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 72, inciso II, do CPC: “O juiz nomeará curador especial ao: II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado”.

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 72, inciso II, do CPC: “O juiz nomeará curador especial ao: II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado”. Além disso, dispõe o art. 341, parágrafo único, do CPC: “O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial”.

**QUESTÃO 19. Determinado condomínio edilício, constatando que um apartamento se encontrava em débito no tocante às contribuições extraordinárias aprovadas em assembleia geral, documentalmente comprovadas, relativamente aos quatro últimos meses, ajuizou ação de cobrança em face do titular da unidade.**

**Pleiteou o condomínio, em sua petição inicial, a condenação do réu a pagar o débito apurado, com os consectários da mora.**

**Apreciando a peça exordial, o juiz da causa determinou a intimação da parte autora para que a emendasse, de modo a alterar a ação de conhecimento para de execução.**

**Tendo o demandante ponderado que a sua inicial não padecia de nenhum defeito, o juiz, concluindo pela ausência de interesse de agir, indeferiu-a, extinguindo o feito sem resolução do mérito. Inconformado, o autor interpôs recurso de apelação.**

**Nesse cenário, é correto afirmar que o recurso manejado pela parte autora:**

**(A) comporta juízo de retratação, que, não sendo exercido, ensejará a remessa dos autos ao órgão ad quem, o qual deverá dar provimento ao apelo;**

**(B) não comporta juízo de retratação, o que ensejará a remessa dos autos ao órgão ad quem, o qual deverá dar provimento ao apelo;**

**(C) comporta juízo de retratação, que, não sendo exercido, ensejará a remessa dos autos ao órgão ad quem, o qual deverá negar provimento ao apelo;**

**(D) não comporta juízo de retratação, o que ensejará a remessa dos autos ao órgão ad quem, o qual deverá negar provimento ao apelo;**

**(E) comporta juízo de retratação, que, não sendo exercido, ensejará a remessa dos autos ao órgão ad quem, o qual não deverá conhecer do apelo, por incabível na espécie.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A hipótese de indeferimento da petição inicial está prevista no art. 485, inciso I, do CPC, segundo o qual: “O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial”. Em complemento, fazendo referência aos incisos do art. 485, o § 7º do mesmo dispositivo preceitua que: “Interposta a apelação em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se”. Dará provimento ao apelo, uma vez que o art. 785 do



CPC dispõe que “A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.”

A alternativa B está incorreta. Comporta juízo de retratação, nos termos do art. 485, § 7º, do CPC.

A alternativa C está incorreta. O erro está em afirmar que não dará provimento ao recurso, vez que o art. 785 do CPC dispõe que “A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.”

A alternativa D está incorreta. Comporta juízo de retratação, nos termos do art. 485, § 7º, do CPC.

A alternativa E está incorreta. Possível a interposição de apelação, nos termos do art. 485, o § 7º, do CPC.

**QUESTÃO 20.** João apresentou uma petição inicial com pedido de tutela cautelar em caráter antecedente, com o objetivo de impedir a realização de uma reunião de sócios da sociedade WXYZ, que integra como sócio, alegando que as regras da sociedade não foram observadas na respectiva convocação.

Diante dessa situação jurídica específica, é correto afirmar que:

(A) se a tutela cautelar for deferida e efetivada, João deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, no prazo de quinze dias, mediante o recolhimento de novas custas;

(B) não sendo contestado o pedido cautelar pelos réus no prazo de cinco dias, os fatos alegados por João presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá dentro de cinco dias;

(C) se a tutela cautelar for deferida, efetivada e estabilizada, o direito de rever, reformar ou invalidar a tutela estabilizada extingue-se após dois anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo;

(D) a eficácia da tutela cautelar cessa se não for efetivada dentro de trinta dias. Uma vez cessada a eficácia da tutela cautelar, João poderá renovar o pedido, ainda que sob o mesmo fundamento;

(E) o indeferimento da tutela cautelar impede que João formule o pedido principal no prazo legal, uma vez que o deferimento do pedido cautelar é pressuposto para a análise do pedido principal.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 308 do CPC: “Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.”

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 307 do CPC: “Não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá dentro de 5 (cinco) dias.”

A alternativa C está incorreta. É cabível a estabilização da tutela quando se trata de tutela antecipada em caráter antecedente, nos termos do art. 304 do CPC: “A tutela antecipada, concedida



nos termos do art. 303 , torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.”

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 309, parágrafo único, do CPC: “Se por qualquer motivo cessar a eficácia da tutela cautelar, é vedado à parte renovar o pedido, salvo sob novo fundamento.”

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 310 do CPC: O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.”

**QUESTÃO 21. Ajuizada uma ação monitória objetivando o adimplemento de uma obrigação de fazer estabelecida em contrato firmado entre as partes, o réu se defendeu alegando exceção de contrato não cumprido e ofereceu reconvenção visando à condenação do autor ao pagamento da multa contratual.**

**Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:**

**(A) a reconvenção deve ser julgada extinta, pois a ação monitória não admite o oferecimento de reconvenção;**

**(B) a ação principal deve ser julgada extinta, conhecendo-se apenas a reconvenção, pois não se pode pleitear obrigação de fazer pela via da ação monitória;**

**(C) a oposição dos embargos suspende a eficácia do mandado monitório até o julgamento em segundo grau, Independentemente de prévia segurança do juízo;**

**(D) a critério do juiz, os embargos serão autuados em apartado, se parciais, constituindo-se de pleno direito o título executivo judicial em relação à parcela incontroversa;**

**(E) se o réu optasse por cumprir a obrigação de fazer no prazo assinalado, deixando de contestar reconvir, seria beneficiado pela sanção premial consistente na redução dos honorários advocatícios pela metade.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Súmula 292 do STJ: “A reconvenção é cabível na ação monitória, após a conversão do procedimento em ordinário.”

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 700, inciso III, do CPC: “A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: III - o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer”.

A alternativa C está incorreta. O réu poderá por embargos monitórios independente de prévia segurança, nos termos do art. 702 do CPC: “Independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos, no prazo previsto no art. 701 , embargos à ação monitória”.

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 702, § 7º, do CPC: “A critério do juiz, os embargos serão autuados em apartado, se parciais, constituindo-se de pleno direito o título executivo judicial em relação à parcela incontroversa”.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 701, § 1º, do CPC: “O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo”.



**QUESTÃO 22.** Marcos, juiz de Direito, recebeu uma ação recém-distribuída para analisar o pedido de tutela provisória. Porém, depois de ler a petição inicial, observou que o nome do advogado era familiar e lembrou que André, o advogado, é seu primo, filho de seu tio Olavo, irmão de sua mãe.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- (A) por ser parente de quarto grau, o juiz Marcos pode conduzir o processo normalmente;
- (B) por ser parente de quarto grau, o juiz Marcos deve declarar seu impedimento, declinando as razões;
- (C) por ser parente de quarto grau, o juiz Marcos deve declarar seu impedimento, sem necessidade de manifestar suas razões;
- (D) por ser parente de quarto grau, o juiz Marcos não pode declarar sua suspeição, sem prévia provocação das partes;
- (E) o juiz Marcos não teria impedimento para apreciar a tutela provisória, mas apenas estaria impedido para o julgamento de mérito.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 144, inciso III, do CPC: “Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: III - quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive”. Assim, o impedimento se aplica aos parentes de até terceiro grau, não se aplicando a André.

A alternativa B está incorreta. O impedimento se aplica aos parentes de até terceiro grau, não se aplicando a André.

A alternativa C está incorreta. O impedimento se aplica aos parentes de até terceiro grau, não se aplicando a André.

A alternativa D está incorreta. Não se trata de impedimento e nem suspeição.

A alternativa E está incorreta. O impedimento se aplica aos parentes de até terceiro grau, não se aplicando a André.

**QUESTÃO 23.** Verificando que duas obrigações derivadas de um determinado contrato já se encontravam vencidas e não haviam sido cumpridas, o credor ajuizou ação de cobrança, pleiteando a condenação do devedor a pagar os respectivos valores, com os consectários da mora.

Regularmente citado, o devedor apresentou contestação em que negava os fatos constitutivos do direito de crédito afirmado pelo autor, no tocante a uma das obrigações, tendo silenciado, contudo, em relação à pretensão de cobrança da outra obrigação.

Na sequência, o juiz da causa, reputando incontroverso o débito não impugnado pelo réu em sua peça de bloqueio, proferiu de imediato decisão em que acolhia o respectivo pedido de cobrança, embora reconhecendo que se tratava de obrigação ilíquida.

Quanto ao outro pedido formulado na peça exordial, o órgão judicial determinou o prosseguimento do feito, rumo à fase da instrução probatória.



É correto afirmar, nesse contexto, que o juiz agiu:

(A) equivocadamente, pois o julgamento antecipado parcial do mérito pressupõe o reconhecimento de obrigação líquida, sendo a sua decisão impugnável por recurso de apelação;

(B) acertadamente, pois o julgamento antecipado parcial do mérito pode ocorrer com o reconhecimento de obrigação líquida ou ilíquida, sendo a sua decisão impugnável por recurso de apelação;

(C) equivocadamente, pois o julgamento antecipado parcial do mérito pressupõe o reconhecimento de obrigação líquida, sendo a sua decisão impugnável por recurso de agravo de instrumento;

(D) acertadamente, pois o julgamento antecipado parcial do mérito pode ocorrer com o reconhecimento de obrigação líquida ou ilíquida, sendo a sua decisão impugnável por recurso de agravo de instrumento;

(E) equivocadamente, pois o julgamento antecipado parcial do mérito pressupõe o reconhecimento de obrigação líquida, não sendo a sua decisão impugnável por via recursal típica.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. É possível sentença ilíquida em sede de julgamento antecipado parcial de mérito. Nos termos do art. 356, § 1º, do CPC: “A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida.”

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 356, § 5º, do CPC: “A decisão proferida com base neste artigo é impugnável por agravo de instrumento.”

A alternativa C está incorreta. É possível sentença ilíquida em sede de julgamento antecipado parcial de mérito. Nos termos do art. 356, § 1º, do CPC. Nos termos do art. 356, § 5º, do CPC, é cabível agravo de instrumento.

A alternativa D está correta. É possível sentença líquida e ilíquida em sede de julgamento antecipado parcial de mérito. Nos termos do art. 356, § 1º, do CPC. Nos termos do art. 356, § 5º, do CPC, é cabível agravo de instrumento.

A alternativa E está incorreta. É possível sentença ilíquida em sede de julgamento antecipado parcial de mérito. Nos termos do art. 356, § 1º, do CPC. Nos termos do art. 356, § 5º, do CPC, é cabível agravo de instrumento.

**QUESTÃO 24. No que concerne à gratuidade de justiça, é correto afirmar que:**

(A) pode ter como beneficiário tanto pessoa física quanto pessoa jurídica;

(B) não pode ser deferida ao litigante que tenha a causa patrocinada por advogado particular;

(C) constitui benefício que, uma vez deferido à parte, estende-se automaticamente ao respectivo sucessor processual;

(D) constitui benefício que importa em isenção das custas judiciais e das multas, como a decorrente da litigância de má-fé;

(E) a decisão que indefere o benefício não é impugnável por via recursal típica.



## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 98 do CPC: “A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.”

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 99, § 4º, do CPC: “A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.”

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 99, § 7º, do CPC: “O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.”

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 98, § 4º, do CPC: “A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.”

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 1.015, inciso C, do CPC: “Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação”

**QUESTÃO 25. Caio intentou ação de reintegração de posse em face de Tício alegando que este ocupava indevidamente o seu imóvel havia mais de dois anos. Embora reconhecendo que a ação possessória que então ajuizava não era de força nova, Caio formulou em sua petição inicial requerimento de medida liminar, aferrando-se ao argumento de que o esbulho perpetrado por Tício lhe vinha causando enormes prejuízos financeiros, que inclusive estavam comprometendo a sua subsistência.**

**A despeito do juízo positivo de admissibilidade da demanda, o juiz da causa indeferiu a liminar vindicada. Depois de ofertadas a peça contestatória e as petições em que ambas as partes especificavam as provas que pretendiam ver produzidas, Caio apresentou nova petição, na qual atribuía a Tício em sua ótica, a prática de condutas processuais que, evidenciavam abuso do direito de defesa e propósito manifestamente protelatório.**

**O autor da ação concluiu o seu arrazoado com o requerimento de decretação imediata de sua reintegração de posse em relação ao imóvel objeto da ação. Apreciando os novos argumentos de Caio, o juiz da causa concluiu pela sua solidez, razão por que deferiu o seu pleito, para decretar a tutela provisória vindicada.**

**No tocante à primeira tutela provisória requerida por Caio, indeferida, e à segunda, deferida, é correto afirmar que as suas naturezas jurídicas são, respectivamente, de:**

- (A) tutela cautelar e tutela antecipada de urgência;**
- (B) tutela cautelar e tutela antecipada da evidência;**
- (C) tutela antecipada de urgência e tutela antecipada da evidência;**
- (D) tutela antecipada da evidência e tutela antecipada de urgência;**
- (E) tutela antecipada da evidência e tutela antecipada da evidência.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.



A primeira tutela provisória requerida, ora indeferida, diz respeito à tutela antecipada de urgência, com fundamento no art. 303 do CPC: “Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.”

A segunda tutela provisória requerida, ora deferida, refere-se à tutela antecipada de evidência, nos termos do art. 311, inciso I, do CPC: “311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.”

Motivo pelo qual a única alternativa correta é a letra C.

**QUESTÃO 26. No que se refere à suspensão da execução de medidas liminares concedidas nos autos de ações ajuizadas, na primeira instância, em face do poder público, é correto afirmar que:**

**(A) a competência para apreciar o pleito de suspensão é do órgão fracionário ao qual tocaria julgar o agravo de instrumento;**

**(B) assim como a pessoa jurídica de direito público, o Ministério Público tem legitimidade para pleitear a suspensão;**

**(C) é condição para o conhecimento do pleito de suspensão a desistência do agravo de instrumento que porventura já tenha sido interposto;**

**(D) o legitimado para pleitear a suspensão pode alegar a ocorrência de *errores in iudicando*, com vistas à obtenção da reforma da decisão de primeira instância;**

**(E) é de dez dias o prazo para se interpor o recurso de agravo para impugnar a decisão de indeferimento do pleito de suspensão, sendo irrecorrível a decisão que o defere.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 4º da Lei 8437/92: “ Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.”

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 4º da Lei 8437/92: “ Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.”

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 4º, § 6º, da Lei 8437/92: “ A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo.”

A alternativa D está incorreta. O art. 4º da Lei 8437/92 não contempla *error in procedendo* como fundamento da suspensão de liminar.



A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 4º, § 3º, da Lei 8437/92: “Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.”

**QUESTÃO 27.** A partir de um contrato empresarial, firmado entre duas pessoas Jurídicas, houve o ajuizamento de uma primeira ação discutindo cláusulas contratuais. Posteriormente, foi distribuída nova ação decorrente do mesmo contrato. Essa nova ação foi distribuída por dependência, pois o autor entendeu que havia risco de decisões conflitantes.

O juiz da causa, por sua vez, determinou que o segundo processo fosse submetido à livre distribuição. Posteriormente, o juízo que recebeu a segunda ação entendeu pela necessidade de reunião dos processos, ante o risco de decisões conflitantes, consistente em interpretações diversas ao mesmo contrato, e determinou a devolução dos autos ao juízo que primeiramente recebeu a ação, sem suscitar conflito negativo de competência.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

(A) o autor da ação deve instar o magistrado que devolveu os autos a suscitar conflito negativo de competência, pois a iniciativa é privativa dos juízes;

(B) o conflito de competência instaurado pelo juiz, por ofício, deve ser instruído com os documentos necessários a comprovar a existência do conflito;

(C) o relator do conflito negativo de competência poderá designar um juízo para definir as questões urgentes, desde que haja requerimento de uma das partes;

(D) as regras que autorizam o julgamento monocrático pelo relator não se aplicam ao conflito de competência, em razão da natureza e das peculiaridades do incidente;

(E) ao decidir o conflito, o tribunal declarará qual o juízo competente, mas não se pronunciará sobre a validade dos atos do juiz incompetente, incumbência que ficará a cargo do juiz declarado competente.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 951 do CPC: “O conflito de competência pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz.”

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 953, inciso I, do CPC: “O conflito será suscitado ao tribunal: I - pelo juiz, por ofício.”

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 955 do CPC: “O relator poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, o sobrestamento do processo e, nesse caso, bem como no de conflito negativo, designará um dos juízes para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.”

A alternativa D está incorreta. Não há ressalva quanto a decisões monocráticas em sede de conflito de competência.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 957 do CPC: “Ao decidir o conflito, o tribunal declarará qual o juízo competente, pronunciando-se também sobre a validade dos atos do juízo incompetente.”



**QUESTÃO 28.** José, servidor público de determinado Município, ajuizou mandado de segurança para impugnar a validade de ato que lhe impusera uma sanção disciplinar, na esteira de apuração de falta funcional em processo administrativo.

O impetrante alegou, como causa petendi, não ter perpetrado o ilícito funcional que a Administração Pública lhe havia atribuído. Apreciando a petição inicial, o juiz da causa, além de proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, deferiu a medida liminar requerida na exordial, decretando a suspensão da eficácia da penalidade aplicada em desfavor do impetrante.

Depois de prestadas as informações pela autoridade impetrada e de ofertada a peça impugnativa pela pessoa jurídica de direito público, Luiz, outro servidor público do mesmo Município, requereu o seu ingresso no polo ativo da relação processual, com a extensão, em seu favor, da medida liminar deferida in initio litis.

Para tanto, Luiz se valeu de linha argumentativa similar à de José, isto é, a de que havia sido sancionado pela Administração, embora não tivesse cometido qualquer ilícito funcional. Conquanto houvesse, a um primeiro momento, deferido o ingresso de Luiz no polo ativo da demanda, o juiz da causa, reexaminando o tema, reconsiderou o seu posicionamento anterior, determinando a sua exclusão do feito.

Após a vinda aos autos da manifestação conclusiva do Ministério Público, foi proferida sentença de mérito, na qual se concedeu a segurança vindicada por José, invalidando-se a penalidade que lhe fora imposta. Não constou do decisum a condenação da Fazenda Pública ao pagamento da verba honorária sucumbencial.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) a decisão concessiva da medida liminar proferida em favor de José é insuscetível de impugnação por via recursal típica;
- (B) a sentença prolatada não está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório;
- (C) caso a autoridade impetrada interponha, em nome próprio, apelação para impugnar a sentença, o juízo a quo deverá inadmitir o recurso, por falta de legitimidade recursal;
- (D) caso Luiz pretenda se insurgir contra a decisão que o excluiu do feito, caber-lhe-á interpor agravo de instrumento, o qual deverá ser conhecido, porém desprovido pelo órgão ad quem;
- (E) caso José interponha embargos de declaração para que conste da sentença o reconhecimento da obrigação da Fazenda Pública de pagar honorários de sucumbência, o juiz deverá dar provimento ao recurso, incluindo a condenação a tal título.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 7º, § 1º, da Lei 12.016/09: “Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto na Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.”

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 14 da Lei 12.016/09: “Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação.”

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 14, §2º, da Lei 12.016/09: “Estende-se à autoridade coatora o direito de recorrer.”



A alternativa D está correta. Nos termos do art. 1.015, inciso VII, do CPC: “Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: VII - exclusão de litisconsorte”.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 25 da Lei 12.016/09: “Não cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.”

**QUESTÃO 32.** Determinada entidade sindical, representativa dos profissionais da área de saúde pública do Estado federado Alfa, ingressou com ação coletiva em face desse ente federativo para que fosse implementado o reajuste de uma gratificação, conforme fora estatuído na Lei estadual n X, cuja constitucionalidade era negada pelo governador do Estado. O pedido foi julgado procedente, sendo o Estado Alfa condenado em custas e honorários advocatícios, tendo a sentença transitado em julgado.

A partir de uma divisão pro rata, considerando o número de beneficiados pelo provimento jurisdicional, João, advogado, ingressou com a execução dos honorários advocatícios fixados na sentença, pleiteando o percentual correspondente a um beneficiário.

Neste caso, à luz da responsabilidade do Estado Alfa pelos honorários advocatícios, o juiz de Direito, ao analisar o pleito de João, deve:

- (A) acolhê-lo, considerando que os honorários advocatícios possuem caráter alimentar, não assumindo a condição de acessórios em relação ao crédito principal;
- (B) acolhê-lo, considerando que as sentenças proferidas em ações coletivas podem produzir efeitos individuais, conforme se verifica no caso, o que legitima a habitação de créditos e a execução em caráter individual;
- (C) rejeitá-lo, pois a condenação do Estado Alfa no pagamento de honorários advocatícios, de forma global, em sede de ação coletiva, consubstancia crédito único, não sendo possível o seu fracionamento em sede de execução;
- (D) rejeitá-lo, salvo se a execução tiver sido instruída com elementos demonstrativos da prévia constituição e liquidação dos créditos individuais de cada beneficiário individual. Sendo este critério que irá diferenciar a alvitrada divisão pro rata;
- (E) acolhê-lo, por a garantia de acesso à justiça está associada à necessidade de o advogado ser remunerado pelos serviços prestados, os quais, nas fases de liquidação e execução, devem ser considerados sob a ótica de cada beneficiário, daí a execução dos honorários em caráter pro rata.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Conforme precedente fixado pelo STJ em sede de recurso repetitivo, “Os honorários sucumbenciais em ação coletiva, porém, devem ser tidos como crédito único e indivisível, não podendo haver fracionamento proporcional às execuções individuais de cada beneficiário.” (STF, RE 1309081/MA, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 07/05/21, Tema 1142), razão pela qual a única alternativa correta é a letra D.

**QUESTÃO 29.** Os parentes e sucessores de setenta e cinco idosos, que sofreram maus-tratos, tortura e insegurança alimentar durante o tempo em que permaneceram numa casa



de acolhimento, decidiram constituir uma associação para buscar reparação civil dos responsáveis e da pessoa jurídica mantenedora da casa de repouso.

A associação referida, ainda em organização, ajuizou, em nome próprio e no interesse das vítimas e dos sucessores dos idosos falecidos, ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos, mas de natureza homogênea.

Consoante as disposições do Código de Defesa do Consumidor em relação à legitimidade para ações coletivas na defesa de interesses individuais homogêneos, é correto afirmar que:

a) carece de legitimidade a associação em organização em razão da ausência de pré-constituição, pois o Código de Defesa do Consumidor somente permite que as entidades e órgãos da administração pública direta, sem personalidade jurídica, possam propor ação coletiva e desde que destinados à defesa dos interesses e direitos do consumidor.

b) embora o requisito de pré-constituição seja uma exigência legal para as associações legalmente constituídas proporem ação coletiva para defesa de direitos individuais homogêneos, ele pode ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.

c) carece de legitimidade a associação em organização em razão da ausência de pré-constituição, pois o Código de Defesa do Consumidor somente permite a propositura de ação coletiva, mediante prévia autorização do órgão deliberativo, por pessoas jurídicas legalmente constituídas há pelo menos seis meses.

d) embora o requisito de pré-constituição seja uma exigência legal para as associações legalmente constituídas proporem ação coletiva para defesa de direitos individuais homogêneos, ele pode ser dispensado pelo juiz desde que a autora preste caução ao pagamento de custas e honorários advocatícios, em caso de sucumbência.

e) carece de legitimidade a associação em organização, pois a ação coletiva para defesa de direitos individuais homogêneos somente pode ser proposta, concorrentemente, pelo Ministério Público ou pela União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal e suas autarquias.

#### **Comentários:**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, porque o art. 82, III, do CDC elenca não apenas os órgãos da administração direta, como também da administração indireta: “ III - as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos por este código;”

A alternativa B está correta, conforme previsão do art. 82, §1º, do CDC, segundo o qual: “§ 1º O requisito da pré-constituição pode ser dispensado pelo juiz, nas ações previstas nos arts. 91 e seguintes, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido”.

A alternativa C está incorreta, porque não é necessária autorização dos beneficiários nas ações coletivas, tampouco do órgão deliberativo (assembleia) de toda e qualquer pessoa jurídica e, ainda por cima, prevê prazo errado. O art. 82, IV, do CDC prevê o prazo de pré-constituição de um ano, e não de seis meses: “IV - as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, dispensada a autorização assemblear.”



A alternativa D está incorreta, porque a prestação de caução não é requisito legal do art 82, §1º do CDC: “O requisito da pré-constituição pode ser dispensado pelo juiz, nas ações previstas nos arts. 91 e seguintes, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido”.

A alternativa E está incorreta, já que o art. 82, I a IV, do CDC enumera, além do Ministério Público, da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e suas autarquias, também as demais entidades da administração pública indireta, sem distinção, e as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, dispensada a autorização assemblear.

**QUESTÃO 30. Anauri ajuizou ação de responsabilidade civil em face de Sonorização Sonora Ltda., para reparação de danos decorrentes de vício do serviço de sonorização da cerimônia e festa de seu casamento. A prestação do serviço foi péssima e frustrou a expectativa do contratante em razão de vícios de qualidade dos equipamentos e atraso na montagem e desmontagem da estrutura de sonorização. No curso da ação foi decretada a falência da ré.**

**Consoante as disposições do Código de Defesa do Consumidor, na ação de responsabilidade civil do fornecedor de serviços, o administrador judicial deverá proceder da seguinte forma:**

- a) informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador.**
- b) incluir o crédito no quadro geral de credores para futuro pagamento, em caso de procedência do pedido. Caso haja seguro de responsabilidade, deve denunciar a lide à seguradora e ao IRB Brasil Resseguros S/A, por se tratar de litisconsórcio necessário.**
- c) informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, a denúncia da lide ao IRB Brasil Resseguros S/A.**
- d) integrar a lide como substituto processual e, se houver seguro de responsabilidade, poderá chamar ao processo tanto o segurador quanto o IRB Brasil Resseguros S/A.**
- e) incluir o crédito do consumidor no quadro geral de credores para futuro pagamento, em caso de procedência do pedido, sendo-lhe facultado denunciar a lide à seguradora, caso haja seguro de responsabilidade.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme dispõe o art. 101, II, do CDC: “II - o réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo o segurador, vedada a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil. Nesta hipótese, a sentença que julgar procedente o pedido condenará o réu nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil. Se o réu houver sido declarado falido, o síndico será intimado a informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, vedada a denúncia da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil e dispensado o litisconsórcio obrigatório com este.”

A alternativa B está incorreta, conforme dispõe o art. 101, II, do CDC: “II - o réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo o segurador, vedada a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil. Nesta hipótese, a sentença que julgar procedente o pedido condenará o réu nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil. Se



o réu houver sido declarado falido, o síndico será intimado a informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, vedada a denunciação da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil e dispensado o litisconsórcio obrigatório com este.”

A alternativa C está incorreta, porque não cabe denunciação da lide ao IRB Brasil Resseguros S/A, conforme dispõe o art. 101, II, do CDC: “II - o réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo o segurador, vedada a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil. Nesta hipótese, a sentença que julgar procedente o pedido condenará o réu nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil. Se o réu houver sido declarado falido, o síndico será intimado a informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, vedada a denunciação da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil e dispensado o litisconsórcio obrigatório com este.”

A alternativa D está incorreta, uma vez que cabe o chamamento apenas do segurador e não do IRB Brasil Resseguros S/A, conforme dispõe o art. 101, II, do CDC: “II - o réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo o segurador, vedada a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil. Nesta hipótese, a sentença que julgar procedente o pedido condenará o réu nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil. Se o réu houver sido declarado falido, o síndico será intimado a informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, vedada a denunciação da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil e dispensado o litisconsórcio obrigatório com este.”

A alternativa E está incorreta, porque não cabe denunciação a lida à seguradora, mas sim o chamamento da seguradora, conforme dispõe o art. 101, II, do CDC: “II - o réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo o segurador, vedada a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil. Nesta hipótese, a sentença que julgar procedente o pedido condenará o réu nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil. Se o réu houver sido declarado falido, o síndico será intimado a informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, vedada a denunciação da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil e dispensado o litisconsórcio obrigatório com este.”

**QUESTÃO 31. Inocência adquiriu um automóvel novo na concessionária Paranaíba. O automóvel contém como item de segurança freios antitravamento ou ABS. Tais freios têm como principal objetivo evitar o travamento das rodas em frenagens bruscas, prevenindo acidentes e proporcionando segurança ao motorista quando acionado.**

**Após nove meses de uso e ainda dentro do prazo da garantia contratual, o automóvel sofreu colisão traseira provocada por outro veículo, tendo Inocência sofrido lesões leves.**

**Sustentando que os freios ABS são defeituosos e foram incapazes de obstar a colisão, a consumidora ajuizou ação em face do fabricante e da concessionária pedindo o pagamento de indenização por danos materiais e morais. Inocência requereu a inversão do ônus da prova contra o fabricante, o que foi indeferido pelo juiz.**

**O laudo pericial anexado aos autos comprovou que a condutora acionou os freios, com êxito, para evitar atropelamento de um transeunte, mas o veículo traseiro não foi capaz de frear a tempo de impedir a colisão.**



**Com base na narrativa e à luz da Lei nº 8.078/1990, é correto afirmar que:**

**a) independentemente de a colisão ter sido dianteira ou traseira, o produto é considerado defeituoso quando não oferece a segurança que dele se espera; logo, deve ser julgado procedente o pedido da consumidora.**

**b) tanto o fabricante dos freios quanto a concessionária de veículos são solidariamente responsáveis, independentemente de culpa, perante Inocência pelos produtos postos em circulação.**

**c) a ação indenizatória não poderia ter sido proposta em face do fabricante, pois quem responde por eventual defeito dos freios ABS é a concessionária, na condição de vendedora do veículo.**

**d) o juiz não poderia ter negado o pedido de inversão do ônus da prova contra o fabricante por ser um direito básico em razão da vulnerabilidade técnica e econômica da consumidora.**

**e) os freios ABS não podem ser considerados defeituosos, pois Inocência conseguiu evitar o atropelamento, e a prova técnica comprovou que a lesão sofrida por ela decorre de colisão traseira com o seu automóvel.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, porque a posição da colisão é relevante para verificar se houve ou não culpa exclusiva de terceiro, hipótese que configura excludente da responsabilidade objetiva, além da previsão expressa do art. 12, §1º, do CDC, para levar em consideração circunstâncias relevantes: “O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - sua apresentação; II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi colocado em circulação.”

A alternativa B está incorreta, uma vez que o caso enquadra-se em uma das excludentes de responsabilidade. Contudo, caso houvesse responsabilidade, esta seria solidária nos termos do art. 12 do CDC: “O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.”

A alternativa C está incorreta, porque a responsabilidade, caso existisse, seria solidária nos termos do art. 12 do CDC: “O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.”

A alternativa D está incorreta, porque a inversão do ônus da prova não é automática no CDC, segundo o art. 6º, VIII: “a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências”. Isto é, cabe a inversão quando a alegação for verossímil ou o consumidor for hipossuficiente. A hipossuficiência do consumidor é analisada caso a caso, diferente da vulnerabilidade presumida.



A alternativa E está correta, uma vez que o art. 12, §3º, do CDC elenca as hipóteses de excludente da responsabilidade objetiva do fabricante, entre elas, a culpa exclusiva de terceiro, como o caso em tela, no qual o terceiro (veículo que colidiu na traseira) não conseguiu frear a tempo de evitar a colisão: “O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar: I - que não colocou o produto no mercado; II - que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste; III - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.”

**QUESTÃO 32.** Determinada entidade sindical, representativa dos profissionais da área de saúde pública do Estado federativo Alfa, ingressou com ação coletiva em face desse ente federativo para que fosse implementado o reajuste de uma gratificação, conforme fora estatuído na Lei estadual nº X, cuja constitucionalidade era negada pelo governador do Estado. O pedido foi julgado procedente, sendo o Estado Alfa condenado em custas e honorários advocatícios, tendo a sentença transitado em julgado.

A partir de uma divisão *pro rata*, considerando o número de beneficiados pelo provimento jurisdicional, João, advogado, ingressou com a execução dos honorários advocatícios fixados na sentença, pleiteando o percentual correspondente a um beneficiário.

Nesse caso, à luz da responsabilidade do Estado Alfa pelos honorários advocatícios, o juiz de Direito, ao analisar o pleito de João, deve:

a) acolhê-lo, considerando que os honorários advocatícios possuem caráter alimentar, não assumindo a condição de acessórios em relação ao crédito principal.

b) acolhê-lo, considerando que as sentenças proferidas em ações coletivas podem produzir efeitos individuais, conforme se verifica no caso, o que legitima a habilitação de créditos e a execução em caráter individual.

c) rejeitá-lo, pois a condenação do Estado Alfa ao pagamento de honorários advocatícios, de forma global, em sede de ação coletiva, consubstancia crédito único, não sendo possível o seu fracionamento em sede de execução.

d) rejeitá-lo, salvo se a execução tiver sido instruída com elementos demonstrativos da prévia constituição e liquidação dos créditos individuais de cada beneficiário individual, sendo este o critério que irá direcionar a alvitrada divisão *pro rata*.

e) acolhê-lo, pois a garantia de acesso à justiça está associada à necessidade de o advogado ser remunerado pelos serviços prestados, os quais, nas fases de liquidação e execução, devem ser considerados sob a ótica de cada beneficiário, daí a execução dos honorários em caráter *pro rata*.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

Consoante a Tese de Repercussão Geral – Tema 1142 do STF, segundo a qual: “Os honorários advocatícios constituem crédito único e indivisível, de modo que o fracionamento da execução de honorários advocatícios sucumbenciais fixados em ação coletiva contra a Fazenda Pública, proporcionalmente às execuções individuais de cada beneficiário, viola o § 8º do artigo 100 da Constituição Federal”. STF. Plenário. RE 1309081 RG, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 06/05/2021 (Repercussão Geral – Tema 1142).



**QUESTÃO 33.** O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) tem regras próprias para a defesa em juízo dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas, destacando-se os efeitos da coisa julgada das sentenças proferidas em ações coletivas.

Sobre esse tema, é correto afirmar que:

a) a sentença fará coisa julgada *ultra partes*, tanto no caso de procedência quanto de improcedência do pedido, na hipótese de ação coletiva fundada em interesses ou direitos difusos.

b) as ações coletivas fundadas em direitos ou interesses difusos não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada da sentença na ação coletiva não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de quinze dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

c) nas ações coletivas fundadas em direitos individuais homogêneos, em caso de improcedência do pedido, como a sentença não fará coisa julgada *erga omnes*, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.

d) os efeitos da coisa julgada nas ações coletivas fundadas em direitos ou interesses difusos, se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, impedem que qualquer legitimado ajuíze outra ação, com idêntico fundamento e valendo-se de nova prova.

e) a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, salvo improcedência por insuficiência de provas, mas limitadamente ao grupo, categoria ou parte interessado, quando se tratar de ação fundada em interesses ou direitos coletivos.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, porque o efeito, para os direitos difusos, é *erga omnes* e será apenas no caso de procedência do pedido, conforme dispõe o Art. 103, I, do CDC: “Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81;”

A alternativa B está incorreta, porque o pedido de suspensão deve ocorrer em até 30 (trinta) dias, nos termos do art. 104 do CDC: “As ações coletivas, previstas nos incisos I e II e do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada erga omnes ou ultra partes a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.”

A alternativa C está correta, uma vez que a sentença terá efeitos *erga omnes* apenas no caso de procedência do pedido, desta forma, é cabível, no caso de improcedência do pedido, que aqueles que não participaram do processo, isto é, não eram litisconsortes, possam ajuizar demandas individuais, conforme dispõe o §2º do art. 103: “Na hipótese prevista no inciso III, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual”.

A alternativa D está incorreta, porque no caso de prova nova é possível ajuizar novamente a demanda coletiva, consoante dispõe o art. 103, I, do CDC: “Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente



por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81;”

A alternativa E está incorreta, uma vez que a sentença, no caso dos direitos coletivos, possui efeito *ultra partes*, nos termos do art. 103, II, do CDC: “II - ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;”

**QUESTÃO 34. O Ministério Público propõe ação de obrigação de fazer em face do Município, a fim de que seja assegurado o fornecimento de tratamento de saúde especializado para criança em acolhimento que possui deficiência grave.**

**O juiz da Infância e Juventude concede a tutela antecipada, determinando ao ente municipal que adote as medidas concretas visando à oferta de tratamento à criança, no prazo de dez dias, sob pena de multa diária de dez mil reais.**

**Em que pese tal decisão, o Município mantém-se inerte no curso da instrução, agravando-se o quadro de saúde da criança. O pedido é julgado procedente, sendo confirmada a decisão de tutela antecipada e operando-se o trânsito em julgado da sentença.**

**O Ministério Público peticiona nos autos requerendo ao magistrado que o valor da multa devida pelo réu seja utilizado para a reforma da entidade de acolhimento institucional conveniada ao Município, com depósito na conta bancária da instituição.**

**Considerando o disposto na Lei no 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:**

**(A) na condição de exequente das multas devidas pela municipalidade, o Ministério Público pode definir a destinação de tais verbas;**

**(B) as multas devidas podem ser objeto de execução provisória Público em face da promovida pelo Ministério;**

**(C) não se admite a legitimidade concorrente de terceiros para a execução dos valores das multas, que deverão ser cobradas judicialmente apenas pelo Ministério Público;**

**(D) os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo Município;**

**(E) a multa só será exigível e devida pelo réu após o trânsito em julgado da sentença, desconsiderando-se o dia em que se houver configurado o descumprimento.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A é incorreta. Nos termos do art. 214 do ECA: “Os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município.”

A alternativa B é incorreta. Nos termos do art. 213, § 3º, do ECA: “A multa só será exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento.”

A alternativa C é incorreta. Nos termos do art. 214, § 1º, do ECA: “As multas não recolhidas até trinta dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas através de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.”



A alternativa D é correta: Nos termos do art. 214 do ECA: “Os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município.”

A alternativa E é incorreta. Nos termos do art. 213, § 3º, do ECA: “A multa só será exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento.”

**QUESTÃO 35.** Jennifer, por intermédio de seu advogado, protocoliza petição perante a Vara da Infância e da Juventude, comunicando ao juízo que deseja realizar a entrega de seu filho em adoção à Andréa, tia materna da criança, que não é habilitada à adoção. A criança e a tia possuem fortes vínculos de afinidade e afetividade, além de convivência quase diária.

O Ministério Público requer a realização de estudo social e psicológico. Considerando o disposto na Lei no 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que a hipótese narrada:

**(A)** consiste na entrega voluntária da criança em adoção para a sua tia materna, na forma prevista pelo Art. 19-A do ECA;

**(B)** exige a prévia habilitação à adoção por parte da tia materna, caso haja interesse em perfilhar o seu sobrinho;

**(C)** configura modalidade de adoção que encontra fundamento no Art. 50, §13, II, do ECA;

**(D)** não encontra fundamento legal, na medida em que a entrega voluntária se destina à adoção por pessoa ou casal habilitado perante o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA);

**(E)** torna obrigatório o encaminhamento da genitora à rede pública de saúde e de assistência social para atendimento especializado, independentemente da sua vontade.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A é incorreta. O art. 19-A do ECA se aplica à hipótese de interesse de entrega à adoção antes ou logo após o nascimento da criança: “A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.”

A alternativa B é incorreta. É possível que seja deferida a adoção sem cadastro prévio, nos termos do art. 50, § 13, incisos, do ECA: “Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando: I - se tratar de pedido de adoção unilateral; II - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade; III - oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos arts. 237 ou 238 desta Lei.”

A alternativa C é correta. Nos termos do art. 50, § 13, incisos, do ECA: “Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando: III - oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos arts. 237 ou 238 desta Lei.”



A alternativa D é incorreta. É possível que seja deferida a adoção sem cadastro prévio, nos termos do art. 50, § 13, incisos, do ECA

A alternativa E é incorreta. Ausência de previsão.

**QUESTÃO 36.** Anderson, de 17 anos, cumpre medida socioeducativa em unidade de internação. O adolescente procura a direção para solicitar autorização para que Sarah, com quem vive, comprovadamente, em união estável, realize visita íntima.

Anderson solicita, ainda, que seja autorizada, em outra data, a visita na unidade de internação de seu filho com Sarah, a criança Lucas, de 5 anos. Anselmo, diretor da unidade, indefere ambos os pleitos, razão pela qual o adolescente manifesta o desejo de ser atendido pela Defensoria Pública. Considerando o disposto na Lei no 12.594/2012 (Sinase), é correto afirmar que:

(A) a visita íntima em unidade socioeducativa não encontra previsão legal no Sinase, somente podendo ser deferida nas hipóteses de cumprimento de pena em unidade prisional;

(B) a visita íntima a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa tem como requisito a autorização dos pais ou responsável legal, em razão da inimputabilidade;

(C) a entrada de Lucas na unidade é vedada pelo ECA, em observância ao princípio da proteção integral, por se encontrar a criança na fase da primeira infância;

(D) a visita íntima solicitada pelo adolescente na unidade socioeducativa está restrita à comprovação do casamento com Sarah;

(E) é garantido aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação o direito de receber visita dos filhos, independentemente da idade desses.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A é incorreta. Nos termos do art. 68 da Lei do SINASE: “É assegurado ao adolescente casado ou que viva, comprovadamente, em união estável o direito à visita íntima.”

A alternativa B é incorreta. Conforme o art. 68 da Lei do SINASE, não há referida exigência.

A alternativa C é incorreta. Nos termos do art. 69 da Lei do SINASE: “É garantido aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação o direito de receber visita dos filhos, independentemente da idade desses.”

A alternativa D é incorreta. É possível também em se tratando de união estável, nos termos do art. 68 da Lei do SINASE.

A alternativa E é correta. Nos termos do art. 69 da Lei do SINASE.

**QUESTÃO 37.** Vinicius, de 11 anos de idade, pratica ato infracional análogo ao crime de roubo, em coautoria com Eduardo, de 19 anos, havendo o emprego de arma de fogo. Após a autuação do flagrante, a autoridade policial representa pela internação provisória de Vinicius, que está em situação de rua e sem frequentar a escola há dois anos.

Considerando o disposto na Lei no 8.069/1990, é correto afirmar que:



**(A) o Conselho Tutelar possui atribuição legal prevista no ECA para a investigação de ato infracional praticado por criança e a aplicação das medidas protetivas;**

**(B) Vinícius responderá pela prática de ato infracional perante a Vara da Infância e Juventude e Eduardo perante a Vara Criminal, por ser imputável;**

**(C) a aplicação das medidas protetivas previstas no Art. 101 do ECA a Vinícius dependerá da existência de indícios de autoria e prova da materialidade;**

**(D) a apuração dos fatos caberá à autoridade policial, sendo da atribuição do Conselho Tutelar a aplicação das medidas de proteção a Vinícius;**

**(E) após a coleta de suas declarações em sede policial, Vinícius será apresentado ao Ministério Público para oitiva informal e análise do cabimento da internação provisória, conforme previsto no Art. 179 do ECA.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A é incorreta. Quem tem competência para apurar ato infracional é o Juizado de Infância e Juventude, nos termos do art. 148, inciso I, do ECA: “A Justiça da Infância e da Juventude é competente para: I - conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;”

A alternativa B é incorreta. À criança se aplicam medidas de proteção em função da prática de ato infracional, nos termos do art. 105, do ECA: “Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.”

A alternativa C é incorreta. As hipóteses de aplicação de medidas de proteção estão vinculadas ao art. 98 do ECA, segundo o qual: “As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta.”

A alternativa D é correta. À criança se aplicam medidas de proteção em função da prática de ato infracional, nos termos do art. 105, do ECA: “Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.”

A alternativa E é incorreta. O procedimento de apuração de ato infracional previsto nos arts. 171 e ss. aplicam-se ao adolescente e não à criança. Art. 171 do ECA: “O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.”

**QUESTÃO 38. Fábio, adolescente de 15 anos, reside com os seus pais em Campo Grande e irá passar as férias de julho com a sua tia e os seus primos, que residem em Corumbá.**

**A mãe de Fábio, Andressa, elabora declaração autorizando adolescente desacompanhado e leva o documento ao Cartório de a viagem do Notas para reconhecimento de firma por autenticidade. Ao chegar à rodoviária, Fábio é impedido de viajar pelo funcionário da empresa de ônibus, que alega que o adolescente não pode embarcar sozinho e deve estar acompanhado dos pais ou de representante legal na viagem.**

**Considerando o disposto na Resolução CNJ no 295, de 13/09/2019, é correto afirmar que Fábio:**



**(A) não pode viajar para fora da Comarca em que reside sem autorização judicial em quaisquer hipóteses;**

**(B) somente pode viajar para fora da Comarca em que reside se estiver acompanhado dos pais ou de responsável legal, sendo vedada a companhia de terceiros, sem grau de parentesco;**

**(C) não pode viajar para Comarca contígua à da sua residência sem autorização judicial;**

**(D) pode viajar desacompanhado, desde que autorizado por um dos genitores por meio de escritura pública ou de documento particular com firma reconhecida;**

**(E) pode viajar desacompanhado para fora da Comarca mediante concordância de ambos os pais e anuência do Conselho Tutelar do Município em que reside.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A é incorreta. Nos termos das hipóteses trazidas nos incisos do art. 2º da Resolução CNJ n 295: “A autorização para viagens de criança ou adolescente menor de 16 anos dentro do território nacional não será exigida quando (...)”.

A alternativa B é incorreta. Nos termos do art. art. 2º, inciso II, alínea a, da Resolução CNJ n 295: “A autorização para viagens de criança ou adolescente menor de 16 anos dentro do território nacional não será exigida quando: II – a criança ou adolescente menor de 16 anos estiver acompanhado: a) de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco,”.

A alternativa C é incorreta. Nos termos do art. art. 2º, inciso II, alínea a, da Resolução CNJ n 295: “A autorização para viagens de criança ou adolescente menor de 16 anos dentro do território nacional não será exigida quando: I – tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 anos, se na mesma unidade federativa ou incluída na mesma região metropolitana.”

A alternativa D é correta. Nos termos do art. art. 2º, inciso III, da Resolução CNJ n 295: “A autorização para viagens de criança ou adolescente menor de 16 anos dentro do território nacional não será exigida quando: III – a criança ou o adolescente menor de 16 anos viajar desacompanhado expressamente autorizado por qualquer de seus genitores ou responsável legal, por meio de escritura pública ou de documento particular com firma reconhecida por semelhança ou autenticidade.”

A alternativa E é incorreta. Não há previsão de anuência do Conselho Tutelar.

**QUESTÃO 39. Jonathan, pai da criança Gabriele, de 5 anos, pratica ato de violência doméstica e familiar contra a sua filha, consistente em agressão sexual.**

**Ao ser notificado acerca dos fatos pela escola da criança, o Conselho Tutelar promove o afastamento do agressor do lar, requerendo ao juiz a aplicação de medida protetiva de urgência de proibição de aproximação da vítima. O magistrado defere o pedido e cientifica o Ministério Público.**

**Considerando o disposto na Lei no 14.344/2022, é correto afirmar que:**

**(A) o Conselho Tutelar possui atribuição para afastar o agressor do lar, com fulcro no princípio da proteção integral de crianças e adolescentes;**



**(B) a ausência de manifestação prévia do Ministério Público acerca do cabimento das medidas protetivas de urgência requeridas gera a nulidade do procedimento;**

**(C) ao Conselho Tutelar incumbe a aplicação de medidas protetivas do ECA, não possuindo atribuição para requerer medidas protetivas de urgência previstas na Lei no 14.344/2022;**

**(D) as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público e da autoridade policial, inexistindo outros legitimados;**

**(E) o Conselho Tutelar pode requerer ao Ministério Público a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A é incorreta. Cumpre ao Conselho Tutelar representar às autoridades competentes para que seja requerido o afastamento do lar, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei no 14.344/2022:

A alternativa B é incorreta. Nos termos do art. 16, §1º, da Lei no 14.344/2022: “O Conselho Tutelar poderá representar às autoridades referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima.”

A alternativa C é incorreta. Nos termos do art. 16, §3º, da Lei no 14.344/2022: “Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, ou a pedido da vítima ou de quem esteja atuando em seu favor, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da vítima, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.”

A alternativa D é incorreta. O Conselho Tutelar também pode requerer, conforme o art. 16, §3º, da Lei no 14.344/2022.

A alternativa E é correta. Conforme art. 21, § 1º, da Lei no 14.344/2022: “A autoridade policial poderá requisitar e o Conselho Tutelar requerer ao Ministério Público a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente, observadas as disposições da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.”

**QUESTÃO 40. Sabrina, adolescente de 16 anos, possui conta em rede social onde realiza postagens para os seus seguidores, nas quais aparece dançando em roupas íntimas.**

**Visando à produção de novos conteúdos, Sabrina hospeda-se, por conta própria e sem anuência dos seus responsáveis legais, em um motel, onde realiza as gravações de vídeos. Os pais de Sabrina noticiam os fatos ao Conselho Tutelar, que aplica medidas de proteção à adolescente e encaminha notícia de fato ao Ministério Público.**

**Considerando o disposto na Lei no 8.069/1990 (ECA) e as medidas de natureza não criminal na seara da infância e juventude, é correto afirmar que:**

**(A) o Conselho Tutelar não tem atribuição para ajuizar representação por infração administrativa, ante a ausência de capacidade postulatória;**

**(B) o responsável pelo estabelecimento praticou infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente;**

**(C) a legitimação do Ministério Público para as ações cíveis previstas no ECA afasta a de terceiros, nas mesmas hipóteses;**



**(D) o fato narrado configura violência doméstica e familiar praticada contra criança e adolescente, conforme definido na Lei no 14.344/2022;**

**(E) a adolescente praticou ato infracional, cabendo oitiva informal pelo Ministério Público e eventual ação socioeducativa.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 194 do ECA: “ O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.”

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 250 do ECA: “Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere”

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 201, §1º, do ECA: “A legitimação do Ministério Público para as ações cíveis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo dispuserem a Constituição e esta Lei.”

A alternativa D está incorreta. Não há no rol do art. 2º da Lei 14.344/2022 hipótese na qual pode se enquadrar a presente situação.

A alternativa E está incorreta. O conceito de ato infracional está previsto no art. 103 do ECA, segundo o qual “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Uma vez que não há crime ou contravenção penal atinente à conduta descrita, não há como se concluir pela existência de ato infracional.

**QUESTÃO 41 - Caio, primário, às 2 horas da madrugada, ingressa em uma residência, arrombando a porta e retirando de seu interior um porquinho. De posse do animal, já em sua casa, Caio o abate, preparando com ele uma feijoada. Ao chegar em casa, vinda de uma festa, por volta das 6 horas da manhã, Diana, única moradora e dona do pequeno suíno, seu animal de estimação, adquirido recentemente, pela importância de mil reais, e de valor inestimável para ela, aciona a polícia, a qual apura toda a dinâmica dos fatos, identificando Caio como seu autor.**

**Diante do caso narrado, é correto afirmar que Caio:**

**(A) deverá responder por crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, com o aumento de pena do repouso noturno;**

**(B) deverá responder por crime de furto privilegiado, considerando o pequeno valor da coisa subtraída e a primariedade do agente;**

**(C) deverá responder por crime de furto qualificado pela subtração de semovente domesticável de produção, com o aumento de pena do repouso noturno, além do delito de dano;**

**(D) não deverá responder por qualquer crime, reconhecendo-se o princípio da bagatela, considerando o valor ínfimo do bem subtraído;**

**(E) deverá responder por crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, com o privilégio do pequeno valor da coisa subtraída e da primariedade do réu.**



## Comentários

A alternativa correta é a **letra E (passível de anulação)**.

A alternativa A está incorreta. Possível anulação pelos motivos a seguir: De acordo com o STJ, em decisão recente, a causa de aumento prevista no § 1º do art. 155 do Código Penal (prática do crime de furto no período noturno) não incide no crime de furto na sua forma qualificada (§ 4º). (STJ. 3ª Seção. REsp 1890981-SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 25/05/2022 (Recurso Repetitivo – Tema 1087) (Info 738)). Já para o STF: “A causa de aumento do repouso noturno se coaduna com o furto qualificado quando compatível com a situação fática.” (STF. 1ª Turma. HC 180966 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 04/05/2020)

EM RESUMO: Para o STJ: Não incide a causa de aumento prevista no §1º do art. 155 do CP (furto noturno) ao furto na sua forma qualificada. Para o STF: A causa de aumento do repouso noturno se coaduna com o furto qualificado quando compatível com a situação fática.

A alternativa B está incorreta. Conforme o Art. 155, § 2º do Código penal - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa. Todavia, a alternativa deixou de citar que se trata de furto qualificado conforme o §4 inciso I do art. 155 do CP.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o STJ (conforme já citado na alternativa A), não se aplica a causa de aumento de repouso noturno ao furto qualificado.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, para que seja aplicado o princípio da insignificância/bagatela o valor do bem não pode ser superior a 10% do salário mínimo vigente á época do fato.

A alternativa E está correta. Caio responderá por furto qualificado conforme o §4 inciso I do art. 155 do CP e será beneficiado pelo privilégio, uma vez que preenche os requisitos conforme Art. 155, § 2º: “Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.”

**QUESTÃO 42 - Mévio foi vítima de crime de roubo com restrição de liberdade, tendo sido amarrado. Antes de liberá-lo, Caio, o roubador, fez com que Mévio ingerisse bebida alcoólica à força, a fim de reduzir a sua capacidade de resistência. Contudo, ainda que completamente embriagado e sem capacidade de discernimento sobre o caráter ilícito do fato, após ser liberado e estar a caminho de casa, Mévio resolveu voltar ao local em que Caio se encontrava e o espancou até ocasionar sua morte.**

Diante dessa situação, é correto afirmar que Mévio:

**(A) deverá responder pelo crime de lesão corporal qualificado pelo resultado morte, em razão do dolo com que praticou as lesões corporais e da culpa quanto ao resultado morte;**

**(B) deverá responder pelo crime de homicídio doloso, uma vez que o resultado morte era previsível, havendo, ao menos, dolo eventual;**

**(C) não deverá responder por nenhum crime, ante a exclusão da tipicidade;**

**(D) não deverá responder por nenhum crime, ante a exclusão da ilicitude;**

**(E) não deverá responder por nenhum crime, ante a exclusão da culpabilidade.**

## Comentários



A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Uma vez que Mévio foi obrigado por Caio a ingerir bebida alcoólica. Nesse sentido: “Art. 28, § 1º - É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.”

A alternativa B está incorreta. Conforme mesmo fundamento da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. A alternativa erra ao falar que estará excluída a tipicidade, uma vez que a embriaguez completa por caso fortuito ou força maior exclui a culpabilidade.

A alternativa D está incorreta. A alternativa erra ao falar que estará excluída a ilicitude, uma vez que a embriaguez completa por caso fortuito ou força maior exclui a culpabilidade.

A alternativa E está correta. Conforme o Art. 28, § 1º - É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

**QUESTÃO 43 - Gumercinda, ex-namorada de Hilma, por não se conformar com o fim do relacionamento amoroso entre elas, passa a importuná-la reiteradamente, ao longo do último mês, seguindo-a em locais públicos, indo a seu local de trabalho, telefonando para sua residência e mandando mensagens para seu celular.**

**Diante do caso narrado, è correto afirmar que Gumercinda cometeu:**

- (A) a contravenção penal de perturbação da tranquilidade;**
- (B) o crime de perseguição;**
- (C) o crime de violência psicológica contra a mulher;**
- (D) os crimes de perseguição e de violência psicológica contra a mulher;**
- (E) os crimes de constrangimento ilegal e ameaça**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

Gumercinda responderá pelo crime de perseguição, conforme artigo 147-A do Código Penal: “Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade. Pena – reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.”

Nesse sentido, por se encaixar ao delito do artigo 147-A do CP, as demais alternativas se encontram incorretas, sendo o gabarito LETRA B.

**QUESTÃO 44 - Eriberto, casado com Filomena, por estar tendo relacionamento extraconjugal, e desejoso de viver com a amante, decide matar Filomena. Sabedor de que ela tem o hábito de tomar um copo de leite de manhã cedo, Eriberto, tarde da noite, adiciona poderoso veneno em sua bebida. Na manhã seguinte, quando vai se servir do leite envenenado, Filomena o oferece ao filho único do casal, Júnior, de 7 anos de idade, que, assim como a mãe, bebe o produto. Quando Eriberto chega na cozinha e encontra a mulher**



e o filho desfalecidos, aciona o serviço médico de urgência (SAMU), que logo chega ao local, levando Filomena e Júnior ao hospital. O atendimento médico evita a morte de Filomena, mas a criança acaba morrendo, em decorrência da intoxicação.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Eriberto:

(A) responderá, em concurso material, por homicídio culposo em relação à morte de Júnior, bem como por tentativa de feminicídio da vítima Filomena, com a qualificadora do emprego de veneno;

(B) responderá, em concurso formal impróprio, por homicídio culposo em relação à morte de Júnior, podendo vir a ser beneficiado com o perdão judicial, bem como por lesão corporal no tocante à vítima Filomena, reconhecendo-se a desistência voluntária;

(C) responderá, em concurso formal próprio, por homicídio doloso em relação à morte de Júnior, com a qualificadora do emprego de veneno e o aumento de pena decorrente de haver praticado o delito contra pessoa menor de 14 anos de idade, bem como por tentativa de feminicídio da vítima Filomena, com a qualificadora do emprego de veneno;

(D) responderá, em concurso formal impróprio, por homicídio doloso em relação à morte de Júnior, com a qualificadora do emprego de veneno e o aumento de pena decorrente de haver praticado o delito contra pessoa menor de 14 anos de idade, bem como por tentativa de feminicídio da vítima Filomena, com a qualificadora do emprego de veneno;

(E) responderá, em concurso formal próprio, por homicídio culposo em relação à morte de Júnior, podendo vir a ser beneficiado com o perdão judicial, bem como por lesão tocante à vítima Filomena, corporal qualificada no reconhecendo-se o arrependimento eficaz.

### Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**.

Dispõe o art. 73 do CP: “Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, atendendo-se ao disposto no § 3º do art. 20 deste Código. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do art. 70 deste Código”.

Nesse sentido, o agente que por erro na execução, atinge a vítima pretendida e outra pessoa diversa, responde por concurso formal próprio (art 70 do CP), nesse sentido já estariam incorretas as alternativas A, B e D.

Alternativa E está incorreta. Por ter socorrido as vítimas por circunstâncias alheias a sua vontade (por ter atingido o filho) o agente não poderá ser beneficiado do arrependimento eficaz, não podendo ser responsabilizado pelo resultado culposo da morte do filho. Além do mais, o arrependimento não foi eficaz, vez que a morte do filho não foi evitada.

**QUESTÃO 45- Acerca dos crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que:**

(A) os crimes de abuso de autoridade, além do dolo, exigem a presença de elemento subjetivo especial, isto é, a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, a atuação por mero capricho ou satisfação pessoal;



**(B) aquele que exerce função pública transitoriamente ou sem remuneração não é considerado autoridade pública, de modo que não pode figurar como sujeito ativo nos crimes de abuso de autoridade;**

**(C) nos crimes de abuso de autoridade, a queixa subsidiária pode ser oferecida pelo ofendido, ainda que ausente qualquer inércia por parte do Ministério Público;**

**(D) os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública condicionada a representação da vítima, ou, quando incapaz, de seu representante legal;**

**(E) os particulares jamais poderão concorrer para os crimes de abuso de autoridade, pois estes são privativos de agentes públicos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme o art. 1, §1º da lei 13.869/2019: “Esta Lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído. § 1º As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com o parágrafo único do art. 2º da respectiva lei: “Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo caput deste artigo.”

A alternativa C está incorreta. Para que a queixa subsidiária seja cabível, é indispensável que haja a inércia do Ministério Público, conforme art. 3,º §1º da lei: “Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.”

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 3º da lei todos os crimes previstos na lei são de ação pública incondicionada: “Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.”

A alternativa E está incorreta. Uma vez que é possível sim que o particular pratique crime de abuso de autoridade, mas desde que em concurso de pessoas com agente público e desde que conheça essa condição pessoal do coautor.

**QUESTÃO 46 - Ao elaborar uma sentença condenatória em um processo pela prática de determinado crime, na dosimetria da pena, após haver fixado a pena-base, o juiz verifica que o acusado possui uma condenação anterior transitada em julgado por porte ou posse de droga para consumo pessoal (Art. 28 da Lei no 11.343/2006), cuja pena aplicada, prestação de serviços à comunidade, fora cumprida três anos antes da prática do delito objeto do processo em julgamento.**

**Diante da situação narrada, deverá o magistrado:**

**(A) agravar a pena-base, ainda que tenha sido fixada no máximo de pena cominada legalmente ao crime, reconhecendo a reincidência;**



**(B) manter a pena-base, pois a condenação anterior pelo fato previsto no Art. 28 da Lei no 11.343/2006 não gera reincidência;**

**(C) atenuar a pena-base, pois a pena de prestação de serviços à comunidade não produz reincidência;**

**(D) manter a pena-base, tendo em vista o tempo decorrido entre a extinção da pena aplicada anteriormente e a prática do crime objeto do processo;**

**(E) atenuar a pena-base, pois o fato previsto no Art. 28 da Lei no 11.343/2006 é contravenção penal e não gera reincidência**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

Segundo entendimento do STJ: “O porte de droga para consumo próprio, previsto no art. 28 da Lei nº 11.343/2006, possui natureza jurídica de crime (alternativa E incorreta) O porte de droga para consumo próprio foi somente despenalizado pela Lei nº 11.343/2006, mas não descriminalizado.” Mesmo sendo crime, o STJ entende que a condenação anterior pelo art. 28 da Lei nº 11.343/2006 (porte de droga para uso próprio) NÃO configura reincidência.

Argumento principal: se a contravenção penal, que é punível com pena de prisão simples, não configura reincidência, mostra-se desproporcional utilizar o art. 28 da LD para fins de reincidência, considerando que este delito é punido apenas com “advertência”, “prestação de serviços à comunidade” e “medida educativa”, ou, seja, sanções menos graves e nas quais não há qualquer possibilidade de conversão em pena privativa de liberdade pelo descumprimento. (alternativa A e D incorretas)

Há de se considerar, ainda, que a própria constitucionalidade do art. 28 da LD está sendo fortemente questionada.

Nesse sentido: STJ. 5ª Turma. HC 453437/SP, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 04/10/2018. STJ. 5ª Turma. AgRg-AREsp 1.366.654/SP, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 13/12/2018. STJ. 6ª Turma. REsp 1672654/SP, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 21/08/2018

**QUESTÃO 47- Em relação à anistia, graça e indulto, é correto afirmar que:**

**(A) a anistia é concedida mediante decreto do presidente da República, extinguindo todos os efeitos penais da condenação, mas preservando os efeitos civis;**

**(B) a graça, também conhecida como indulto coletivo, é concedida mediante decreto do presidente da República, servindo somente para apagar os efeitos executórios da condenação;**

**(C) o indulto é concedido mediante lei federal, extinguindo todos os efeitos da condenação, penais e civis;**

**(D) o indulto é concedido mediante decreto do presidente da República, podendo extinguir pena ou medida de segurança;**

**(E) condenado que venha a ser beneficiado com anistia, necessariamente concedida mediante lei federal, caso cometa outro crime, será considerado reincidente.**

### **Comentários**



A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Uma vez que não cabe ao Presidente da República a concessão de anistia. Sendo competência do Congresso Nacional conforme art. 48, VIII, da Constituição Federal: “Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: VIII - concessão de anistia”.

A alternativa B está incorreta. A graça é individual, o indulto que é coletivo. Essa é a diferença primordial entre os institutos.

A alternativa C está incorreta. O indulto é concedido mediante Decreto do Presidente da República.

A alternativa D está correta. Conforme a súmula 631 do STJ: “Súmula 631-STJ: O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.”

A alternativa E está incorreta. A anistia extingue os efeitos penais (principais e secundários) do crime. Os efeitos de natureza civil permanecem íntegros. O réu condenado que foi anistiado, se cometer novo crime, não será reincidente.

**QUESTÃO 48 - Agostinho, experiente surfista, está surfando na companhia de Hegel, quando começa a se afogar em razão de uma cãibra muito forte. Hegel, após ver o colega se afogando, decide, ainda assim, surfar uma onda que estava muito favorável. Contudo, ao regressar já não é possível ajudar Agostinho, que só é encontrado, sem vida, horas depois.**

**Diante dessa situação, é correto afirmar que Hegel:**

- (A) não deve responder por qualquer crime, uma vez que não há tipicidade em sua conduta;**
- (B) não deve responder por qualquer crime, uma vez que inexigível conduta diversa, afastando a culpabilidade;**
- (C) deverá responder pelo crime de homicídio doloso, uma vez que estava na posição de garantidor e sua omissão é penalmente relevante;**
- (D) deverá responder pelo crime de homicídio culposo, uma vez que estava na posição de garantidor e sua omissão é penalmente relevante;**
- (E) deverá responder pelo crime de omissão de socorro, com pena triplicada, tendo em vista que a vítima se achava em grave e iminente perigo e, da omissão, resultou sua morte.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra E**.

Conforme art. 135, parágrafo único, do CP: “Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. Parágrafo único - A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.”

Nesse sentido, como o agente não era obrigado por lei a evitar o resultado, nem por outra forma assumiu a responsabilidade de evitar o resultado, e não criou o risco no resultado com um comportamento seu. Nesse caso, então, o agente não deve ser imputado o resultado morte, conforme art. 13, §2 do CP: “A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem: a) tenha por lei obrigação de cuidado,



proteção ou vigilância; b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.”

Ademais, não se pode falar que em inexigibilidade de conduta diversa, pois uma boa onda não é justificativa para não realizar a conduta determinada pela norma: socorrer quem estava em perigo de morte.

**QUESTÃO 49 - Marx foi condenado à pena de reclusão de quatro anos pela prática de corrupção passiva, bem como foi decretada a perda de seu cargo público. Sua pena foi extinta em outubro de 2020. Em seguida, Marx se mudou para a Áustria, local de residência de seus pais. Em novembro de 2022, retornou ao Brasil com a pretensão de realizar novo concurso público, o que o motivou a requerer a sua reabilitação.**

Diante desses fatos, é correto afirmar que:

**(A) a reabilitação poderá, também, atingir os efeitos da condenação relativos à perda do cargo público, sendo possível a reintegração de Marx na situação anterior;**

**(B) a reabilitação deverá ser indeferida, uma vez que para ser requerida é necessário o decurso de cinco anos do dia em que foi extinta a pena, o que não ocorreu;**

**(C) o fato de Marx ter se mudado para a Áustria o impede de ter a reabilitação deferida em novembro de 2022, em razão da ausência de domicílio no Brasil;**

**(D) poderá haver deferimento da reabilitação na hipótese de Marx ter ressarcido o dano causado pelo crime e desde que tenha dado, durante o período de dois anos, demonstração efetiva e constante de bom comportamento público e privado;**

**(E) a reabilitação eventualmente deferida poderá ser revogada caso Marx seja condenado, por decisão definitiva, à pena privativa de liberdade ou de multa.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Sendo o agente considerado reabilitado é vedado a ele voltar à situação anterior no seu cargo público. Conforme art. 93, parágrafo único, do CP: “A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação. Parágrafo único - A reabilitação poderá, também, atingir os efeitos da condenação, previstos no art. 92 deste Código, vedada reintegração na situação anterior, nos casos dos incisos I e II do mesmo artigo.”

As alternativas B e D estão incorretas, bem como a alternativa C está correta, com base no Art. 94 do CP: “A reabilitação poderá ser requerida, decorridos 2 (dois) anos do dia em que for extinta (*incorreta letra B*) de qualquer modo, a pena ou terminar sua execução, computando-se o período de prova da suspensão e o do livramento condicional, se não sobrevier revogação, desde que o condenado: I - tenha tido domicílio no País no prazo acima referido; (correta a letra C, e incorreta a letra D, pois Marx foi embora para Áustria) II - tenha dado, durante esse tempo, demonstração efetiva e constante de bom comportamento público e privado; III - tenha ressarcido o dano causado pelo crime ou demonstre a absoluta impossibilidade de o fazer, até o dia do pedido, ou exhiba documento que comprove a renúncia da vítima ou novação da dívida.”

Alternativa E está incorreta. Para que seja revogada a reabilitação o agente tem que ser condenado a pena que não seja de multa, conforme art. 95 do CP: Art. 95 - A reabilitação será revogada, de



ofício ou a requerimento do Ministério Público, se o reabilitado for condenado, como reincidente, por decisão definitiva, a pena que não seja de multa.”

**QUESTÃO 50-** Alberto, ao volante de um automóvel, recebe uma chamada de vídeo de seu patrão, circunstância que o leva a empunhar seu aparelho de telefonia celular e a travar conversa com ele, enquanto permanece dirigindo o veículo. Enquanto Alberto fala ao celular, a pedestre Bianca cruza a via pública, em local inapropriado, alguns metros à frente do veículo conduzido por Alberto, o qual, distraído com a chamada, não percebe a presença de Bianca na via pública, mantendo a velocidade e a trajetória do automóvel, vindo a atropelá-la. Ato seguido, temendo ser responsabilizado, Alberto deixa o local, não prestando socorro à vítima, que fica bastante ferida. Dois minutos depois, Bianca é socorrida por outro motorista, que a conduz a um hospital, onde ela é internada, tendo alta médica após três semanas.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Alberto:

- (A) deverá responder pelos crimes de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, omissão de socorro no trânsito e fuga do local de acidente automobilístico;
- (B) não deverá responder por crime algum, pois os fatos decorreram de culpa exclusiva da vítima, que cruzou a via pública em local inadequado;
- (C) deverá responder pelos crimes de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor e omissão de socorro no trânsito;
- (D) deverá responder pelos crimes de lesão corporal grave, pois agiu com dolo eventual, omissão de socorro no trânsito e fuga do local de acidente automobilístico;
- (E) deverá responder pelos crimes de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, com a pena aumentada, em decorrência da omissão de socorro à vítima, e fuga do local de acidente automobilístico.

**Solução rápida.**

A alternativa correta é a **letra E**.

Conforme os arts. 302 e 303 do Código de Trânsito Brasileiro, o agente responderá pelo crime de lesão corporal culposa, tendo sua pena aumentada de 1/3 até 1/2 pela omissão: “Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor: Penas - detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. § 1o Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) à metade, se ocorrer qualquer das hipóteses do § 1o do art. 302. Art. 302, § 1o No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente: (...) III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente;”

Desta maneira, as demais alternativas se encontram incorretas.

**QUESTÃO 51-** Técio teve sua medida cautelar prisional substituída por recolhimento obrigatório noturno e nos dias de folga, o que foi deferido no curso da ação penal em que foi acusado de tráfico de drogas (Art. 33 da Lei no 11.343/2006). A ação penal foi julgada procedente, e Técio, condenado a uma pena de sete anos de reclusão, em regime inicial fechado.



Diante dessa hipótese, com fundamento na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que o período de recolhimento obrigatório noturno e nos dias de folga a que foi submetido Técio:

(A) não pode ser utilizado na detração da pena em razão do princípio da legalidade e ante a ausência de disposição sobre a detração em caso de cautelares pessoais diversas da prisão;

(B) em homenagem aos princípios da proporcionalidade e do non bis in idem, pode ser utilizado na detração da pena, desde que haja monitoramento eletrônico associado ao cumprimento da cautelar pessoal;

(C) deve ser reconhecido como período a ser detraído da pena privativa de liberdade e da medida de segurança por comprometer o status libertatis do acusado, bem como pela expressa previsão legal;

(D) admite parcial detração da pena, ou seja, somente será possível a contagem dos períodos relativos aos dias de folga, não se computando o repouso noturno para fins de detração, ante a ausência de grau significativo de privação da liberdade;

(E) pode ser utilizado na detração da pena, sendo que as horas de recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga devem ser convertidas em dias para contagem da detração. Se no computo total remanescer período menor que vinte e quatro horas, essa fração de dia deverá ser desprezada.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Conforme entendimento do STJ: “1. O período de recolhimento obrigatório noturno e nos dias de folga, por comprometer o status libertatis do acusado deve ser reconhecido como período a ser detraído da pena privativa de liberdade e da medida de segurança, em homenagem aos princípios da proporcionalidade e do non bis in idem.” (STJ. 3ª Seção. REsp 1977135-SC, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 23/11/2022 (Recurso Repetitivo – tema 1155) (Info 758)

A alternativa B está incorreta. Conforme decisão em tema repetitivo nº 1155 pelo STF, foi decidido que a monitoração eletrônica não é requisito para a detração da pena cumprida em medida cautelares: “2. O monitoramento eletrônico associado, atribuição do Estado, não é condição indeclinável para a detração dos períodos de submissão a essas medidas cautelares, não se justificando distinção de tratamento ao investigado ao qual não é determinado e disponibilizado o aparelhamento.” (STJ. 3ª Seção. REsp 1977135-SC, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 23/11/2022 (Recurso Repetitivo – tema 1155) (Info 758)

A alternativa C está incorreta. A alternativa se encontra incorreta, uma vez que o teor do enunciado não se encontra expressamente previsto em lei, e sim em decisão do STF no tema repetitivo 1155: “1. O período de recolhimento obrigatório noturno e nos dias de folga, por comprometer o status libertatis do acusado deve ser reconhecido como período a ser detraído da pena privativa de liberdade e da medida de segurança, em homenagem aos princípios da proporcionalidade e do non bis in idem.” (STJ. 3ª Seção. REsp 1977135-SC, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 23/11/2022 (Recurso Repetitivo – tema 1155) (Info 758)

A alternativa D está incorreta. Conforme fundamentado na alternativa A, é possível também a detração pelo período de repouso noturno, e não somente nos dias de folga.

A alternativa E está correta. “3. A soma das horas de recolhimento domiciliar a que o réu foi submetido devem ser convertidas em dias para contagem da detração da pena. Se no cômputo



total remanescer período menor que vinte e quatro horas, essa fração de dia deverá ser desprezada.”

(STJ. 3ª Seção. REsp 1977135-SC, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 23/11/2022 (Recurso Repetitivo – tema 1155) (Info 758).

**QUESTÃO 52-** Rubens, desafeto declarado de Alfredo, impetrou habeas corpus em favor deste, que se encontrava preso ilegalmente por ato do Delegado de Polícia da Comarca. Alfredo opôs-se ao pedido de habeas corpus impetrado por Rubens e o Juiz abriu vistas ao Ministério Público, o qual, diante da ilegalidade, impetrou novo habeas corpus em favor de Alfredo, e opinou pelo não conhecimento do habeas corpus impetrado por Rubens.

Quanto aos pedidos de habeas corpus impetrados, é correto afirmar que:

**(A)** o habeas corpus impetrado por Rubens deverá ser conhecido, mesmo com a oposição de Alfredo, mas não o habeas corpus impetrado pelo Ministério Público;

**(B)** o habeas corpus impetrado por Rubens não deverá ser conhecido, em razão da oposição de Alfredo, assim como não deverá ser conhecido o habeas corpus impetrado pelo Ministério Público;

**(C)** o habeas corpus impetrado por Rubens deverá ser conhecido, mesmo com a oposição de Alfredo, assim como deverá ser conhecido o habeas corpus impetrado pelo Ministério Público;

**(D)** o habeas corpus impetrado por Rubens não deverá ser conhecido, em razão da oposição de Alfredo, mas deverá ser conhecido o habeas corpus impetrado pelo Ministério Público;

**(E)** o habeas corpus impetrado por Rubens deverá ser conhecido, pois impetrado em primeiro lugar, tendo prioridade sobre o habeas corpus impetrado pelo Ministério Público, que deverá ser extinto por litispendência

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

Conforme entendimento dos Tribunais Superiores o Habeas corpus impetrado com oposição do paciente, não pode ser aceito, de modo a evitar o tumulto processual.

Além disso, o art. 654 do Código de processo penal traz: “O habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.”

Por fim, de forma semelhante, o art. 32, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n. 8.625, de 12-2-1993) impõe que: “Além de outras funções cometidas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e demais leis, compete aos Promotores de Justiça, dentro de suas esferas de atribuições: I - impetrar habeas-corpus e mandado de segurança e requerer correição parcial, inclusive perante os Tribunais locais competentes.”

**QUESTÃO 53-** Marcus Aurelius, funcionário público estadual, que desfruta de patrimônio evidentemente superior aos seus ganhos, mas com pouquíssimos bens efetivamente em seu nome, é investigado pelos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro. O Ministério Público requereu cautelarmente o sequestro dos bens de Marcus Aurelius, tantos quanto bastem para assegurar, ao final da ação penal, a recomposição ao erário e o perdimento dos bens que configuram produto dos referidos crimes.



Quanto ao sequestro requerido, é correto afirmar que:

(A) poderá o juiz decretar o sequestro alargado, vale dizer, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio de Marcus Aurelius e aquele que seja compatível com seus rendimentos lícitos como funcionário público;

(B) será o sequestro levantado pelo juiz se a ação penal não for intentada pelo Ministério Público, em face de Marcus Aurelius, no prazo de quinze dias, contados da data em que ficar concluída a diligência;

(C) poderá o juiz decretar o sequestro abrangendo bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito dos crimes quando estes não forem encontrados no patrimônio de Marcus Aurelius, ou quando se localizarem no exterior;

(D) será necessária, para a decretação do sequestro pelo juiz, a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens adquiridos por Marcus Aurelius com os proventos das infrações, se tais bens não tiverem sido transferidos a terceiros;

(E) poderá o sequestro ser embargado pelo terceiro, a quem os bens tiverem sido transferidos por Marcus Aurelius, a título gratuito, sob o fundamento de os terem adquirido sem má-fé.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa B está incorreta. O prazo para que o sequestro seja levantado não é de 15 dias, e sim de 60 dias conforme o art. 131, I, do Código de Processo Penal: “O sequestro será levantado: I - se a ação penal não for intentada no prazo de sessenta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência;”

A alternativa C está correta. Dispõe o art. 125 do CPP: “Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro. § 1º Poderá ser decretada a perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando estes não forem encontrados ou quando se localizarem no exterior.”

A alternativa D está incorreta. Dispõe o art. 125 do CPP: “Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.”

A alternativa E está incorreta. Dispõe o art. 130 do CPP: “O sequestro poderá ainda ser embargado: I - pelo acusado, sob o fundamento de não terem os bens sido adquiridos com os proventos da infração; II - pelo terceiro, a quem houverem os bens sido transferidos a título oneroso, sob o fundamento de tê-los adquirido de boa-fé.”

Nesse sentido, para que o terceiro possa embargar o sequestro ele deve ter recebido o bem transferido a título oneroso.

**QUESTÃO 54 - O incidente de deslocamento de competência foi instituído pela Emenda Constitucional no 45/2004, que inseriu o §5º no Art. 109 da Constituição da República de 1988.**

Sobre o instituto, é correto afirmar que:

(A) a constatação de grave violação efetiva e real de direitos humanos e a possibilidade responsabilização internacional, decorrente do descumprimento de obrigações assumidas



em tratados internacionais, são pressupostos suficientes para o acolhimento do incidente de deslocamento de competência;

(B) possuem legitimidade para suscitar o incidente de deslocamento de competência, perante o Superior Tribunal de Justiça, o procurador geral da República, o defensor público da União e o advogado geral da União, não o podendo fazer a vítima ou o grupo vitimado;

(C) a existência de condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, como no caso da Favela Nova Brasília/RJ, é fundamento suficiente para o deslocamento de competência para a Justiça Federal, ante o inegável interesse da União;

(D) de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é sempre necessário, entre outros pressupostos, haver evidência de que os órgãos do sistema estadual não mostram condições de seguir no desempenho da função de apuração, processamento e julgamento do caso com a devida isenção;

(E) embora largamente verificado na realidade judiciária, o incidente de deslocamento de competência impõe uma exceção à regra geral de competência relativa e somente poderia ser efetuado em situações excepcionalíssimas.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. a constatação de grave violação efetiva e real dos direitos humanos e a possibilidade de responsabilização internacional não são suficientes para o acolhimento do IDC, necessitando também do preenchimento de outros requisitos, conforme citado a seguir:

O art. 109, § 5º, da Constituição Federal, estabelece que, nas “hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal”.

a) grave violação de direitos humanos;

b) necessidade de assegurar o cumprimento, pelo Brasil, de obrigações decorrentes de tratados internacionais;

c) incapacidade – oriunda de inércia, omissão, ineficácia, negligência, falta de vontade política, de condições pessoais e/ou materiais etc. – de o Estado-Membro, por suas instituições e autoridades, levar a cabo, em toda a sua extensão, a persecução penal (IDC n. 1/PA, Terceira Seção do STJ).

Constatada a incapacidade dos agentes públicos na condução de investigações, seja por inércia, seja por falta de vontade de apurar os fatos, de identificar os autores dos homicídios/execuções cometidos nos casos conhecidos como “Maio Sangrento” e “Chacina do Parque Bristol”, de buscar a respectiva responsabilização, aliada ao fato de que há risco de responsabilização internacional, fica demonstrada a situação de excepcionalidade indispensável ao acolhimento do pleito de deslocamento de competência.

STJ. 3ª Seção. IDC 9-SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 10/08/2022 (Info 744).

A alternativa B está incorreta. Conforme o §5º, do art 109 da Constituição Federal, o legitimado para suscitar o IDC é o Procurador Geral da República, não fazendo menção ao Advogado Geral da União: “§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior



Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.”

A alternativa C está incorreta. Conforme os fundamentos citados na alternativa A.

A alternativa D está correta. Conforme os fundamentos citados na alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Aqui o erro é dizer que é largamente verificado na realidade judiciária. Como visto o IDC é excepcional e deve preencher vários requisitos para ser suscitado, nesse sentido não é largamente verificado na realidade judiciária.

**QUESTÃO 55- Em sentença de pronúncia, o magistrado fundamenta a decisão, entre outros argumentos, com o seguinte trecho: "pela dinâmica dos fatos, é possível verificar que Aristobaldo, com ânimo homicida e por motivo fútil, matou Márcio".**

**Diante dessa hipótese, e com fundamento na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:**

**(A) a sentença é válida, uma vez que não houve excesso de linguagem ou juízo de valor sobre a conduta do réu;**

**(B) a sentença é inválida, uma vez que houve juízo de certeza sobre a acusação, podendo a decisão ser envelopada ou desentranhada para fins de saneamento processual;**

**(C) o recurso adequado contra a sentença de pronúncia é a apelação, sendo também cabível habeas corpus contra o excesso de linguagem;**

**(D) a sentença é inválida, devendo ser anulada pelo Tribunal na análise da apelação contra a pronúncia, não sendo suficiente o envelopamento para fins de saneamento processual;**

**(E) a sentença é inválida, bem como os atos consecutivos, em razão do juízo conclusivo sobre a conduta do réu, motivo pelo qual é necessária a prolação de outra sentença de pronúncia.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

Segundo entendimento do STJ: “Havendo excesso de linguagem, o Tribunal deverá ANULAR a sentença de pronúncia e os consecutivos atos processuais, determinando-se que outra seja prolatada. Não basta o desentranhamento e envelopamento. É necessário anular a sentença e determinar que outra seja prolatada. (STF. 1ª Turma. RHC 127522/BA, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 18/8/2015 (Info 795))

Com o fundamento exposto acima, as demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 56- No tocante à atividade do juiz na fase investigatória pré- processual e aos seus poderes instrutórios durante o processo penal, é correto afirmar que poderá o juiz:**

**(A) decretar de ofício a prisão temporária do investigado, sem representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público;**

**(B) participar das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração premiada, nos casos de organização criminosa;**



**(C) ordenar de ofício, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante;**

**(D) decretar de ofício a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, sem representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, nos casos de organização criminosa;**

**(E) oferecer de ofício ao investigado a transação penal e o acordo de não persecução penal, quando não o fizer o Ministério Público.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

Alternativa A está incorreta. A prisão temporária não pode ser decretada de ofício pelo juiz, devendo haver a representação da autoridade policial, ou requerimento do Ministério Público, conforme art. 2º da Lei 7960/89: “A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.”

Alternativa B está incorreta. O juiz não é parte na negociação da colaboração premiada, cabendo ao juiz apenas a homologação do acordo, conforme art. 4º, §6º, da Lei 12850/13: “O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.”

Alternativa C está correta. Dispõe o art. 156 do CPP: “A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: II – determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.”

Alternativa D está incorreta. O juiz não pode decretar a infiltração de agente de investigação de ofício conforme o artigo 10, *caput*, da Lei 12850/13 dispõe o seguinte: “A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites”.

Alternativa E está incorreta. Entende o STF: “O Poder Judiciário não pode impor ao Ministério Público a obrigação de ofertar acordo de não persecução penal (ANPP). Não cabe ao Poder Judiciário, que não detém atribuição para participar de negociações na seara investigatória, impor ao MP a celebração de acordos. Não se tratando de hipótese de manifesta inadmissibilidade do ANPP, a defesa pode requerer o reexame de sua negativa, nos termos do art. 28-A, § 14, do CPP, não sendo legítimo, em regra, que o Judiciário controle o ato de recusa, quanto ao mérito, a fim de impedir a remessa ao órgão superior no MP. Isso porque a redação do art. 28-A, § 14, do CPP determina a iniciativa da defesa para requerer a sua aplicação.” (STF. 2ª Turma. HC 194677/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 11/5/2021 (Info 1017))

**QUESTÃO 57 - Pablo e Juan foram denunciados pelo Ministério Público pela prática do crime de integrar organização criminosa (Art. 2o da Lei no 12.850/2013). O juiz recebeu a denúncia e determinou a citação dos acusados. Pablo foi localizado no Paraguai, em local sabido, e**



expedida carta rogatória para a sua citação, e Juan foi citado por edital, não compareceu, mas constituiu advogado nos autos.

Relativamente ao curso do processo e do prazo prescricional dos referidos acusados, é correto afirmar que:

(A) serão o curso do processo e da prescrição suspensos em relação a Pablo, até o cumprimento da rogatória, e não será suspenso o curso da prescrição em relação a Juan;

(B) será o curso da prescrição suspenso em relação a Pablo, até o cumprimento da rogatória, e não serão suspensos o curso do processo e da prescrição em relação a Juan;

(C) serão o curso do processo e da prescrição suspensos em relação a Pablo, até o cumprimento da rogatória, e não será interrompido o curso da prescrição em relação a Juan;

(D) será o curso da prescrição interrompido em relação a Pablo, independentemente do cumprimento da rogatória, e serão o curso do processo e da prescrição suspensos em relação a Juan;

(E) serão o curso da prescrição e do processo interrompidos em relação a Pablo, independentemente do cumprimento da rogatória, e não será suspenso o curso da prescrição em relação a Juan.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Levando em consideração os termos do artigo 366 do CPP, o acusado que for citado por edital, e não comparecer e nem constituir advogado, contra ele ficarão suspensos os prazos prescricionais e o processo, é o que fundamenta a não suspensão do prazo prescricional do “Juan, uma vez que ele não comparece, mas constitui advogado nos autos. (estando erradas nesse sentido as alternativas

Dispõe o art. 366 do Código de Processo penal: “Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.”

Nesse sentido, Juan foi citado por edital, não compareceu, mas constitui advogado, nesse caso não serão suspensos o prazo prescricional nem o processo.

Segundo art. 368 Código de Processo penal: “Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.”

Já para Pablo ficará suspenso o prazo prescricional até que seja cumprida a carta rogatória. E conforme o artigo citado acima, não suspende o processo, mas somente o prazo prescricional (incorreta letra A e C).

Alternativa D está incorreta. Uma vez que o artigo 368 do CPP fala que ficará suspenso o prazo prescricional até o cumprimento da carta rogatória, conforme exposto acima.

A alternativa E está incorreta. conforme exposto, no artigo 368 do cpp, apenas suspendo a prazo prescricional e não o processo, ademais, o prazo fica suspenso até o cumprimento da carta rogatória. Nesse sentido, a alternativa está errada por dois motivos.

As demais alternativas se encontram incorretas conforme o fundamento exposto acima.



**QUESTÃO 58 - Gianluigi, vítima do delito de roubo praticado por Manuel, não se habilitou em juízo como assistente no processo em que o acusado acabou sendo absolvido por falta de provas, em razão de Gianluigi não ter sido ouvido em juízo. Inconformado, porém, com a absolvição de Manuel, Gianluigi ingressou em juízo, por intermédio de advogado, e manifestou a vontade de recorrer em face da absolvição.**

**Nessa hipótese, é correto afirmar que:**

**(A) poderá Gianluigi interpor recurso de apelação, no prazo de vinte dias, que correrá do dia em que terminar o do Ministério Público, se este igualmente recorrer de todo o conteúdo impugnável da sentença;**

**(B) não poderá Gianluigi interpor recurso de apelação em razão de não se ter habilitado como assistente durante a fase instrutória processual;**

**(C) poderá Gianluigi interpor recurso de apelação, no prazo de trinta dias, que correrá do dia em que terminar o do Ministério Público, sendo o recurso arrazoado por este, em razão de Gianluigi não se ter habilitado como assistente;**

**(D) não poderá Gianluigi interpor recurso de apelação em razão de não ter sido ouvido em juízo como vítima durante a fase Instrutória processual;**

**(E) poderá Gianluigi interpor recurso de apelação, no prazo de quinze dias, se o Ministério Público deixar de fazê-lo, correndo o referido prazo do dia em que terminar o do Ministério Público.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

Dispõe o art. 598 do Código de Processo penal: “Nos crimes de competência do Tribunal do Júri, ou do juiz singular, se da sentença não for interposta apelação pelo Ministério Público no prazo legal, o ofendido ou qualquer das pessoas enumeradas no art. 31, ainda que não se tenha habilitado como assistente, poderá interpor apelação, que não terá, porém, efeito suspensivo. Parágrafo único. O prazo para interposição desse recurso será de quinze dias e correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.”

A alternativa A está incorreta. O prazo é de 15 dias conforme exposto acima.

A alternativa B está incorreta. Poderá a vítima interpor apelação ainda que não tenha sido habilitada como assistente, de acordo com o exposto acima.

A alternativa C está incorreta. O prazo é de 15 dias conforme exposto acima.

A alternativa D está incorreta. A lei não expõe como requisito que a vítima tenha sido ouvida para que apresente apelação.

A alternativa E está correta.

**QUESTÃO 59 - Quanto aos institutos da transação penal, da suspensão condicional do processo e do acordo de não persecução penal, é correto afirmar que:**

**(A) poderá o juiz homologar acordo de não persecução penal se for cabível a transação penal e o agente já tiver sido beneficiado, nos cinco anos anteriores ao cometimento da infração, com a suspensão condicional do processo;**



**(B) poderá o Ministério Público oferecer acordo de não persecução penal, em favor do agressor, nos crimes praticados com violência contra a mulher por razões da condição do sexo feminino;**

**(C) poderá o Ministério Público oferecer transação penal para as infrações penais praticadas sem violência ou grave ameaça, cuja pena mínima seja igual a quatro anos;**

**(D) poderá o juiz oferecer de ofício a suspensão condicional do processo ao acusado, se não o fizer o promotor de justiça;**

**(E) poderá o Ministério Público utilizar como justificativa para o não oferecimento de suspensão condicional do processo o descumprimento do acordo de não persecução penal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Se for cabível a transação penal, não caberá o acordo de não persecução penal (ANPP), conforme art. 28-A §2º do CPP: “O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses: I - se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei.”

A alternativa B está incorreta. Não caberá o ANPP em caso crimes praticados contra mulher por razões de condição do sexo feminino, conforme art. 28-A, §2º, IV, do CPP: “O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses: IV - nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor

A alternativa C está incorreta. O requisito para que seja possível a transação penal é que o crime não seja superior a 2 anos, e não a 4 anos conforme a alternativa. Pois trata-se de instituto trazido pela lei 9099/96 em seu artigo 76: “Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.”

A alternativa D está incorreta. Errado, pois é o poder-dever do Ministério Público a proposta da suspensão condicional do processo, não podendo o juiz oferecer de ofício. “A suspensão condicional do processo não é direito subjetivo do acusado, mas sim um poder-dever do Ministério Público, titular da ação penal, a quem cabe, com exclusividade, analisar a possibilidade de aplicação do referido instituto, desde que o faça de forma fundamentada. STJ. 6ª Turma. AgRg no RHC 74464/PR, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 02/02/2017.

A suspensão condicional do processo é solução de consenso e não direito subjetivo do acusado. STJ. 5ª Turma. AgRg no RHC 91265/RJ, Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 27/02/2018.

A alternativa E está correta. Conforme o art. 28-A, § 11, do CPP: “O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)”

**QUESTÃO 60- Relativamente à investigação criminal e aos meios de obtenção da prova nos crimes relativos às organizações criminosas (Lei no 12.850/2013), é correto afirmar que:**

**(A) deverá o juiz participar das negociações para a formação do acordo de colaboração premiada, se o benefício concedido ao colaborador for o perdão judicial;**



**(B) serão nulas de pleno direito, no acordo de colaboração premiada, as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória;**

**(C) será possível ao juiz receber a denúncia com fundamento somente nas declarações do colaborador, mas não poderá proferir sentença condenatória com base nas referidas declarações;**

**(D) poderá o juiz decretar de ofício a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, sem representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público;**

**(E) será o retardamento da intervenção policial administrativa, na ação controlada, comunicado previamente ao Ministério Público que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao juiz competente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O juiz não participa das negociações do acordo de colaboração premiada conforme art 4, §6º da lei 12850/13: “O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.”

A alternativa B está correta. Conforme art. 4º, §7-B, da Lei 12850/13: “São nulas de pleno direito as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória.”

A alternativa C está incorreta. O juiz não poderá receber a denúncia com fundamentos somente nas declarações do colaborador conforme art. 4, § 16, de respectiva lei: “§ 16 - Nenhuma das seguintes medidas será decretada ou proferida com fundamento apenas nas declarações do colaborador: II - recebimento de denúncia ou queixa-crime.”

A alternativa D está incorreta. O juiz não pode decretar de ofício a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, segundo art. 10 da lei 12850/13: “A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.”

A alternativa E está incorreta. Quem poderá impor os limites é a Autoridade judiciária, e não o Ministério Público conforme art. 8, §1º, da Lei 12850/13: “O retardamento da intervenção policial ou administrativa será previamente comunicado ao juiz competente que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público.”

**QUESTÃO 61. O Estado Beta, inovando na ordem jurídica brasileira, editou a Lei nº X, que dispôs sobre os aspectos gerais de uma política pública de proteção do patrimônio turístico, considerando as peculiaridades do território estadual. Pouco tempo depois, sobreveio a Lei nº Y, editada pela União, que buscou estabelecer diretrizes uniformes para a disciplina da matéria em todo o território nacional. Essas diretrizes eram diametralmente opostas aos balizamentos estabelecidos pela Lei nº X. Ambos os diplomas normativos, no entanto, geraram grande insatisfação no âmbito de certos grupos políticos, que buscavam argumentar com a inconstitucionalidade de cada qual, de modo que pudessem ser objeto de**



**ação direta de inconstitucionalidade a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal, com o correlato reconhecimento da invalidade de ambos.**

**À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:**

**(A) a Lei nº X permanece em vigor, não tendo sido revogada pela Lei nº Y, logo, a exemplo desta última, pode ser objeto do controle concentrado de constitucionalidade;**

**(B) como a Lei nº Y, posterior, revogou a Lei nº X, anterior, somente aquela pode ser objeto do controle concentrado de constitucionalidade;**

**(C) tanto a Lei nº X como a Lei nº Y têm a sua eficácia assegurada, logo, ambas podem ser objeto do controle concentrado de constitucionalidade;**

**(D) a Lei nº Y, embora tenha emanado de ente federativo diverso, comprometeu a vigência da Lei nº X, logo, esta última não pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade, apenas aquela;**

**(E) a Lei nº Y, por colidir com a Lei nº X em tema afeto às peculiaridades do território estadual, não produz efeitos em relação a esse aspecto, que não poderá ser objeto do controle concentrado de constitucionalidade.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A proteção do patrimônio turístico está incluída na competência legislativa concorrente, prevista expressamente no art. 24, inciso VIII da Constituição Federal: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”. Segundo o parágrafo 4º do mesmo artigo: “§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário”. Em não havendo hierarquia entre os Entes (União x Estado), e sim uma distribuição de competência, não se fala em revogação de norma e sim em suspensão de sua eficácia. Portanto, não sendo atingida a vigência da norma estadual, esta é passível de controle concentrado.

A alternativa B está incorreta, pelo mesmo fundamento acima.

A alternativa C está incorreta pois a norma estadual teve sua eficácia suspensa, conforme anteriormente explicado.

A alternativa D está incorreta pois a vigência da norma estadual não foi comprometida, conforme explicado na alternativa A.

A alternativa E está incorreta pois a norma federal (Lei nº Y), enquanto não for objeto de controle concentrado por violar a Constituição Federal, permanece válida e eficaz. Além disso, a Constituição Federal prevê, nos parágrafos 1º e 2º do art; 24 da Constituição Federal: § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência complementar dos Estados.

**QUESTÃO 62. Com o objetivo de conferir maior tecnicismo ao julgamento das contas de gestão apresentadas anualmente pelo prefeito municipal, a Câmara Municipal de Alfa alterou o seu regimento interno para dispor que, uma vez recebido o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, as respectivas contas somente seriam submetidas a julgamento pelo Plenário da Câmara Municipal se, nos trinta dias subsequentes, algum vereador o**



requeresses. O regimento interno ainda passou a dispor que, em sendo apreciado pelo Plenário, o parecer do Tribunal de Contas somente deixaria de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros da Casa Legislativa.

À luz da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que a sistemática prevista no regimento interno da Câmara Municipal de Alfa é

(A) constitucional, considerando que foi observada a autonomia da Câmara Municipal e o número mínimo de votos necessários para que não prevaleça o parecer do Tribunal de Contas;

(B) inconstitucional, considerando que o Tribunal de Contas apenas emite parecer prévio em relação às contas de governo do prefeito municipal, julgando as contas de gestão;

(C) Inconstitucional, considerando que o número de votos para a rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas é de três quintos dos membros da Câmara Municipal;

(D) Inconstitucional, considerando que o parecer prévio do Tribunal de Contas não pode ser considerado aprovado sem expressa deliberação da Câmara Municipal;

(E) constitucional, considerando a estrita observância do princípio da simetria em relação à competência do Congresso Nacional nessa temática

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Esta previsão é inconstitucional por violar o art. 31, parágrafos 1º e 2º da CF/88: “Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. § 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. § 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal”. Pela leitura desse dispositivo, a elaboração do parecer prévio é sempre necessária e a Câmara Municipal somente poderá dele discordar se houver manifestação de, no mínimo, 2/3 dos Vereadores. Não pode Regimento interno incluir exceção não prevista na Constituição Federal. STF proferiu esse entendimento em sede de Repercussão Geral (RE 729.744): Repercussão Geral. Recurso extraordinário representativo da controvérsia. Competência da Câmara Municipal para julgamento das contas anuais de prefeito. 2. Parecer técnico emitido pelo Tribunal de Contas. Natureza jurídica opinativa. 3. Cabe exclusivamente ao Poder Legislativo o julgamento das contas anuais do chefe do Poder Executivo municipal. 4. Julgamento ficto das contas por decurso de prazo. Impossibilidade”.

A alternativa B está incorreta, segundo o entendimento do STF fixado em tese de Repercussão Geral (RE 848826/DF): “Para os fins do artigo 1º, inciso I, alínea g, da Lei Complementar 64/1990, a apreciação das contas de Prefeito, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores.

A alternativa C está incorreta, conforme o parágrafo 2º da CF/88: “Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. § 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. § 2º O parecer



prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal”

A alternativa D está correta pelo fundamento apontado na alternativa A.

A alternativa E está incorreta pois a Constituição disciplina expressamente como deve ser feito o julgamento das contas do Poder Executivo Municipal, não podendo se falar, portanto, em princípio da simetria.

**QUESTÃO 63.** João, Maria e Joana, filiados ao partido político Alfa e candidatos na última eleição para o provimento de cargos eletivos de deputado federal, lograram ser eleitos. No entanto, ficaram muito preocupados ao constatarem que Alfa não tinha preenchido a "cláusula de desempenho" prevista na ordem constitucional. Ao analisarem as consequências do não preenchimento dessa cláusula, divergiram entre si. João sustentava que Alfa não teria direito aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e a televisão. Maria, por sua vez, defendia que o não preenchimento da cláusula de desempenho por Alfa permitia que os três se filiassem, sem perda do mandato, a outro partido político que a tenha atingido. Por fim, Joana defendia que essa nova filiação seria considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e do acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão.

Considerando a sistemática constitucional, é correto concluir, em relação às afirmações de João, Maria e Joana, que:

- (A) apenas as de Maria e Joana estão certas;
- (B) apenas as de João e Maria estão certas;
- (C) apenas as de Joana está certa;
- (D) apenas as de Maria está certa;
- (E) todas as afirmativas estão certas.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A afirmação de João está correta. Segundo o parágrafo 3º do art. 17 da Constituição Federal: “§ 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente: I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou II - tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação”.

A afirmação de Maria está correta e a de Joana está errada. Segundo o parágrafo 5º da Constituição Federal: “§ 5º Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º deste artigo é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão”.

Dessa forma, apenas as afirmações de João e Maria estão corretas.



**QUESTÃO 64.** A sociedade empresária Alfa, em razão do seu planejamento, passaria a adquirir, mensalmente, bens para o uso e o consumo no próprio estabelecimento e almejava que o crédito do imposto sobre a circulação de bens e serviços (ICMS), decorrente dessa aquisição, fosse compensado com os débitos de ICMS que possuía. Ao consultar a legislação vigente, constatou que isto seria autorizado para os créditos decorrentes de mercadorias que entrassem no estabelecimento a partir do próximo exercício financeiro. Dias antes do início do próximo exercício financeiro, foi editada a Lei Complementar nº X, postergando a possibilidade de compensação para o quinto exercício financeiro seguinte.

Irresignada com a referida alteração, Alfa ingressou com ação judicial, almejando que fosse reconhecida a inconstitucionalidade incidental da Lei Complementar nº X e assegurado o direito à compensação dos créditos do ICMS.

A luz dessa narrativa, o pedido de Alfa deve ser julgado:

(A) procedente, considerando a inconstitucionalidade da Lei Complementar nº X pois a matéria deveria ser objeto de deliberação em convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz);

(B) procedente, considerando a inconstitucionalidade da Lei Complementar nº X por ter afrontado o princípio da não cumulatividade do ICMS;

(C) procedente, considerando a inconstitucionalidade da Lei Complementar nº X, por ter afrontado o princípio da anterioridade nonagesimal;

(D) improcedente, considerando que a sistemática de compensação dos créditos do ICMS é matéria afeta às finanças públicas, estando sujeita aos princípios próprios do direito financeiro, não aqueles do direito tributário;

(E) improcedente, considerando que a postergação da compensação do crédito do ICMS, promovida pela Lei Complementar nº X não afronta o princípio da não cumulatividade e não se sujeita à anterioridade nonagesimal.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Segundo o entendimento do STF (ADI 5.929/DF): “CONCESSÃO INCENTIVO FISCAL DE ICMS. NATUREZA AUTORIZATIVA DO CONVÊNIO CONFAZ. 1. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESPECÍFICA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA. 2. TRANSPARÊNCIA FISCAL E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA ORÇAMENTÁRIA. 1. O poder de isentar submete-se às idênticas balizar do poder de tributar com destaque para o princípio da legalidade tributária que a partir da EC n.03/1993 adquiriu destaque ao prever lei específica para veiculação de quaisquer desonerações tributárias (art.150 §6º, in fine). 2. Os convênios CONFAZ têm natureza meramente autorizativa ao que imprescindível a submissão do ato normativo que veicule quaisquer benefícios e incentivos fiscais à apreciação da Casa Legislativa. 3. A exigência de submissão do convênio à Câmara Legislativa do Distrito Federal evidencia observância não apenas ao princípio da legalidade tributária, quando é exigida lei específica, mas também à transparência fiscal que, por sua vez, é pressuposto para o exercício de controle fiscal-orçamentário dos incentivos fiscais de ICMS.”

A alternativa B está incorreta pelo mesmo fundamento da alternativa E.

A alternativa C está incorreta pelo mesmo fundamento da alternativa E.

A alternativa D está incorreta pois a sistemática de compensação dos créditos do ICMS é matéria afeta ao direito tributário.



A alternativa E está correta, conforme entendimento do STF, proferido e, sede de Repercussão Geral (RE 601.967): "(i) Não viola o princípio da não cumulatividade (art. 155, §2º, incisos I e XII, alínea c, da CF/1988) lei complementar que prorroga a compensação de créditos de ICMS relativos a bens adquiridos para uso e consumo no próprio estabelecimento do contribuinte; (ii) Conforme o artigo 150, III, c, da CF/1988, o princípio da anterioridade nonagesimal aplica-se somente para leis que instituem ou majoram tributos, não incidindo relativamente às normas que prorrogam a data de início da compensação de crédito tributário".

**QUESTÃO 65. O Município Gama redefiniu em norma municipal o valor limite da Requisição de Pequeno Valor (RPV), visando a adequação de suas respectivas capacidades financeiras e especificidades orçamentárias.**

**Diante do exposto e de acordo com a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a norma é:**

**(A) constitucional, pois os entes federados gozam de autonomia para estabelecer o montante correspondente às obrigações de pequeno valor e, dessa forma, afastar a aplicação do sistema de precatórios, tendo como parâmetro as suas disponibilidades financeiras;**

**(B) inconstitucional, pois os entes federados não gozam de autonomia para estabelecer o montante correspondente às obrigações de pequeno valor e não podem afastar a aplicação do sistema de precatórios, tendo como parâmetro as suas disponibilidades financeiras;**

**(C) inconstitucional, pois os entes federados, apesar de gozarem de autonomia para estabelecer o montante correspondente às obrigações de pequeno valor, não podem estabelecer valor diverso daquele definido pela União, tendo como parâmetro as suas disponibilidades financeiras;**

**(D) constitucional, pois os entes federados podem estabelecer valor além ou aquém daquele fixado pela União, independentemente de suas disponibilidades financeiras, em razão da sua autonomia federativa;**

**(E) inconstitucional, pois a competência para fixar o valor limite da Requisição de Pequeno Valor (RPV) é privativa da União, uma vez que há afastamento da aplicação do sistema de precatórios.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O STF, em sede de Repercussão Geral (RE 1.359.139), fixou as seguintes teses: "(I) As unidades federadas podem fixar os limites das respectivas requisições de pequeno valor em patamares inferiores aos previstos no artigo 87 do ADCT, desde que o façam em consonância com sua capacidade econômica; (II) A aferição da capacidade econômica, para este fim, deve refletir não somente a receita, mas igualmente os graus de endividamento e de litigiosidade do ente federado; (III) A ausência de demonstração concreta da desproporcionalidade na fixação do teto das requisições de pequeno valor impõe a deferência do Poder Judiciário ao juízo político-administrativo externado pela legislação local."

A alternativa B está incorreta pelo mesmo fundamento da alternativa A.

A alternativa C está incorreta pelo mesmo fundamento da alternativa A.

A alternativa D está incorreta pelo mesmo fundamento da alternativa A.



A alternativa E está incorreta pois os entes federados, desde que respeitado o princípio da proporcionalidade, gozam de autonomia para estabelecer o montante correspondente às obrigações de pequeno valor e, dessa forma, afastar a aplicação do sistema de precatórios. Eles só não podem estabelecer valor demasiado além ou aquém do razoável, tendo como parâmetro as suas disponibilidades financeiras (ADI 2.868 e ADI 4.332).

**QUESTÃO 66. O relator-geral do orçamento, com a finalidade de criar novas despesas ou de ampliar as programações previstas no projeto de lei orçamentária anual da União, emendou o referido projeto com a inclusão, na peça orçamentária, de recursos avulsos indicados, por bancadas ou parlamentares individualizados, a beneficiários e prioridades de despesas operacionalizadas.**

**Diante do exposto e de acordo com a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida emenda ao projeto, caso a lei orçamentária seja aprovada:**

**(A) não é autorizada pela CRFB/1988, porque não observa os critérios objetivos orientados pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;**

**(B) é autorizada pela CRFB/1988, em razão da compatibilidade com a ordem democrática e republicana, garantindo a responsabilidade fiscal;**

**(C) é autorizada pela CRFB/1988, em razão da necessidade de adesão de parlamentares aos interesses do governo, em observância ao princípio da separação dos Poderes;**

**(D) é autorizada pela CRFB/1988, porque observa o princípio federativo e garante autonomia dos demais entes federativos;**

**(E) não é autorizada pela CRFB/1988, porque não observa o princípio federativo e viola a autonomia dos demais entes federativos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O STF declarou incompatíveis com a ordem constitucional brasileira as práticas orçamentárias viabilizadoras do chamado "esquema do orçamento secreto", consistentes no uso indevido das emendas do Relator-Geral do orçamento para efeito de inclusão de novas despesas públicas ou programações no projeto de lei orçamentária anual da União. Segundo o ministro Ricardo Lewandowski: "as emendas do relator, da maneira como são utilizadas, subvertem a lógica do sistema de repartição dos recursos orçamentários. Elas retiram do chefe do Executivo federal a discricionariedade na alocação das verbas, em prejuízo da governabilidade e em afronta ao mecanismo de freios e contrapesos garantido pela separação dos Poderes. Entre os princípios violados pela sistemática da distribuição das verbas orçamentárias estão os da isonomia, da legalidade, da moralidade, da publicidade, da impessoalidade e, sobretudo, da eficiência, que regem a administração pública (ADPF 850).

A alternativa B está incorreta pelo mesmo fundamento da alternativa A.

A alternativa C está incorreta pelo mesmo fundamento da alternativa A.

A alternativa D está incorreta pelo mesmo fundamento da alternativa A.

A alternativa E está incorreta pois a violação à autonomia dos demais entes federativos não foi utilizada como fundamento.



**QUESTÃO 67.** João, após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, tomou posse no cargo de provimento efetivo X, da estrutura da Administração Pública direta do Município Alfa. Logo após a posse, se inteirou com um colega a respeito de alguns aspectos afetos a sua futura aposentadoria, pois já tinha contribuído por alguns anos para o Regime Geral de Previdência Social, regime este que, conforme informações recebidas, era o aplicado aos servidores de Alfa. O colega, em linha gerais, explicou que: (1) será criado um regime próprio de previdência social ainda este ano; (2) é vedada a contagem de tempo de contribuição ficto; (3) para os servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, será aplicado o regime geral; e (4) Alfa, também este ano, instituirá regime de previdência complementar para os servidores ocupantes de cargo efetivo, que oferecerá benefícios somente na modalidade contribuição definida.

A luz dos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, é correto afirmar, em relação as explicações do colega de João, que são constitucionais:

- (A) apenas as observações 1 e 4
- (B) apenas as observações 2 e 3;
- (C) apenas as observações 1, 2 e 4;
- (D) apenas as observações 2, 3 e 4;
- (E) todas as observações.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A observação 1) está incorreta, conforme parágrafo 22 do art. 40 da Constituição Federal: Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. § 22. Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre”.

A observação 2 está correta, conforme §10, do art. 40 da CF: “A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício”.

A observação 3 está correta, conforme §13, do art. 40 da CF: “Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social”.

A observação 4 está correta, conforme §15, do art. 40 da CF: “O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar”.

Portanto, apenas as observações 2, 3 e 4 estão corretas.

**QUESTÃO 68.** João, juiz de Direito, sofreu sanção disciplinar que foi aplicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao reformar decisão absolutória proferida pelo Tribunal local.



Cinco meses depois, após muito refletir sobre os diversos incidentes ocorridos no curso da relação processual, identificou uma irregularidade que, a seu ver, configurava nulidade absoluta. Por tal razão, decidiu ingressar com uma medida judicial visando à declaração de nulidade da decisão proferida.

João deve ajuizar:

- (A) ação em face da União, sendo um juiz federal competente para processá-la e julgá-la;
- (B) ação em face da União, sendo o Supremo Tribunal Federal competente para processá-la e julgá-la;
- (C) mandado de segurança contra ato do CNJ, sendo um juiz federal competente para processá-lo e julgá-lo;
- (D) mandado de segurança contra ato do CNJ, sendo o Supremo Tribunal Federal competente para processá-lo e julgá-lo;
- (E) ação ou mandado de segurança, conforme sua livre escolha sendo um juiz federal competente para processar e julgar a primeira, enquanto o Supremo Tribunal Federal o será para o segundo;

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, conforme o art. 109, inciso I, alínea r da CF: Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

A alternativa B está correta de acordo com fundamento exposto acima.

A alternativa C está incorreta, conforme o art. 23 da Lei 12.016: "O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado". Além disso, a competência para processar e julgar mandado de segurança contra ato do CNJ é de competência do STF: "1. A restrição do permissivo constitucional da al. r do inc. I do artigo 102 da Constituição da República às ações de natureza mandamental resultaria em conferir à Justiça federal de primeira instância, na espécie vertente, a possibilidade de definir os poderes atribuídos ao Conselho Nacional de Justiça no cumprimento de sua missão, subvertendo, assim, a relação hierárquica constitucionalmente estabelecida. Reconhecimento da competência deste Supremo Tribunal para apreciar a presente ação ordinária: mitigação da interpretação restritiva da al. r do inc. I do artigo 102 adotada na Questão de Ordem na Ação Originária n. 1.814 (relator ministro Marco Aurélio, Plenário, DJe 3.12.2014) e no Agravo Regimental na Ação Cível Originária n. 1.680" (relator ministro Teori Zavascki, DJe 1/12/2014), ambos julgados na sessão plenária de 24/9/2014).

A alternativa D está incorreta, de acordo com o fundamento exposto acima.

A alternativa E está incorreta pelo mesmo fundamento exposto acima.

**QUESTÃO 69.** Ticio é candidato ao cargo de vereador e desafeto de Caio, candidato a prefeito, ambos concorrendo para mandatos a serem exercidos no mesmo ente federativo. Durante o período de campanha, Ticio procurou o Ministério Público local, declarando, perante a autoridade competente, que Caio, no ano anterior, havia ocultado, em sua residência, um veículo que fora roubado por seu genro, a fim de ajudá-lo até que a polícia



deixasse de procurar o produto do roubo, fatos estes que Ticio sabia inverídicos. Diante das declarações prestadas, o Ministério Público requisitou a instauração de inquérito policial em desfavor de Caio, que foi validamente instaurado.

Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência atualizada, é correto afirmar que:

a) a conduta praticada por Ticio é atípica, uma vez que não deu causa à instauração de procedimento no âmbito eleitoral.

b) a conduta praticada por Ticio é atípica, uma vez que o crime de denúncia caluniosa eleitoral somente ocorre quando o crime falsamente imputado tem natureza eleitoral.

c) o Ministério Público Eleitoral, ciente da instauração do inquérito policial em desfavor de Caio, deverá ajuizar ação de impugnação de registro de candidatura visando a impedir o seu prosseguimento na corrida eleitoral.

d) Ticio praticou o crime de denúncia caluniosa, previsto no art. 339 do Código Penal, uma vez que deu causa à instauração de inquérito policial contra Caio, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.

e) o crime de denúncia caluniosa previsto no art. 326-A do Código Eleitoral pode ser investigado e seu autor processado ainda que o procedimento investigatório inaugurado a partir de suas declarações tenha sido arquivado.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, porque o art. 326-A do Código Eleitoral não requer que a instauração de procedimento se dê no âmbito eleitoral, podendo ocorrer no âmbito policial, bastando a finalidade eleitoral: “Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, de investigação administrativa, de inquérito civil ou ação de improbidade administrativa, atribuindo a alguém a prática de crime ou ato infracional de que o sabe inocente, com finalidade eleitoral.”

A alternativa B está incorreta, porque o art. 326-A do Código Eleitoral não requer que o falso crime imputado tenha natureza eleitoral, basta ser crime ou ato infracional de qualquer natureza: “Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, de investigação administrativa, de inquérito civil ou ação de improbidade administrativa, atribuindo a alguém a prática de crime ou ato infracional de que o sabe inocente, com finalidade eleitoral.”

A alternativa C está incorreta, uma vez que a Ação de Impugnação de Registro de Candidatura tem prazo específico para sua propositura, consoante o art. 3º da LC nº 64/1990: “Caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.”

A alternativa D está incorreta, uma vez que o crime cometido não foi o crime de denúncia caluniosa previsto no Código Penal, e sim o crime de denúncia caluniosa eleitoral, previsto no Art. 326-A do Código Eleitoral (Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, de investigação administrativa, de inquérito civil ou ação de improbidade administrativa, atribuindo a alguém a prática de crime ou ato infracional de que o sabe inocente, com finalidade eleitoral) já que evidente a finalidade eleitoral de prejudicar a campanha do adversário.

A alternativa E está correta, uma vez que o crime tem como bem jurídico a lisura das eleições e não apenas a honra do candidato, logo, o arquivamento da denúncia caluniosa não interfere na apuração do crime de denúncia caluniosa. Para que se configure denúncia caluniosa basta que seja iniciada a investigação, não sendo condição de procedibilidade ou de tipicidade o arquivamento ou o oferecimento da denúncia.



**QUESTÃO 70.** Mévio, prefeito do Município X, no curso de seu segundo mandato consecutivo, em época de eleições municipais, procedeu ao seu registro de candidatura para o cargo de prefeito, em eleições que ocorreriam no Município Y, tendo sido aduzido pelo Ministério Público que a hipótese seria de inelegibilidade, na forma do parágrafo 5º, do art. 14 da Constituição da República de 1988.

À luz da legislação pátria e da jurisprudência atualizada, é correto afirmar que:

a) a hipótese trazida no enunciado não consiste em inelegibilidade, uma vez que não se trata de reeleição para o cargo de prefeito para o mesmo Município.

b) apenas presidente da República, governadores de Estado e do Distrito Federal podem se candidatar à reeleição para um mandato em período subsequente.

c) a inelegibilidade para um terceiro mandato consecutivo é afastada se o exercício do cargo de prefeito se deu a título provisório, nos seis meses anteriores ao pleito.

d) considera-se inelegível para determinado cargo de chefe do Poder Executivo, o cidadão que já exerceu dois mandatos consecutivos, em cargo da mesma natureza, ainda que em ente de federação diversa.

e) considera-se inelegível para determinado cargo de chefe do Poder Executivo, o cônjuge do cidadão que já exerceu dois mandatos consecutivos, em cargo de mesma natureza, ainda que em ente de federação diversa.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C (passível de anulação)**.

A alternativa A está incorreta, consoante o entendimento do STF, divulgado no Informativo 673, que veda a figura do “prefeito itinerante”: O art. 14, § 5º, da CF deve ser interpretado no sentido de que a proibição da segunda reeleição é absoluta e torna inelegível para determinado cargo de Chefe do Poder Executivo o cidadão que já cumpriu 2 mandatos consecutivos (reeleito uma única vez) em cargo da mesma natureza, ainda que em ente da federação diverso. (STF. Plenário. RE 637485/RJ, rel. Min. Gilmar Mendes, 1º/8/2012 (repercussão geral) (Info 673).

A alternativa B está incorreta, uma vez que todos os chefes do Poder Executivo, inclusive os Prefeitos, podem ser candidatos à reeleição imediatamente subsequente, nos termos do art. 14, §5º, da Constituição Federal: “§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.”

A alternativa C está correta, uma vez que, inobstante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que, via de regra, “[o] vice que assume o mandato por sucessão ou substituição do titular dentro dos seis meses anteriores ao pleito pode se candidatar ao cargo titular, mas, se for eleito, não poderá ser candidato à reeleição no período seguinte” (REspe 222-32/SC, Rel. Min. Henrique Neves da Silva, publicado em sessão de 16/11/2016). Para as Eleições 2020, em hipótese bastante similar ao caso dos autos: REspe 0600147-24/GO, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, sessão virtual de 16 a 18/12/2020, com embargos declaratórios julgados na sessão virtual de 5 a 12/3/2021. No mesmo sentido, REspe 0600162-96/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, sessão de 15/12/2020, em junho de 2022, o Relator do Recurso Especial TSE 0600222-82, Ministro Nunes Marques, manifestou pela existência de repercussão geral na questão e necessidade de uniformização da jurisprudência controversa. Nessa situação foi mantida a decisão do Pet 9.981



MC que permitiu ao Prefeito do Município de Cachoeira dos Índios/PB continuar no terceiro mandato.

A alternativa D está incorreta, uma vez que o entendimento do STF, divulgado no Informativo 673, veda a figura do “prefeito itinerante”: O art. 14, § 5º, da CF deve ser interpretado no sentido de que a proibição da segunda reeleição é absoluta e torna inelegível para determinado cargo de Chefe do Poder Executivo o cidadão que já cumpriu 2 mandatos consecutivos (reeleito uma única vez) em cargo da mesma natureza, ainda que em ente da federação diverso. (STF. Plenário. RE 637485/RJ, rel. Min. Gilmar Mendes, 1º/8/2012 (repercussão geral) (Info 673). Isto é, o precedente não se reporta aos demais Chefes do Executivo como generalizado na questão.

A alternativa E está incorreta, porque o TSE entende que é possível para ente federativo diverso, desde que este não seja resultado de desmembramento do ente federativo em que o cônjuge do candidato exercia o cargo: “[...] 7. Após o entendimento adotado pelo STF, esta Corte Superior firmou entendimento de que o cônjuge e os parentes de prefeito em segundo mandato são elegíveis em municípios vizinhos, desde que este não resulte de desmembramento, incorporação ou fusão realizada na legislatura imediatamente anterior ao pleito. [...]”(Ac. de 3.12.2020 no REspEI nº 060023625, rel. Min. Sérgio Banhos.)

**QUESTÃO 71 - A Lei nº 14.112/2020 introduziu na Lei nº 11.101/2005 um Capítulo contendo disposições sobre Insolvência Transnacional. Acerca das disposições gerais, analise as afirmativas a seguir.**

**I. O juiz somente poderá deixar de aplicar as disposições do Capítulo sobre Insolvência Transnacional se, no caso concreto, a sua aplicação configurar manifesta ofensa à ordem pública, aos usos internacionais e aos bons costumes.**

**II. Na interpretação das disposições do Capítulo sobre Insolvência Transnacional deverão ser considerados o seu objetivo de cooperação internacional, a necessidade de uniformidade de sua aplicação e a observância dos usos e costumes empresariais (*lex mercatoria*).**

**III. Na aplicação das disposições do Capítulo sobre Insolvência Transnacional, será observada a competência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias, quando cabível.**

**Está correto somente o que se afirma em:**

- A) I;
- B) II;
- C) III;
- D) I e II;
- E) II e III..

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

O Item I está errado. Conforme §4º do artigo 167-A da Lei 11.101/05, o juiz somente poderá deixar de aplicar as disposições do Capítulo se, no caso concreto, a sua aplicação configurar manifesta ofensa à ordem pública, não existindo em lei as outras exceções constantes do item.



O Item II está errado. Conforme §1º do artigo 167-A da Lei 11.101/05, na interpretação das disposições sobre insolvência transnacional deverão ser considerados o seu objetivo de cooperação internacional, a necessidade de uniformidade de sua aplicação e a observância da boa-fé, não há menção sobre *lex mercatoria*.

O item III está certo. Literalidade do §6º do artigo 167-A da Lei 11.101/05: "Na aplicação das disposições deste Capítulo, será observada a competência do Superior Tribunal de Justiça prevista na alínea "i" do inciso I do caput do art. 105 da Constituição Federal, quando cabível"

**QUESTÃO 72 - Na sentença de falência de Azulejos e Revestimentos Naviraí Ltda., o juiz fixou o termo legal em noventa dias anteriores ao pedido de recuperação judicial.**

**O administrador judicial, ao examinar a relação de credores, verificou a outorga de garantia real ao Banco Rochedo S/A, financiador do devedor no curso da recuperação judicial, com base em previsão contida no plano de recuperação aprovado. Não foi constatado *consilium fraudis* no negócio e sua realização se deu dentro do termo legal, tendo o devedor recebido os recursos correspondentes.**

**Considerados esses fatos e as disposições da legislação falimentar, é correto afirmar que a garantia outorgada pelo devedor ao Banco Rochedo S/A, realizada com previsão no plano de recuperação aprovado:**

**A) não poderá ser declarada ineficaz perante a massa falida após a consumação do negócio jurídico, com o recebimento dos recursos correspondentes pelo devedor;**

**B) não poderá ser declarada ineficaz perante a massa falida com o recebimento dos recursos correspondentes pelo devedor, mas poderá ser anulada provando-se o prejuízo aos credores existentes à época da concessão da recuperação judicial;**

**C) é objetivamente ineficaz perante a massa falida, tenha ou não o Banco Rochedo S/A conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores;**

**D) não poderá ser declarada ineficaz perante a massa falida após a consumação do negócio jurídico, por ter sido realizada em favor de credor extraconcursal;**

**E) é objetivamente ineficaz perante a massa falida por ter sido realizada dentro do termo legal da falência, ainda que tenha havido recebimento de recursos pelo devedor..**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A realização do ato de oneração de bens e direitos dentro do termo legal de 90 dias, nas hipóteses do artigo 129 da Lei 11.101/05, torna o ato objetivamente ineficaz, independente do conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor ou da intenção em fraudar credores.

No caso apresentado foi constituído direito real de garantia dentro do termo legal, hipótese prevista no inciso III do artigo citado. Vejamos: "Art. 129. São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores: III – a constituição de direito real de garantia, inclusive a retenção, dentro do termo legal, tratando-se de dívida contraída anteriormente; se os bens dados em hipoteca forem objeto de outras posteriores, a massa falida receberá a parte que devia caber ao credor da hipoteca revogada;"



Contudo, havendo previsão expressa em plano de recuperação judicial, não se aplica a ineficácia objetiva, pois há autorização expressa em lei, conforme artigo 131 da Lei 11.101/05

**QUESTÃO 73 - Ao tratar da prova documental, o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) contém disposições sobre a força probante dos documentos, dentre eles os livros empresariais e a escrituração contábil. Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir.**

**I. A escrituração contábil é indivisível, e, se dos fatos que resultam dos lançamentos, uns são favoráveis ao interesse de seu autor e outros lhe são contrários, ambos serão considerados em conjunto, como unidade.**

**II. Os livros empresariais que preenchem os requisitos exigidos por lei provam a favor de seu autor quando o litígio for exclusivamente entre empresários.**

**III. O juiz pode, de ofício, ordenar à parte a exibição parcial dos livros e dos documentos, extraíndo-se deles a suma que interessar ao litígio, bem como reproduções autenticadas.**

**Está correto o que se afirma em:**

**A) somente I;**

**B) somente II;**

**C) somente I e III;**

**D) somente II e III;**

**E) I, II e III..**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

O Item I está certo. Literalidade do artigo 419 do Código de Processo Civil: “A escrituração contábil é indivisível, e, se dos fatos que resultam dos lançamentos, uns são favoráveis ao interesse de seu autor e outros lhe são contrários, ambos serão considerados em conjunto, como unidade.”

O Item II está errado. Embora o artigo 418 do CPC traga previsão similar ao item, não há previsão legal acerca do litígio ser exclusivamente entre empresários. Vejamos: “Os livros empresariais que preenchem os requisitos exigidos por lei provam a favor de seu autor no litígio entre empresários.”

O Item III está certo. Literalidade do artigo 421 do Código de Processo Civil: “O juiz pode, de ofício, ordenar à parte a exibição parcial dos livros e dos documentos, extraíndo-se deles a suma que interessar ao litígio, bem como reproduções autenticadas.”

**QUESTÃO 74 - Gessaria Aparecida do Taboado Ltda. foi intimada da apresentação a protesto por falta de pagamento de duas duplicatas de compra e venda por Maracajá S/A, endossatário das cártulas.**

**Gessaria Aparecida do Taboado Ltda., sacada das duplicatas, obteve em juízo a sustação do protesto. Posteriormente, a ordem de sustação foi revogada e o tabelião tomou ciência da decisão judicial.**

**Considerando a situação narrada e as disposições da Lei nº 9.492/1997 (Lei de Protestos), é correto afirmar que revogada a ordem de sustação:**



- A) as duplicatas serão encaminhadas ao juízo respectivo, salvo se o tabelião de protestos requerer sua manutenção no tabelionato ou assim for determinado pelo juízo;
- B) o tabelião procederá a nova intimação da sacada, e a lavratura do protesto e seu registro serão efetivados até o terceiro dia útil subsequente ao da efetivação da intimação;
- C) a lavratura e o registro do protesto serão efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da revogação, sem nova intimação da sacada;
- D) as duplicatas serão encaminhadas ao juízo respectivo, salvo se for necessário consulta ao apresentante, caso em que protesto será lavrado no 1º dia útil após o recebimento da resposta;
- E) as duplicatas permanecerão no tabelionato e o tabelião procederá a nova intimação da sacada, sendo a lavratura do protesto e seu registro efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao da efetivação da intimação.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Conforme literalidade do artigo 17, §2º, da Lei 9.492/97, caso revogada a ordem de sustação, não há necessidade de se proceder nova intimação do devedor, sendo a lavratura e o registro do protesto efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da revogação.

Assim dispõe o artigo: “Revogada a ordem de sustação, não há necessidade de se proceder a nova intimação do devedor, sendo a lavratura e o registro do protesto efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da revogação, salvo se a materialização do ato depender de consulta a ser formulada ao apresentante, caso em que o mesmo prazo será contado da data da resposta dada.”

Incorretas as demais alternativas, pois em desacordo com o artigo acima mencionado.

**QUESTÃO 75 - O Banco Central do Brasil procedeu a inquérito durante a liquidação extrajudicial da instituição financeira W para apurar as causas que a levaram àquela situação e a responsabilidade dos administradores e membros do Conselho Fiscal.**

Concluída a apuração, os ex-administradores e ex-membros do Conselho Fiscal apresentaram por escrito suas alegações e explicações. Ao ser encerrado, o inquérito concluiu pela existência de prejuízos à instituição liquidanda apenas por parte dos ex-administradores, sendo, com o respectivo relatório, remetido pelo Banco Central do Brasil ao juízo da Comarca de Dourados, lugar do principal estabelecimento e juízo competente para decretá-la.

Considerados os fatos narrados e que todos os ex-administradores da instituição financeira já estavam com seus bens indisponíveis desde a data do Ato da Presidência do Banco Central do Brasil que decretou a liquidação extrajudicial, é correto afirmar que:

- A) o juiz, ao receber o inquérito, decretará o arresto dos bens dos ex-administradores e do acionista controlador, designando o administrador judicial como fiel depositário deles;
- B) a distribuição do inquérito ao juízo competente previne a jurisdição do mesmo juízo, na hipótese de vir a ser decretada a falência da instituição liquidanda;



**C) o juiz, ao receber o inquérito, abrirá vista ao órgão do Ministério Público, que, no prazo de quinze dias, sob pena de responsabilidade, requererá o sequestro dos bens do acionista controlador e o arresto dos bens dos ex-administradores;**

**D) o juiz dará vista do inquérito ao órgão do Ministério Público, que proporá a ação de responsabilidade em face dos ex-administradores dentro de sessenta dias, a contar do recebimento da intimação, sob pena de responsabilidade e preclusão da sua iniciativa;**

**E) o juiz decretará o arresto dos bens dos ex-administradores e, caso seja decretada a falência antes da propositura da ação de responsabilidade pelo órgão do Ministério Público, competirá ao administrador judicial promovê-la no prazo de trinta dias da data da decretação da falência.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. No caso de arresto de bens, o §2º do artigo 45 da Lei 6.024/74 traz que poderão ser depositários o inventor, o liquidante ou o síndico (atual administrador judicial), conforme cada situação concreta, cabendo ao síndico ser depositário apenas no caso de falência da instituição.

A letra B está correta. Literalidade do artigo 45, §1º, da Lei 6.024/74: “Em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial, a distribuição do inquérito ao Juízo competente na forma deste artigo, previne a jurisdição do mesmo Juízo, na hipótese de vir a ser decretada a falência”

A letra C está incorreta. O prazo para vistas ao Ministério Público é de 8 dias e não 15 dias, conforme *caput* do artigo 45 da Lei 6.024/74.

A letra D está incorreta. O prazo do Ministério Público para propor a ação de responsabilidade é de 30 dias e não 60 dias, conforme parágrafo único do artigo 46 da Lei 6.024/74.

A letra E está incorreta. O prazo para o Administrador Judicial promover a ação é de 30 dias, contudo tem início do seu compromisso e não da decretação da falência, conforme artigo 47 da Lei 6.024/74.

**QUESTÃO 76 - Paranhos & Juti Ltda., sociedade empresária cujo objeto é a comercialização de artigos importados, com sede em Angélica/MS, obteve empréstimo para ampliação de seu estabelecimento no valor de cinco milhões de reais. A dívida foi representada em cédula de crédito comercial com garantia pignoratícia de noventa notas promissórias transferidas mediante endosso-penhor em favor da beneficiária da cédula. No corpo da cédula não foram descritos os valores de cada nota promissória, seus emitentes, prazos de emissão e pagamento, datas de vencimento. Houve tão somente menção ao valor global dos títulos.**

**Consideradas tais informações, é correto afirmar que:**

**A) é dispensada a descrição individualizada na cédula de crédito comercial das notas promissórias endossadas em penhor em favor do beneficiário, bastando a indicação do valor global;**

**B) é requisito de validade da cédula de crédito comercial a descrição individualizada dos bens dados em garantia pignoratícia, inclusive títulos de crédito, por aplicação subsidiária da legislação sobre títulos de crédito industrial;**



C) em razão de disposição da legislação sobre as cédulas de crédito comercial, é vedado neste título a garantia pignoratícia de títulos de crédito, pois somente é possível a garantia fiduciária mediante endosso ao beneficiário;

D) a cédula de crédito comercial com garantia pignoratícia deve descrever de modo individualizado os bens dados em penhor, inclusive títulos de crédito, por aplicação subsidiária da legislação sobre títulos de crédito industrial, mas sua omissão não acarreta a invalidade do título;

E) é dispensada a descrição individualizada na cédula de crédito comercial das notas promissórias endossadas em penhor, substituída pela indicação do valor global, desde que os dados de cada título constem de orçamento assinado pelo mutuário e autenticado pela instituição financeira.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A cédula de crédito comercial é regida pela Lei 6.840/80, que em seu artigo 3º autoriza o estabelecimento de garantia por meio de penhor de títulos de créditos sem a necessidade de descrição dos bens objeto do penhor, sendo suficiente apenas a indicação do valor global. Vejamos: “Para os efeitos desta Lei, será dispensada a descrição a que se refere o inciso V do artigo 14 do Decreto-lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969, quando a garantia se constituir através de penhor de títulos de crédito, hipótese em que se estabelecerá apenas o valor global.”

Incorretas as demais alternativas.

**QUESTÃO 77 - Doze membros de uma cooperativa de crédito ajuizaram ação para anular deliberação da assembleia geral ordinária (AGO) que aprovou, por maioria e com o voto contrário dos autores, as seguintes matérias: (i) o relatório, balanço e contas dos órgãos de administração; (ii) a destinação das sobras apuradas com dedução das parcelas para os Fundos Obrigatórios; e (iii) a fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros da administração e do Conselho Fiscal.**

Os autores apontam que os membros da administração aprovaram tais matérias, violando impedimento legal de voto. A defesa da cooperativa comprovou que as matérias impugnadas constaram da ordem do dia e estão no rol da competência da assembleia geral ordinária (AGO). Ademais, sustentou a legalidade da assembleia em razão de todos os votantes terem a qualidade de cooperado e que o relatório, balanço e contas foram aprovados sem ressalva, de modo a exonerar os administradores de responsabilidade.

Considerados os fatos, admitida a legitimidade das partes e com base na legislação cooperativista, é correto afirmar que:

A) é procedente o pedido anulatório, pois os administradores não poderiam ter tomado parte na votação das matérias, e a aprovação do relatório, balanço e contas pela assembleia, sem ressalva, não os exonera de responsabilidade;

B) não é procedente o pedido anulatório porque todas as matérias impugnadas constaram da ordem do dia e estão inseridas no rol das competências da assembleia geral ordinária;

C) é procedente o pedido anulatório, pois os administradores não podem tomar parte na votação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração, ainda que a aprovação sem ressalva os exonere de responsabilidade, mas não há impedimento quanto às demais matérias;



**D) não é procedente pedido anulatório porque os administradores não estão impedidos de votar as matérias em razão de serem membros da cooperativa e lhes ser assegurado direito de voto por cabeça;**

**E) é procedente o pedido anulatório, pois os administradores só poderiam tomar parte na votação da fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença, sendo-lhes vedado tomar parte na deliberação das demais matérias.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

Os membros dos órgãos de administração e fiscalização tem seu voto proibido em determinadas situações, não podendo participar de votação acerca de prestação de contas e fixação de honorários, gratificações e cédula de presença, conforme expressa previsão no §1º do artigo 44 da Lei 5.764/71.

Ainda, o §2º do referido artigo traz que a aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração não desonera seus componentes de responsabilidade se realizados com infração à lei.

Vejamos: “A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia: I - prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço; c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal. IV - quando previsto, a fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e do Conselho Fiscal; § 1º Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens I e IV deste artigo. § 2º À exceção das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito, a aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração, desonera seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como a infração da lei ou do estatuto.”

Assim, a ação anulatória é procedente, sendo correta a alternativa A.

**QUESTÃO 78. O ITCD (imposto sobre a transmissão causa mortis e doações) é um dos três impostos cuja competência tributária para instituição é conferida pela Constituição da República de 1988 aos Estados membros da Federação e ao Distrito Federal, sendo uma importante fonte de arrecadação para os cofres públicos estaduais e distritais.**

**Acerca desse imposto e à luz também da jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:**

**(A) o ITCD, por ser um tributo real, não admite alíquotas progressivas;**

**(B) seu contribuinte, conforme estabelecido no Código Tributário Nacional, é o doador, e não o donatário;**

**(C) a efetiva ocorrência do fato gerador na doação de bens imóveis se dá no momento da lavratura da escritura pública de doação;**



**(D) no ITCMD referente a doação não oportunamente declarada pelo contribuinte ao fisco estadual, a contagem do prazo decadencial para a constituição do crédito tributário pelo lançamento tem início na ocorrência do fato gerador;**

**(E) o ITCMD não incidirá sobre doações destinadas no âmbito do Poder Executivo da União a projetos destinados a mitigar os das mudanças climáticas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, conforme o STF, o ITCMD (um imposto real) pode ser progressivo mesmo sem que esta progressividade esteja expressamente prevista na CF/88 (RE 562045/RS).

A alternativa B está incorreta, na verdade, o contribuinte do ITCMD, na doação, é o donatário (quem recebe o bem).

A alternativa C está incorreta. O fato gerador do ITCMD, no que diz respeito à doação de bens imóveis, será a efetiva transcrição realizada no Registro de Imóveis (art. 1.245 do Código Civil);

A alternativa D está incorreta. Conforme repetitivo do STJ: “no caso do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD, referente a doação não oportunamente declarada pelo contribuinte ao fisco estadual, a contagem do prazo decadencial tem início no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, observado o fato gerador, em conformidade com os arts. 144\* e 173, I, ambos do CTN.” STJ. 1ª Seção. REsp 1.841.798/MG, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 20/04/2021 (Recurso Repetitivo – Tema 1048) (Info 694).

A alternativa E está correta. Conforme art. 155, § 1º, V, da CF, o ITCMD “não incidirá sobre as doações destinadas, no âmbito do Poder Executivo da União, a projetos socioambientais ou destinados a mitigar os efeitos das mudanças climáticas e às instituições federais de ensino”.

**Questão 79. A Lei nº XX/2015 do Estado Alfa, de iniciativa de deputado estadual, concedeu, sem deliberação no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), benefício tributário de isenção de ICMS a alguns empreendimentos econômicos por dez anos, como forma de atrair investimentos para o Estado. Em 2017, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional tal lei em controle abstrato de constitucionalidade, tendo a decisão eficácia ex tunc. Em 2018, para evitar que fossem cobrados retroativamente os créditos tributários de ICMS não recolhidos desde 2015 em razão da isenção julgada inconstitucional, o Estado Alfa obteve, junto ao Confaz, autorização por meio de convênio para a remissão de tais créditos tributários de ICMS.**

**Acerca desse cenário e também à luz da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:**

**(A) a lei estadual concessiva de isenção de ICMS é de iniciativa privativa do governador do Estado, não podendo a iniciativa, ser de parlamentar estadual;**

**(B) a autorização por convênio do Confaz de concessão de remissão de tais créditos tributários afasta a caracterização de guerra fiscal no caso concreto;**

**(C) a autorização por convênio do Confaz de concessão de remissão de tais créditos tributários permite que tal benefício seja instituído localmente por Decreto do governador;**

**(D) uma vez julgada inconstitucional tal concessão de isenção, não poderia o Confaz violar a autoridade da decisão do Supremo Tribunal Federal, autorizando novo benefício tributário de remissão de tais créditos tributários;**



**(E) a remissão de tais créditos tributários, por se limitar ao âmbito estadual, dispensa a estimativa de impacto orçamentário e financeiro.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, conforme o STF: “Inexiste, na Constituição Federal de 1988, reserva de iniciativa para leis de natureza tributária, inclusive para as que concedam renúncia fiscal” (Repercussão Geral – Tema 682)

A alternativa B está correta, conforme o precedente do STF: “É constitucional a lei estadual ou distrital que, com amparo em convênio do CONFAZ, conceda remissão de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais anteriormente julgados inconstitucionais.” (Repercussão Geral – Tema 817).”

A alternativa C está incorreta, uma vez que a autorização de remissão de créditos oriundos de benefícios inconstitucionais não permite que tal benefício (inconstitucional) seja (reinstituído).

A alternativa D está incorreta, conforme Tema 817 acima mencionado.

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 14 da LRF:” Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições”.

**Questão 80. A União resolve criar um novo imposto não cumulativo e sem fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição da República de 1988.**

**Em relação a espécie normativa e a vigência desse novo imposto, é correto afirmar que:**

**(A) poderá ser criado por lei ordinária, respeitando apenas o princípio da anterioridade nonagesimal;**

**(B) terá de ser criado por lei complementar, respeitando os princípios da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal;**

**(C) terá de ser criado por lei complementar, respeitando apenas o princípio da anterioridade anual;**

**(D) terá de ser criado por lei complementar, respeitando apenas o princípio da anterioridade nonagesimal;**

**(E) poderá ser criado por lei ordinária, respeitando o princípio da anterioridade anual.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A Constituição dispõe sobre a criação de novo imposto pela União em seu art. 154: “Art. 154. A União poderá instituir: I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição; II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação”.



No caso, a questão está se referindo ao inciso I, que exige lei complementar. Além disso, por não ser exceção à regra das anterioridades anual e nonagesimal (art. 150, III, “b” e “c”, da CF), esse novo imposto também deve seguir tais regras. Portanto, a letra B é a correta.

**Questão 81. Frederico está sendo executado numa execução fiscal proposta pelo Estado Alfa, em decorrência de débitos referentes ao não pagamento de imposto sobre a transmissão causa mortis e doações (ITCD). Não ofereceu garantia da execução ou fez o pagamento do débito, tendo o Estado Alfa requerido a penhora de bens.**

**Quanto a essa penhora, a ordem a ser seguida em relação aos bens do executado é:**

- (A) dinheiro, imóveis, e pedras e metais preciosos;**
- (B) dinheiro, veículos e imóveis;**
- (C) título da dívida pública, direitos e ações, e imóveis;**
- (D) dinheiro, navios e aeronaves, e pedras e metais preciosos;**
- (E) título de crédito que tenha coração em bolsa, imóveis e veículos.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B (anulável)**.

A questão seguiu a ordem do art. 835 do CPC (o que é, a meu ver, anulável, já que o art. 11 da LEF não foi trazido). De qualquer forma, conforme o art. 835 do CPC: “Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; II - títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado; III - títulos e valores mobiliários com cotação em mercado; IV - veículos de via terrestre; V - bens imóveis; VI - bens móveis em geral; VII - semoventes; VIII - navios e aeronaves; IX - ações e quotas de sociedades simples e empresárias; X - percentual do faturamento de empresa devedora; XI - pedras e metais preciosos; XII - direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia; XIII - outros direitos”. Logo, o item B é o que apresenta a ordem correta.

**Questão 82. O orçamento necessita de previsão anterior, até para que haja um planejamento da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Contudo, muitas vezes surgem despesas que não estavam computadas ou estavam insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.**

**Essas são autorizadas por meio de:**

- (A) créditos especiais, os destinados a reforço de dotação orçamentárias;**
- (B) créditos suplementares, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;**
- (C) créditos adicionais, que podem ser especiais, suplementares ou extraordinários;**
- (D) créditos extraordinários, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;**
- (E) créditos adicionais, que podem ser apenas os especiais e suplementares**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.



Conforme o art. 41 da Lei 4.320/64, os créditos adicionais classificam-se em: I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. Somente a letra C traz essa previsão.

**Questão 83. As contribuições especiais são uma espécie tributária que tem como característica permanecer toda a arrecadação com a União Federal.**

**Como exceção a essa regra, temos a contribuição:**

**(A) para o custeio do serviço de iluminação pública que destina 50% de sua arrecadação para os Municípios;**

**(B) de Intervenção no domínio econômico relativa às atividades de Importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível que destina 29% de sua arrecadação para os Estados e o Distrito Federal;**

**(C) da empresa sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, que destina 51% de sua arrecadação para Estados, Distrito Federal e Municípios.**

**(D) de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível que destina 22% de sua arrecadação para os Estados e o Distrito Federal;**

**(E) da empresa sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, a pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, que destina 22% de sua arrecadação para Estados, Distrito Federal e Municípios**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

Isso porque, conforme o art. 159, III, da CF, “III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c , do referido parágrafo.”.

As outras alternativas não estão previstas na Constituição.

**QUESTÃO 84. A empresa de engenharia Hardwork está processando a União Federal, pois estava sendo contratada para a reforma de prédios num condomínio residencial, e um dos moradores, Alberto, servidor da Receita Federal, comunicou ao síndico que a referida empresa estava com parcelamento tributário na Receita Federal.**

**Assim, defende que houve divulgação indevida de informação obtida em razão do ofício sobre a sua situação econômica, o que lhe gerou prejuízos.**

**Quanto à postura do servidor da Receita Federal, é correto afirmar que:**

**(A) é vedada divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais e parcelamentos;**



**(B) é vedada a divulgação de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública, mas é possível a divulgação quanto a parcelamento de tributos;**

**(C) não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamento e moratória;**

**(D) não é vedada nenhuma divulgação de informação quanto à situação econômica ou financeira do sujeito passivo;**

**(E) apenas informações quanto à moratória são vedadas, mas aquelas relativas ao parcelamento de tributos podem ser divulgadas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

Isso porque, conforme o art. 198, § 3º, do CTN: “Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. § 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a: I – representações fiscais para fins penais; II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública; III - parcelamento ou moratória; e IV - incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica”. Logo, somente o item C está correto.

**QUESTÃO 85. A Lei nº 4.320/1964 estatui as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes federados. Além disso, veicula o conceito de Dívida Ativa Tributária e Dívida Ativa Não Tributária, inclusive dando exemplos desta última categoria, ainda que com algumas imprecisões na classificação decorrentes do fato de ser uma lei do ano de 1964.**

**À luz da Lei nº 4.320/1964, mas interpretada sob a nova sistemática advinda com a Constituição da República de 1988, indique dentre os créditos abaixo elencados aqueles que são inscritos em Dívida Ativa Tributária:**

**(A) créditos provenientes de taxa de ocupação paga pelo ocupante de imóvel de propriedade de ente federado; créditos provenientes de empréstimo compulsório;**

**(B) créditos provenientes de taxa de ocupação paga pelo ocupante de imóvel de propriedade de ente federado; créditos provenientes contribuição devida ao Serviço Social do Comércio (Sesc);**

**(C) créditos provenientes de taxa de ocupação paga pelo ocupante de imóvel de propriedade de ente federado; créditos provenientes de foro pago pelo enfiteuta de imóvel de propriedade de ente federado.**

**(D) créditos provenientes de empréstimo compulsório, créditos provenientes de contribuição devida ao Serviço Social do Comercio (Sesc);**

**(E) créditos provenientes de foro pago pelo enfiteuta de imóvel de propriedade de ente federado; créditos provenientes de empréstimo compulsório.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

Conforme o art. 39, § 2º, da Lei 4.320/64, Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas,



e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as multas tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

A letra D é a única que apresenta somente tributos (lembrando que, após a CF/88, empréstimo compulsório e contribuições para o sistema S passaram a integrar a teoria pentapartite de tributo).

**QUESTÃO 86 - Em janeiro de 2023, o Estado Alfa editou lei estadual ampliando os casos de ocupação antrópica em áreas de preservação permanente. previstos na legislação federal vigente, Assim, a Citada lei estadual passou a legitimar ocupações em solo urbano de APPs, fora das situações previstas em normas gerais editadas pela União. Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, tal legislação estadual é:**

**(A) constitucional, pois compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;**

**(B) constitucional, pois é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como preservar as florestas, a fauna e a flora;**

**(C) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;**

**(D) inconstitucional, pois, em tema de competência legislativa concorrente, em linha de princípio, admitir-se-ia que o Estado Alfa editasse norma mais protetiva ao meio ambiente, com fundamento em suas peculiaridades regionais e na preponderância de seu interesse, e não menos protetiva como o fez, em descompasso com o conjunto normativo elaborado pela União;**

**(E) inconstitucional, pois, em tema de competência legislativa sobre espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos em matéria ambiental, o Estado Alfa não poderia editar norma mais ou menos protetiva ao meio ambiente, ainda que com fundamento em suas peculiaridades regionais e na preponderância de seu interesse, sob pena de violação de competência da União.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata sobre competência legislativa em matéria ambiental.

Na linha do entendimento do Supremo Tribunal Federal, é permitido que as legislações estaduais e municipais versem sobre Direito Ambiental, de forma diversa da legislação federal, desde que esta AMPLIE a proteção ambiental, jamais podendo dispor de forma menos protetiva: "(...) 4. A sobreposição de opções políticas por graus variáveis de proteção ambiental constitui circunstância própria do estabelecimento de competência concorrente sobre a matéria. Em linha de princípio, admite-se que os Estados editem normas mais protetivas ao meio ambiente, com fundamento em suas peculiaridades regionais e na preponderância de seu interesse, conforme o caso.



Precedentes. (STF. Plenário. ADI 5.996/AM. Rel. Min. Alexandre de Moraes.) Os arts. 2º, III; 3º, II, “c”; e 17, da Lei nº 20.922/2013, do Estado de Minas Gerais, ampliaram os casos de ocupação antrópica em áreas de preservação permanente previstos na norma federal vigente à época (no caso, a Lei nº 11.977/2009, revogada pela Lei nº 13.465/2017). Com isso, essa lei estadual, além de estar em descompasso com o conjunto normativo elaborado pela União, flexibilizou a proteção ao meio ambiente local, tornando-o mais propenso a sofrer danos. A legislação mineira, ao flexibilizar os casos de ocupação antrópica em áreas de Preservação Permanente, invadiu a competência da União, que já havia editado norma que tratava da regularização e ocupação fundiária em APPs.” (STF. Plenário ADI 5675/MG, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 17/12/2021 (Info 1042))

**QUESTÃO 87 - Em matéria de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, de acordo com a lei Complementar (LC) nº 140/2011, os entes federativos podem valer-se de alguns instrumentos de cooperação Institucional. Entre tais instrumentos, respeitados os requisitos previstos nesta LC, estão as delegações de atribuições e da execução de ações administrativas de um ente federativo a outro. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, as normas que estabelecem tais delegações são:**

**(A) constitucionais, mas o ente federativo não poderá delegar a outro, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas nesta LC, salvo se houver prévia decisão judicial autorizando a delegação;**

**(B) inconstitucionais, e o ente federativo não poderá delegar a outro, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas nesta LC, salvo se houver lei específica de efeitos concretos autorizando a delegação;**

**(C) inconstitucionais, por violação ao pacto federativo e desvirtuamento da competência administrativa estabelecida na Constituição da República de 1988, de maneira que o ente federativo não poderá delegar a outro, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas nesta LC;**

**(D) inconstitucionais quando considerada delegação feita pela União, porque a delegação dessas competências privativas para entes subnacionais fragiliza a proteção ao meio ambiente, na medida em que os órgãos ambientais estaduais, distritais e municipais são carentes de infraestrutura e preparo para o desempenho de suas funções;**

**(E) constitucionais, e a citada LC dispõe que o ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas nesta LC, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacidade a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata sobre delegação de atribuições e ações administrativas de um ente federativo a outro em matéria ambiental. Tal matéria é regulada pela Lei Complementar 140/2011.

O Artigo 4º da referida lei assim dispõe: “Os entes federativos podem valer-se, entre outros, dos seguintes instrumentos de cooperação institucional: [...] V - delegação de atribuições de um ente



federativo a outro, respeitados os requisitos previstos nesta Lei Complementar; VI - delegação da execução de ações administrativas de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos nesta Lei Complementar.”

O artigo 5º ainda dispõe sobre o assunto: “O ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas nesta Lei Complementar, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente.”

**QUESTÃO 88 – Maria, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estão associadas evolutivamente à ocorrência do fogo, pretende valer-se do emprego da queima controlada em determinada Unidade de Conservação (UC).**

**De acordo com a Lei nº 12.651/2012, o intento de Maria é:**

**(A) Proibido, na medida em que o Código Florestal veda o uso de fogo na vegetação, em qualquer hipótese;**

**(B) Possível, desde que em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação;**

**(C) Proibido, pois, apesar de o Código Florestal excepcionalmente autorizar o uso de fogo na vegetação em certas hipóteses, a vedação é absoluta no que tange a Unidades de Conservação;**

**(D) Possível, desde que mediante prévia aprovação do chefe do Poder Executivo, no âmbito do ente federativo que criou a Unidade de Conservação;**

**(E) Possível, desde que mediante prévia extinção ou transformação da Unidade de Conservação, por lei ou decreto.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre a utilização de queima controlada, sob a ótica do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012).

Consoante o artigo 38, II, do Código Florestal, é permitida a queima controlada em unidade de conservação: “É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: [...] II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;”

**QUESTÃO 89 - Caio, bacharel em Física, prestou concurso público para o cargo de técnico de laboratório na área de Física, sendo certo que o edital exigia para o exercício do cargo a qualificação consistente em Ensino Médio profissionalizante na área ou Ensino Médio completo com curso técnico na área. Aprovado, Caio teve sua posse negada pela administração pública, ao argumento de que não possuía a qualificação exigida no edital.**

**Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência atualizada, é correto afirmar que:**



**(A) no caso hipotético descrito no enunciado, ainda que aprovado no concurso público, a administração pública pode, de fato, negar posse a Calo, uma vez que seu currículo não atende à qualificação exigida em edital;**

**(B) o candidato aprovado em concurso público pode assumir cargo que, segundo o edital, exige título de Ensino Médio profissionalizante, ainda que não seja portador desse título, desde que detenha diploma de nível superior na mesma área profissional;**

**(C) a investidura de servidores na administração deve ser efetuada nos estritos moldes da previsão trazida no edital, não sendo possível em qualquer hipótese aceitar titulações diversas, ainda que superiores;**

**(D) na esfera administrativa não é possível, em qualquer hipótese, com base em valores jurídicos abstratos, se proceder à interpretação ampliativa;**

**(E) o candidato aprovado em concurso público pode assumir cargo que, segundo o edital, exige título de Ensino Médio profissionalizante ainda que não seja portador desse título, caso tenha diploma de nível superior em qualquer área profissional.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**, as alternativas A, C e E, são respondidas com base no fundamento apresentado a seguir, que torna correta a assertiva B.

De fato, o candidato aprovado em concurso público pode assumir cargo que, segundo o edital, exige título de Ensino Médio profissionalizante ou completo com curso técnico em área específica, caso não seja portador desse título, mas detenha diploma de nível superior na mesma área profissional.

Essa foi a tese aprovada por unanimidade em recursos repetitivos pela 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça. Para o colegiado, a existência de um nível de escolaridade acima do exigido pelo edital do concurso não fere a discricionariedade ou conveniência da administração.

Vejam: “PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. ARTS. 5.º, IV, E 10 DA LEI N.º 8.112/1990. ART. 9.º, § 2.º, DA LEI N.º 11.091/2005. CONCURSO PÚBLICO. EXIGÊNCIA DE TÍTULO DE ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU COMPLETO COM CURSO TÉCNICO EM ÁREA ESPECÍFICA. CANDIDATO PORTADOR DE DIPLOMA DE NÍVEL SUPERIOR NA MESMA ÁREA PROFISSIONAL. QUALIFICAÇÃO SUPERIOR À EXIGIDA. POSSIBILIDADE DE INVESTIDURA NO CARGO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO. RECURSO JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 1.036 E SEQUINTE DO CPC/2015, C/C O ART. 256-N E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO STJ.” (Tema 1.094)

Em relação a assertiva D, está incorreta, pois conforme a Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro, (DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942), traz em seu artigo 20 a seguinte redação: “Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018).”

Da leitura do referido artigo se extrai que é possível na esfera administrativa a decisão baseada em valores jurídicos abstratos, no entanto, deve ser consideradas as consequências práticas da decisão.



**QUESTÃO 90** - João é servidor público ocupante do cargo efetivo de professor no Município Alfa. Não obstante lei local em vigor desse Município preveja o direito de férias anuais de 45 dias aos professores municipais, o atual prefeito, com base em parecer da Procuradoria Geral do Município, determinou que tais servidores somente possuem direito a 30 dias de férias por ano, período sobre o qual deve recair o pagamento do terço constitucional de férias, com base na Constituição da República de 1988. Inconformado, João aforou ação judicial visando a garantir seu direito de férias de 45 dias anuais, requerendo que sobre esse período incida o terço constitucional de férias.

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, o magistrado deve decidir que a pretensão de João é:

(A) procedente, pois a norma municipal que prevê 45 dias de férias é constitucional e o terço adicional de férias incide sobre a remuneração relativa a todo o período de férias;

(B) improcedente, pois a norma municipal que prevê 45 dias de férias é inconstitucional, haja vista que a Constituição da República de 1988 prevê que os servidores públicos têm direito de férias pelo período de 30 dias;

(C) procedente em parte, pois a norma municipal que prevê 45 dias de férias deve ser objeto de interpretação conforme à Constituição da República de 1988, de maneira que os servidores municipais podem gozar dos 45 dias de férias, mas o terço adicional incide apenas sobre 30 dias;

(D) procedente em parte, pois a norma municipal que prevê 45 dias de férias deve ser objeto de interpretação conforme à Constituição da República de 1988, de maneira que os servidores municipais podem gozar apenas 30 dias de férias, mas o terço adicional deve incidir sobre 45 dias;

(E) improcedente, pois a norma municipal que prevê 45 dias de férias é inconstitucional, haja vista que a Constituição da República de 1988 prevê que os empregados celetistas têm direito de férias pelo período de 30 dias e tal regra é aplicável por analogia aos servidores públicos.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

O art. 7º, XVII, da CF/88 assegura ao trabalhador o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, sem limitar o tempo da sua duração, razão pela qual esse adicional deve incidir sobre todo o tempo de descanso previsto em lei: “gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;”

Esse direito também se estende ao servidor público por força do art. 39, § 3º, da CF/88: “Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.”

Nesse contexto, como a legislação do Município de Boa Viagem/CE garante 45 dias de férias anuais para os respectivos professores, o acréscimo de 1/3 há de incidir sobre o valor pecuniário a ele correspondente, sendo incabível sua restrição ao período de apenas 30 dias, em respeito ao princípio da legalidade (art. 37, da CF/88).

Veja a tese fixada pelo STF: O adicional de 1/3 (um terço) previsto no art. 7º, XVII, da Constituição Federal incide sobre a remuneração relativa a todo período de férias. STF. Plenário. RE



1.400.787/CE, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 15/12/2022 (Repercussão Geral – Tema 1.241) (Info 1080).

**QUESTÃO 91- O Município X ajuizou, em janeiro de 2023, ação de improbidade administrativa em face de Tício, requerendo, entre outros pedidos, o ressarcimento ao erário pelos danos causados, tendo sido aduzida por Tício preliminar de ilegitimidade ativa para a causa.**

**De acordo com o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:**

**(A) a ação para a aplicação das sanções de que trata a Lei no 14.230/2021 deve ser proposta exclusivamente pelo Ministério Público;**

**(B) ao Município é permitida, apenas, a participação na celebração de acordo de não persecução cível como interessado no ressarcimento ao erário, e não como parte autora em ação de improbidade;**

**(C) o ente público que tiver sofrido prejuízo em razão de atos de improbidade é legitimado concorrente com o Ministério Público a propor ação de improbidade administrativa;**

**(D) são totalmente constitucionais as regras de legitimidade para a propositura de ação civil por ato de improbidade administrativa trazidas pela Lei no 14.230/2021;**

**(E) o ente público que tiver sofrido prejuízo em razão de atos de improbidade é legitimado a propor ação civil por tais atos, sendo-lhe vedada a celebração de acordo de não persecução cível, atribuição exclusiva do Parquet.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a letra **C**.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que entes públicos que tenham sofrido prejuízos em razão de atos de improbidade também estão autorizados a propor ação e celebrar acordos de não persecução civil em relação a esses atos. Por maioria de votos, o Plenário declarou inválidos dispositivos da Lei 14.230/2021, que conferiam ao Ministério Público (MP) legitimidade exclusiva para a propositura das ações por improbidade.

A decisão se deu no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIS) 7042 e 7043, em que os pedidos formulados pela Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape) e pela Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe) foram julgados parcialmente procedentes.

A maioria do colegiado acompanhou o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, e entendeu que a Constituição Federal prevê a legitimidade ativa concorrente entre o Ministério Público e os entes públicos lesados para ajuizar esse tipo de ação. Para o ministro, a supressão dessa legitimidade fere a lógica constitucional de proteção ao patrimônio público.

As demais alternativas estão incorretas pois vão de encontro ao que foi decidido pelo STF.

**QUESTÃO 92 - O Município X ajuizou ação de desapropriação em face de Tício, proprietário do imóvel Y, tendo sido fixada, nos autos judiciais, indenização ao particular. Quatro anos depois do trânsito em julgado, o Ministério Público ajuizou ação civil pública em face de Tício sob a alegação de que a propriedade fora adquirida irregularmente, motivo pelo qual não era o real proprietário do imóvel, não fazendo jus à indenização paga, causando prejuízo ao erário.**



À luz da legislação em vigor e da jurisprudência atual, é correto afirmar que:

**(A) não é possível o ajuizamento de ação civil pública após o decurso do prazo legal para ação rescisória, sob pena de violação à coisa julgada;**

**(B) a ação civil pública, na hipótese versada no enunciado, não deve prosperar em razão do decurso do prazo prescricional;**

**(C) a ação civil pública, como pretendida, não ofende a coisa -julgada, ainda que decorridos dois anos;**

**(D) a ação civil pública, na hipótese versada no enunciado, não deve prosperar em razão do decurso do prazo decadencial;**

**(E) o Ministério Público deveria ter discutido a dominialidade do bem expropriado no bojo da ação de desapropriação, na qual atua como fiscal da lei.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a letra **C**.

O STF decidiu sobre o tema. Propositura da ACP não viola a coisa julgada da ação de desapropriação. O ajuizamento de ação civil pública para discussão da titularidade de imóvel não ofende a coisa julgada decorrente de ação de desapropriação, mesmo que já tenham se passado os dois anos para a propositura da ação rescisória.

Com efeito, diante da impossibilidade de discussão de matérias de alta indagação no âmbito das ações de desapropriação, o que inclui o debate a respeito da dominialidade do bem expropriado, eventual trânsito em julgado de decisão judicial proferida em ação de desapropriação, limitada à análise do decreto expropriatório e do valor de indenização, é incapaz de impedir a discussão jurídica dominial em ação civil pública.

Vejamos a tese fixada: “O trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em sede de ação desapropriatória não obsta a propositura de Ação Civil Pública em defesa do patrimônio público para discutir a dominialidade do bem expropriado, ainda que já se tenha expirado o prazo para a Ação Rescisória.” STF. Plenário. RE 1010819/PR, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 26/5/2021 (Repercussão Geral – Tema 858) (Info 1019)

Demais alternativas da questão estão incorretas pois são contrárias ao que foi decidido pelo STF.

**QUESTÃO 93 - O Ministério Público do Estado Beta ajuizou ação de improbidade administrativa em face de João, secretário estadual de Fazenda, imputando-lhe a conduta dolosa de ter percebido vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública. No bojo da ação de improbidade, o Ministério Público requereu, cautelarmente, o afastamento de João do exercício do cargo, alegando e comprovando que a medida é necessária à instrução processual e para evitar a iminente prática de novos ilícitos.**

**No caso em tela, em tese, com base no texto da Lei de Improbidade Administrativa, com redação dada pela reforma promovida pela Lei no 14.230/2021, o juízo competente:**

**(A) poderá determinar o afastamento de João, com prejuízo da remuneração, pelo prazo de até 30 dias, prorrogáveis sucessivas vezes, mediante decisão motivada;**

**(B) poderá determinar o afastamento de João, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de até 180 dias, prorrogáveis até o máximo de um ano, mediante decisão motivada;**



**(C) poderá determinar o afastamento de João, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de até 90 dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada;**

**(D) não poderá determinar o afastamento de João, porque tal medida excepcional somente pode ser tomada, em sede de ação de improbidade administrativa, por órgão colegiado do Judiciário;**

**(E) não poderá determinar o afastamento de João, porque tal medida excepcional somente pode ser tomada em sede de ação penal, preenchidos os requisitos legais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a letra **C**, conforme artigo 20, §2º, da Lei 14.230/2021 que alterou a Lei de improbidade administrativa: “A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos. O afastamento previsto no § 1º deste artigo será de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.”

Alternativa A esta incorreta, tendo em vista que o afastamento será sem o prejuízo da remuneração, bem como o prazo poderá ser de até 90 dias, prorrogáveis uma única vez em decisão motivada

Alternativa B está incorreta, pois o prazo poderá ser de até 90 dias, prorrogáveis uma única vez em decisão motivada.

Alternativa D está incorreta, o artigo supracitado da Lei 14.230/2021, permite o afastamento do servidor mediante decisão motivada pela autoridade judicial.

Alternativa E está incorreta, a referida lei aplicam-se os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador, não existindo restrição a aplicação do afastamento por não tratar-se de ação penal.

**QUESTÃO 94 - Ticio estava no interior de uma loja de fogos de artifício de sua cidade a fim de comprar diversos itens para a festa junina que se aproximava quando se deu uma grande explosão que lhe causou queimaduras e destruiu seus pertences.**

**Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência atualizada, é correto afirmar que:**

**(A) é sempre cabível a responsabilização civil do Município pelos danos decorrentes da explosão em comércio de fogos de artifício;**

**(B) em razão do dever de fiscalização, haverá sempre responsabilidade civil do Município, ainda que o comércio de fogos tenha recebido licença para funcionamento, com as cautelas legais;**

**(C) o exercício do comércio de fogos de artifício, atividade privada, não enseja, em qualquer hipótese, responsabilização do Município por danos dela decorrentes;**

**(D) o requerimento de licença de instalação de comércio de fogos de artifício é suficiente para ensejar o dever de agir do Município que será sempre responsabilizado na ocorrência de dano a terceiro;**

**(E) haverá responsabilidade civil do Município por omissão específica quando forem de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.**

### **Comentários**



A alternativa correta é a letra **E**.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que o Estado tem responsabilidade civil por danos decorrentes de omissão do dever de fiscalizar comércio de fogos de artifício, desde que tenha violado seu dever de agir na concessão da licença ou na fiscalização. Por maioria de votos, os ministros negaram provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 136861, com repercussão geral reconhecida.

O colegiado definiu a seguinte tese de repercussão geral (Tema 366): “Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais, ou quando for de conhecimento do Poder Público eventuais irregularidades praticadas pelo particular”.

**Ementa:** RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO. ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO. TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. NECESSIDADE DE VIOLAÇÃO DO DEVER JURÍDICO ESPECÍFICO DE AGIR. 1. A Constituição Federal, no art. 37, § 6º, consagra a responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos. Aplicação da teoria do risco administrativo. Precedentes da CORTE. 2. Para a caracterização da responsabilidade civil estatal, há a necessidade da observância de requisitos mínimos para aplicação da responsabilidade objetiva, quais sejam: a) existência de um dano; b) ação ou omissão administrativa; c) ocorrência de nexo causal entre o dano e a ação ou omissão administrativa; e d) ausência de causa excludente da responsabilidade estatal. 3. Na hipótese, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo concluiu, pautado na doutrina da teoria do risco administrativo e com base na legislação local, que não poderia ser atribuída ao Município de São Paulo a responsabilidade civil pela explosão ocorrida em loja de fogos de artifício. Entendeu-se que não houve omissão estatal na fiscalização da atividade, uma vez que os proprietários do comércio desenvolviam a atividade de forma clandestina, pois ausente a autorização estatal para comercialização de fogos de artifício. 4. Fixada a seguinte tese de Repercussão Geral: “Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular”. 5. Recurso extraordinário desprovido. (RE 136861, Relator(a): EDSON FACHIN, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 11/03/2020, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-201 DIVULG 12-08-2020 PUBLIC 13-08-2020).

As demais alternativas estão incorretas, pois são contrárias a decisão proferida pelo STF.

**QUESTÃO 95 - O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado Gama, visando reduzir as despesas do Judiciário estadual, pretende diminuir o custo mensal com energia elétrica. Assim, o TJ publicou edital de licitação, cujo critério de escolha será o maior retorno econômico. Os licitantes deverão apresentar seu projeto e proposta de redução de custo do TJ com energia, de maneira que será remunerado o contratado com base no percentual de economia, ou seja, sua remuneração será fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida pelo TJ na execução do contrato.**



No caso em tela, conforme dispõe a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei no 14.133/2021), será firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado Gama e o licitante vencedor:

- (A) contrato de eficiência;
- (B) contrato de concessão;
- (C) termo de parceria;
- (D) contrato de gestão;
- (E) acordo de cooperação técnica.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a letra **A**.

A nova Lei de licitações inovou ao trazer o conceito de contrato de eficiência, sendo definido como “contrato cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada;”

E ainda, conforme a referida legislação em seu artigo 36, “O julgamento por maior retorno econômico, utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considerará a maior economia para a Administração, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.”

**QUESTÃO 96 - Caio, médico, é servidor público concursado e vinculado ao Município X, no qual exerce funções junto à área da saúde, por quarenta horas semanais. Recentemente, aprovado em novo concurso, passou também a exercer funções médicas junto ao Município Y, sendo sua carga horária, neste local, de 30 horas semanais.**

À luz da legislação em vigor e da jurisprudência atualizada, é correto afirmar que:

- (A) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo a única hipótese de acumulação lícita que consiste em dois cargos de professor;
- (B) a carga horária de mais de 70 horas semanais demonstra incompatibilidade de horários no exercício das funções;
- (C) a acumulação de cargos públicos de profissionais de área da saúde, prevista no Art. 37, XVI, da Constituição da República de 1988 está sujeita ao limite de 40 horas semanais, sendo irregular a carga horária de Caio;
- (D) as hipóteses excepcionais que permitem acumulação de cargos públicos, previstas no Art. 37, XVI, da Constituição da República de 1988 exigem, apenas, compatibilidade de horários, a ser verificada no caso concreto;
- (E) a acumulação de cargos públicos de profissionais de área da saúde, prevista no Art. 37, XVI, da Constituição da República de 1988 está sujeita ao limite de 60 horas semanais, sendo irregular a carga horária de Calo.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a Letra **D**.



O STF fixou a seguinte tese: “As hipóteses excepcionais autorizadoras de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal sujeitam-se, unicamente, a existência de compatibilidade de horários, verificada no caso concreto, ainda que haja norma infraconstitucional que limite a jornada semanal.”

O STJ também se posicionou sobre o tema afirmando que O limite semanal de 60 horas para acúmulo de cargos públicos não se aplica aos profissionais da área de saúde, que só precisam comprovar a compatibilidade de horários. A decisão é da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que adequou seu entendimento à posição do Supremo Tribunal Federal.

As demais alternativas da questão estão incorretas, pois vão de encontro a decisão supracitada.

**QUESTÃO 97 - Para melhorar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional, o CNJ incluiu na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 alguns indicadores de desempenho.**

**Dentro do indicador Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes, está previsto o Índice de Atendimento à Demanda.**

**É correto afirmar que esse índice:**

- A) Analisa os focos de conflitos repetitivos existentes na sociedade a fim de antever a demanda futura e preparar os órgãos do judiciário para atendê-la;**
- B) Calcula em meses o tempo médio de duração do processo no 1º e 2º graus para avaliar se tal tempo atende as exigências do que pode ser considerado duração razoável do processo;**
- C) Mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos apresentados no mesmo período, medidos separadamente no 1º e 2º graus;**
- D) Afere a qualidade da administração do Poder Judiciário por meio da avaliação do desempenho dos seus respectivos órgãos de gestão e daqueles que os integram;**
- E) Avalia, com dados objetivos, o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos cidadãos, tendo em vista consolidar um Ranking da Transparência do Poder Judiciário.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. Todavia, a questão é **passível de anulação**, pois o conteúdo não foi expressamente previsto em edital; a Resolução nº 325 do CNJ instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, traz em seu anexo II glossário acerca dos indicadores e índices, contudo não há uma descrição precisa de qual seu significado.

Conforme dados presentes em portal do CNJ, é possível entender que o Índice de Atendimento da Demanda é aquele "que mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos apresentados no mesmo período, medidos separadamente no 1º e 2º grau".

**QUESTÃO 98 - João, juiz de Direito no âmbito do Estado Alfa, em atuação na entrância inicial, pretendia concorrer à promoção para a entrância intermediária da carreira com base no critério de antiguidade, que deveria ser observado na próxima promoção que seria ofertada. Maria, por outro lado, também juíza de Direito e que já se encontrava na entrância**



intermediária, pretendia concorrer à remoção. Ao vagar a unidade judiciária XX, tanto João como Maria almejavam poder vir a ocupá-la

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que a unidade judiciária XX deve ser primeiro oferecida à:

A) promoção ou remoção, conforme ato discricionário do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado Alfa;

B) promoção por antiguidade, o que não ocorreria caso se tratasse de promoção por merecimento;

C) remoção, conclusão que seria alterada caso a hipótese versasse sobre promoção por merecimento;

D) promoção por antiguidade, conclusão que permaneceria inalterada ainda que se tratasse de promoção por merecimento;

E) remoção, conclusão que somente seria alterada em se tratando de provimento inicial, por antiguidade ou por merecimento.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Conforme dispõe o artigo 81 da Loman, a remoção precederá ao provimento inicial e à promoção por merecimento, não tendo prevalecendo à promoção por antiguidade.

Ainda, em Lei Orgânica da magistratura nacional interpretada, Editora Juarez de Oliveira, 2ª edição, 2002, p. 120 preleciona: “Percebe-se que só a vaga a ser provida por antiguidade fica preservada, não podendo ser prejudicada por remoção ou transferência no plano horizontal da carreira. Tratando-se, porém, da nomeação inicial para o ingresso na carreira, quer dizer, do provimento inicial, ou de promoção por merecimento, que traduz elevação no plano vertical da carreira, a preferência será para a eventual remoção.”

**QUESTÃO 99 - A equidade é um tema correlato da justiça que diz respeito à atividade jurisdicional. Trata-se de um conceito da filosofia do direito que remete a Aristóteles.**

**Segundo esse autor, em seu livro *Ética a Nicômaco*, a equidade deve ser entendida como:**

A) uma correção da lei quando ela é deficiente em razão de sua universalidade e, por isso, não consegue abranger as peculiaridades do caso concreto;

B) a aplicação da justiça corretiva que distribui posses comuns, sendo caracterizada como aquilo que é um posicionamento intermediário entre a perda e o ganho;

C) uma forma de decisão que se baseia nas convicções morais e filosóficas da autoridade jurisdicional, de modo que prevaleça um sentimento subjetivo de justiça;

D) uma forma de decidir um caso concreto baseada na aplicação da lei nos termos de seu enunciado, afinal o homem sem lei é o homem ímprobo;

E) o princípio geral do direito por meio do qual as antinomias das leis podem ser sanadas, assegurando-se, dessa forma, a decisão justa para o caso concreto.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.



“O que faz surgir o problema é que o equitativo é justo, porém não o legalmente justo, e sim uma correção da justiça legal. A razão disto é que toda lei é universal, mas a respeito de certas coisas não é possível fazer uma afirmação universal que seja correta. Nos casos, pois, em que é necessário falar de modo universal, mas não é possível fazê-lo corretamente, a lei considera o caso mais usual, se bem que não ignore a possibilidade de erro. E nem por isso tal modo de proceder deixa de ser correto, pois o erro não está na lei, nem no legislador, mas na natureza da própria coisa, já que os assuntos práticos são dessa espécie por natureza.

Portanto, quando a lei se expressa universalmente e surge um caso que não é abrangido pela declaração universal, é justo, uma vez que o legislador falhou e errou por excesso de simplicidade, corrigir a omissão — era outras palavras, dizer o que o próprio legislador teria dito se estivesse presente, e que teria incluído na lei se tivesse conhecimento do caso.”

(Aristóteles, *Ética a Nicômaco*)

**QUESTÃO 100 - Antônia, professora e estudiosa do instituto do whistleblower, se deparou com o texto de um articulista sobre essa temática. No texto, o articulista afirmava que o instituto, em sua essência, era caracterizado pela adoção de medidas que impedissem retaliações em relação àquele que, por ter conhecimento de ilicitudes, no ambiente público ou privado, colabore com as autoridades constituídas. A partir dessas noções básicas, Antônia questionou Inês, sua aluna, a respeito de aspectos específicos dessa temática.**

Inês respondeu, corretamente, que:

**A) o instituto foi absorvido, na legislação brasileira, pela figura da colaboração premiada, de modo que o colaborador deve oferecer informações úteis ao deslinde de infrações penais, sendo alcançado pelas medidas de incentivo e de proteção que venham a ser pactuadas;**

**B) são elementos essenciais do instituto as normas de incentivo, como se verifica em relação às recompensas em dinheiro, e as normas de proteção, de modo a garantir a integridade da esfera jurídica do colaborador, sendo que a legislação brasileira adotou apenas as primeiras;**

**C) aquele que colabora com as autoridades constituídas é normalmente um insider, mas a lei brasileira que trata do oferecimento de informações úteis é aplicável a qualquer pessoa, tendo ainda incursionado nos comandos de proteção e previsto a possibilidade de todos os entes federativos oferecerem recompensas;**

**D) o instituto é caracterizado pelo fato de o colaborador, apesar do envolvimento direto na prática do ilícito, poder se beneficiar da consensualidade de pura reprimenda, aceitando a aplicação da sanção proposta pelo Estado, ou da consensualidade de colaboração, oferecendo informações para a obtenção de um benefício;**

**E) as normas de incentivo e de proteção podem ser vistas como elementos essenciais do instituto, que é precipuamente direcionado tanto ao *insider* como ao *outsider*, embora a legislação brasileira sobre a temática tenha tratado apenas do primeiro, que deve ter um liame com a estrutura pública ou privada na qual ocorreu o ilícito.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

O Whistleblower (ou “soprador do apito”) refere-se à hipótese, por meio da qual o cidadão, não envolvido na atividade criminosa, resolve auxiliar e “denunciar” irregularidades administrativas e ilícitos criminais às autoridades públicas, recebendo, em contrapartida, uma retribuição financeira intitulada “recompensa” ou “prêmio”.



A Lei n.º 13.608/2018 expressamente previu, em prol do “denunciante”, o qual se distingue, contudo, do “colaborador” na “colaboração premiada”, porquanto nesta o colaborador encontra-se envolvido na atividade criminosa, e, ao tempo em que admite sua participação nos fatos, decide “delatar” os outros envolvidos (partícipes e coautores) até então desconhecidos da organização ou atividade criminosa. Assim estabelecem seus art. 3º e 4º: “O informante que se identificar terá assegurado, pelo órgão que receber a denúncia, o sigilo dos seus dados. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão estabelecer formas de recompensa pelo oferecimento de informações que sejam úteis para a prevenção, a repressão ou a apuração de crimes ou ilícitos administrativos. Parágrafo único. Entre as recompensas a serem estabelecidas, poderá ser instituído o pagamento de valores em espécie.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)

